



UMA HORTA URBANA INDÍGENA

FERRAMENTA DE PENSAMENTO ARQUITETÔNICO



Texto de apresentação da Banca Final para a
Banca de Avaliação de TFG2 da Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

Orientadoras

Ana Paula Polizzo

Ayara Mendo

Aluna

Priscila Freitas Martins de Melo

Banca Avaliadora

Camila Bevilaqua

Caio Calafate

Gustavo Badolati Racca

Agosto 2021

Vista aérea implantação do condomínio Minha Casa Minha Vida Estácio
Fonte: Google earth, 2018

Niara do Sol e muda de cacau plantada em Dja Guata Porã
Fonte: Autoria própria, 2021



Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Niara do Sol, Dauá Puri e Jonas que me deram a oportunidade de conviver junto a eles e conhecer seu trabalho. Me recebendo sempre gentis com comidas, sucos, bolos e palavras inspiradoras.

Às minhas orientadoras, Ayara Mendo e Ana Paula Polizzo, que me acompanharam neste caminho sempre com carinho e atenção. E que, durante a graduação e ainda hoje, tenho como exemplo de didática e afeto.

A banca avaliadora, Caio Calafate, Gustavo Racca e Camila Bevilaqua. Que foram essenciais na produção deste trabalho.

A Davi Bernard e Carolline Leite, meus primos amados, sem os quais as filmagens com tamanha qualidade não seriam possíveis.

Aos meus companheiros inseparáveis, Joana, Thomas, Katharina e João. Amigos que se formam comigo e aos quais dedico todo meu carinho.

Por fim, a minha mãe, Rosana. Pois enquanto eu escrevia este TFG ela virava noites no serviço público enfrentando uma pandemia sem precedentes na história. Foi com ela que aprendi a amar e me dedicar a um ofício.



Niara do Sol durante a filmagem da entrevista



Espécie do gênero *Amaranthus* ou Caruru é uma planta alimentícia não convencional - PANC | **Autoria própria**

Introdução

Destruição e construção	09
--------------------------------------	----

Memória e território

Arquitetura como ferramenta de guerra	13
--	----

Memórias do Futuro: Patrimônio indígena	17
--	----

Aproximações teóricas | metodológicas

Horta urbana indígena: Ferramenta de pensamento arquitetônico	23
--	----

Ontologia e arquitetura	27
--------------------------------------	----

Mundo vegetal através da perspectiva ameríndia e multiespécies

Capoeiras, roçados e hortas	32
--	----

Organização em rede	36
----------------------------------	----

Etnografia "em bruto"

Notas para uma etnografia por uma arquiteta	42
--	----

Rio de Janeiro Indígena	47
--------------------------------------	----

Dja Guata Porã

Chegando em Dja Guata Porã	62
---	----

Formas de fazer e formas de pensar em arquitetura	88
--	----

Referências Bibliográficas	104
---	-----

sumário

*Um outro mundo é possível
por que um outro mundo sempre existiu
ele existe, em ato, nos mundos ameríndios (...)
ainda que tudo conspire para fazê-los de-existir
Eduardo Viveiro de Castro ⁰¹*

01 VIVEIRO DE CASTRO, 2016, p.02

1. destruição e construção

introdução



Implosão da Casa de Correção Frei Caneca, 2012. Fonte: O Globo
Plantio em Dja Guata Porã, 2018. Fonte: Mona Lima

DESTRUIÇÃO E CONSTRUÇÃO

Não existem, nas vozes que escutamos
ecos de vozes que emudeceram?
Walter Benjamin⁰²

Estamos em um mundo que nos mostra a realidade a partir de véus. Histórias, realidades, ficção e memórias estão inscritas em nossos círculos de conhecimento e poder. Neste sentido, este trabalho se esforça para abrir uma fresta em meu círculo. Formado, principalmente, por um conhecimento eurocêntrico.

As vozes que dominam o campo de arquitetura e urbanismo, vindas de uma “modernização deficiente e socialmente desigual”⁰³ escondem outras: outras formas de conhecimento, outras formas de habitar a terra. Estas vozes estão mudas para nós mas, dentro de suas redes, nunca calaram suas cosmovisões e anúncios de novos – e fins – de mundos. É trabalho nosso então, ouvi-las, não projetar sobre elas, muito menos, apagá-las.

Processos violentos apagam os rastros no território destes que exigem seu direito de habitar a partir de outras ontologias, povos originários, possuidores de saberes tradicionais. São construídos sobre seus escombros outras realidades, estacionamentos, shoppings, estádios, centros empresariais globais, entre outras ficções de progresso. Contudo, estes insistem em ficar vivos, insistem no movimento oposto, constroem.

Sobrevivendo inteiros, como corpos e como cultura. A memória então, já está construída, preservada, pois aqueles que a têm são em si, memória. E em seus novos lugares, territorializam. No entanto, é essencial dizer que, esses novos lugares se fundam em processos extremamente dolorosos e, é perigosa a linha que as torna fetiche. As marcas da violência se mantêm e, o Estado, jamais estará isento da reparação histórica que lhe cabe.

Entendo que estas territorialidades, formadas a partir de outras ontologias, argumentam sobre outros mundos possíveis. Futuros que se fazem presente, mesmo que ocultados das cartilhas de projeto. A ecologia, neste caso representada pelo manejo ameríndio da natureza é, também, um projeto ético-político, que percebe o espaço em suas múltiplas camadas, subjetiva, social e ambiental (CORREIA, et al.2020).

02 BENJAMIN, 2012 p.121

03 CORREIA; CORREIA; CALISTO; DOHERTY; VALENZUELA, 2019 p.12

É urgente que a arquitetura, como transformadora do ambiente construído, seja também, responsável pela proteção destas territorialidades vulneráveis e contribua para o desenvolvimento de estratégias projetuais mais ecológicas e socialmente justa. Compreendendo o projeto de arquitetura, em suas diversas escalas, como um campo em disputa, a metodologia de se “Pensar com”⁰⁴ se faz necessária. O que nos afasta dos conceitos colonialistas de “Pensar sobre” ou pior, “Pensar para”.

Neste sentido, a aproximação com conceitos da antropologia, como “virada ontológica”⁰⁵ ou teorias pós-estruturalistas, como o multinaturalismo, se faz necessário. A fim de estabelecer alianças entre desenho urbano e pensadores ou “praticadores” indígenas. No movimento ativo de não dar continuidade a uma ocupação dos espaços racista e hegemônica.

Como diz a antropóloga Els Lagrou (2018) “tudo o que temos é esse vôo em direção ao futuro”⁰⁶ que nos coloca entre os equívocos de nosso pensamento ocidental e as tradições de pensamento do outro. Pensamentos que resultam em organizações espaciais muito mais tecnológicas do que prevíamos. E, nestes “tempos de hesitação”⁰⁷, como diria a bióloga Donna Haraway, é preciso a radicalização “de uma atitude intelectual que se deixa contaminar pela Alteridade”⁰⁸.

04 Conceito de Isabelle Stengers in SZTUTMAN, 2018 p.340

05 LAGROU, 2018 p.134

06 LAGROU, 2018 p.155

07 HARAWAY, 2016 p.141

08 LAGROU, 2018 p.155

2. Arquitetura como ferramenta de guerra
3. Memórias do Futuro: Patrimônio indígena

memória e território

ARQUITETURA COMO FERRAMENTA DE GUERRA

Se este continente tem uma história tão profunda que pode ser atestada por sinais nos seus ecossistemas (nas florestas, no cerrado, na mata atlântica, nas montanhas, nos rios), é muito provável que uma busca profunda possa identificar a origem dessa ideia de ocupação dos espaços de uma maneira arrogante, que tem na arquitetura e no urbanismo uma ferramenta de guerra. Ailton Krenak⁰⁹

Para entender quais os caminhos possíveis, daremos um passo atrás para compreender que, as incursões no território não são neutras. E, o processo modernizador em contexto latino-americano é fundamentalmente relacionado com um processo de colonialidade territorial (TAVARES,2019). Pois encara a ocupação do território como gesto civilizatório, considerando as áreas de floresta como “vazios demográficos”¹⁰ e os rios e mananciais como “recursos naturais” de interesse econômico. Acredito ser urgente revisar como instrumentalizar nosso saber, e se questionar a qual tipo de modernidade servem nossos desenhos.

Brasília é o maior exemplo de projeto moderno desenvolvimentista do país. A cidade de concreto inventada no meio do cerrado dá forma a narrativa do progresso como soberania sobre a natureza e tomada de posse do território. Segundo o arquiteto Lúcio Costa, Brasília “Nasceu de um gesto primário de quem assinala um lugar, ou dele toma posse.”¹¹. Nascida das ideias do progresso técnico funcionalista e pureza formal da arquitetura e urbanismo, a construção deste sonho silenciou tudo que era considerado “atrasado” para que o milagre da modernidade pudesse acontecer (BERENSTEIN,2017).

Para um país que em pouco menos de cinquenta anos havia deixado de ser escravocrata e em um pouco mais de um século havia deixado de ser colônia, Brasília significava, sem dúvida, — uma nova capital para um novo país “[...] estética do apagamento e da reinscrição, da possibilidade apontada pela arquitetura e pelo planejamento modernista de apagar a velha ordem e reinscrever uma nova.” O

09 KRENAK,2019. p.01

10 Ver sobre ditadura e o conceito de pacificação em “vazios demográficos” na bacia Amazônica Palestra Paulo Tavares: Memória da Terra na Escola da Cidade, São Paulo, 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=T2EmFLqCSDU&t=1682s>>

11 Memorial de Brasília escrito por Lúcio Costa in BERENSTEIN; JUNIOR, 2017, p.470.

arquiteto e antropólogo brasileiro, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, sugere-nos que a construção de Brasília funcionou para o país como um imenso espelho mágico treinado para responder sempre que não havia nada mais belo, — a cidade havia sido feita para filtrar o que houvesse de feio ou desagradável (BERENSTEIN; JUNIOR, 2017, p.473.)

No artigo “A construção de Brasília: Alguns silenciamentos e um afogamento”, os autores Paola Berenstein e Dilton Lopes narram com detalhes a brutalidade do urbanismo colonialista na construção de Brasília, em especial o Caso da Vila Amaury. A vila foi durante seis anos uma cidade-dormitório que alojava em torno de 16 mil trabalhadores do plano piloto. E ao final das obras foi inundada para fabricação do lago artificial Paranoá, planejado para aumentar a umidade do local.

No site oficial de turismo da Cidade de Brasília, em um pequeno texto dedicado ao caso da Vila, é citado que todos sabiam do caráter provisório da ocupação. Contudo, ao final de uma última frase, deixa escapar as reais consequências sobre a saída dos moradores: “Os candangos¹² resistiam em sair, não acreditavam que o lago acabaria com a vila.” Assim como os moradores, é difícil acreditar na brutalidade da criação do que Juscelino Kubitschek chamou de “A revolução mais profunda do nosso tempo”¹³. Hoje, no fundo do principal lago da cidade de Brasília, há ruínas de uma gente que teve sua casa afogada pela empreitada de construir uma cidade.

Há outros exemplos de crimes graves cometidos em nome do desenvolvimento urbano brasileiro durante as décadas de sessenta e setenta. Como o Massacre da Pacheco Fernandes¹⁴, também durante a construção de Brasília e a remoção do povo Xavante no nordeste do Mato Grosso para construção de barragens e loteamentos rurais. Há também casos recentes, como as centenas de remoções para construção de estruturas olímpicas na última década no Rio de Janeiro. A expulsão da população ribeirinha pela EletroNorte, durante a construção da hidrelétrica de Belo Monte, entre outras violências diárias, das quais, a maioria, não ficamos sabendo.

O que reafirma o uso da arquitetura como máquina de guerra – e de especulação - é um contínuo na história do planejamento de cidades brasileiras. São instru-

12 “Hoje, chamar alguém de candango é um ato amoroso. Mas não era assim durante as obras de Brasília. Candango era o peão, o sofredor operário da construção civil. Termo de origem africana, era como os nativos chamavam os portugueses. Ninguém sabe ao certo como esse nome chegou a Brasília. Pouco importa.” In: BEHR, N. “Candango”. *Jornal Estação Brasília*. Brasília, out. 2017

13 Discurso de Juscelino Kubitschek na inauguração de Brasília – Brasília, 21 de abril de 1960

14 O chamado massacre da construtora Pacheco Fernandes, ocorrido em 8 de fevereiro de 1959, trata-se do assassinato de dezenas de trabalhadores pela construtora após uma revolta por conta da comida servida aos trabalhadores. “O “Massacre da Pacheco Fernandes” é um desses casos em que se aplicou a lógica de manipulação da história. “É todo um pacto de silêncio que as nossas elites sempre tiveram, em relação a eventos, acontecimentos, violências cometidas contra as classes populares. É uma tradição brasileira de não reconhecer o lugar da memória nacional que exige os esclarecimentos de todos os fatos históricos, bons ou ruins”, afirma a historiadora Nair Bicalho in: *CONTERRÂNEOS Velhos de Guerra*. Direção de Vladimir Carvalho. Brasília: Vertovisão, 1992. P&B.

mentalizadas as necessidades de “recursos urbanos” como mobilidade ou energia, justificando ameaças aos direitos humanos e de moradia digna.

Os princípios modernos de “terra arrasada”, do progresso a qualquer custo, suas linhas e traços imperativos, de origem colonialista, ainda *modus operandi* da profissão. Trabalhamos ainda sob a lógica moderna, mas juramos, assim como Lúcio Costa¹⁵, que elas não são autoritárias. Muitas vezes os argumentos se escondem no purismo formal, na abstração criativa que o projeto pode ter, distanciando a arquitetura de uma abordagem política. E como pensar um projeto anticolonialista no âmbito da arquitetura e urbanismo? Para o arquiteto Paulo Tavares, e trata-se de:

Em sentido estrito, é preciso pensar a construção como processo para se acercar da questão da descolonização, isto é, que tipos de relações de trabalho, que tipos de sistemas produtivos, que tipos de redes e atores sociais, que tipos de recursos e indústrias estão sendo articulados pelo projeto e pela sua realização. O elemento em si é importante, principalmente no que tange a questões de acesso, direito e inclusão. Mas, mais importantes ainda são o processo e as redes articuladas em torno do objeto construído, isto é, como a arquitetura pode catalisar agência social (TAVARES, 2019)

Responder esta questão cabe ao campo da arquitetura como um todo. Mas neste trabalho gostaria de pensar como, a partir de pequenas fissuras urbanas, vindas principalmente de um “bem viver” ameríndio, pode-se refletir sobre uma forma de pensar a cidade que deriva de uma “intrusão antropológica no campo do desenho”¹⁶. Desenrolando essas “frestas” e “fissuras” com oportunidade para espaços de circulação e convívio multiespécies. Reposicionando assim as metodologias clássicas do nosso campo a partir de um “pensar junto”, tanto na relação entre humanos e não-humanos quanto aos povos originários que acredito serem a força de potência deste processo. Principalmente quanto ao enfrentamento do homem sobre a natureza. Contudo, é importante ressaltar que, como diz o arquiteto Pedro Arantes quanto a questão ecológica:

(...) a real preservação do planeta só será possível em marcos anticapitalistas, com a implosão dessa terrível máquina de moer trabalho e natureza. (ARANTES, 2019)

Nos distanciando do novo “desenvolvimento sustentável” ou “capitalismo verde”. Conceitos onde, a ideologia de progresso predatório torna-se aliada a preservação da ambiental monetarizada (ARANTES, 2019). Convertendo as questões multiespécie em mais uma peça de mercado e especulação.

15 “A cidade [de Brasília] é a mais democrática possível. É um cacoete chamar a cidade de autoritária. Não tem justificativa. A cidade tem um espírito aberto. Eu já disse que a Praça dos Três Poderes é a Versalhes do povo”. (COSTA, 1995 p.5)

16 CANÇADO, 2019. p.21

MEMÓRIAS DO FUTURO: PATRIMÔNIO INDÍGENA

E a gente [*povo Krenak*] vira patrimônio, uma coisa estática. A diferença entre memória viva e alienação é essa produção de patrimônio cultural. Está cheio de programa voltado para o patrimônio, na verdade eles estão pensando em mercadoria, em produto, em materialidade, não estão pensando em memória. O patrimônio cultural você coloca no museu, a memória não, ela escapa. Ailton Krenak¹⁷

Ailton Krenak, indígena da etnia Krenak, compara a patrimonialização a processos estáticos, sob a ótica do mercado e separa as palavras “patrimônio” e “memória”. Como representante do povo tradicional Krenak, Ailton não quer se tornar patrimônio, muito menos peça de museu.

É consenso dentro da disciplina de arquitetura que, as ações de registro, documentação e proteção são instrumentos de valorização social e institucional. Contudo, as palavras de Krenak mostram uma fratura neste consenso. Como um conceito em disputa é importante frisar que, ao falar de patrimônio nos referimos a um recorte. Uma seleção material ou imaterial munida de poder de representação de identidades e que tem no território sua base material. Segundo a arquiteta Andréia Moassab:

O ambiente construído é um sistema semiótico revelador dos povos e dentro desta linguagem a arquitetura tem papel central como produtora de discurso, atribuindo sentidos e construindo realidades: é um dispositivo de produção de verdades. (MOASSAB, 2013).

Tendo em consideração o espaço como categoria política, a seleção ou demarcação de contextos espaciais específicos é, também, um ato político. E, neste caso, a política patrimonial tem papel na formação no aspecto simbólico e social de qual face da história deverá ser contada. (RIBEIRO, 2017).

A preservação ou destruição de certos símbolos elege uma história a ser contada. Ao utilizar as categorias de estilos arquitetônicos e ou sua “importante qualidade arquitetônica”¹⁸ valoriza-se o objeto construído mais como peça escultórica do que

17 Citação retirada da entrevista de Ailton Krenak parte da série “Vozes da Floresta – A aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a nossos dias.” gravadas pelo jornal Le Monde Diplomatique Brasil no ano de 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/tv/vozes-da-floresta-ailton-krenak/>>

18 Termo retirado do decreto de tombamento de região do Pelourinho pelo IPHAN.

uma marcação simbólica no ambiente. Esta forma de caracterizar os objetos de memória esvazia o construído de sua história violenta intrínseca à materialidade. (MOASSAB, 2013). Este movimento de apagamento de símbolos e sua memória, ocorre frequentemente em tombos relacionados a memória negra¹⁹ ou indígena. Como exemplo recente há a discussão sobre a estátua de Borba Gato na cidade de São Paulo. Na qual, mesmo sob constantes protestos²⁰ da comunidade negra e indígena pedindo a retirada do monumento, a prefeitura de São Paulo alega sua importância artística e o mantém. Sobre este ponto a arquiteta Andréia Moassab comenta que:

Não obstante simbolizar a crueldade deste período, vídeos e cadernos institucionais preferem destacar o seu estilo “gótico”, com pouca ou nenhuma referência à fundação da cidade como entreposto português no tráfico atlântico de escravos. Sob a ótica da preservação arquitetônica [...] tem havido uma higienização ou embranquecimento da história de sofrimento que acompanha o período colonial. (MOASSAB, 2013)

O trabalho do arquiteto Paulo Tavares²¹ é um importante estudo de caso acerca de ações que procuram trazer outras perspectivas sobre as violências sofridas por povos originários através do patrimônio. Tavares usa ferramentas tecnológicas, como o georreferenciamento, fotos aéreas, análises de composições vegetais e técnicas forenses, para denunciar e retomar tecidos historicamente indígenas.

O projeto “Memória da Terra” (2018) realizado junto ao Ministério Público Federal e indígenas Xavantes remanescentes das antigas aldeias busca remapear aldeamentos e sítios arqueológicos na América Latina, que foram desapropriados pelo governo militar no processo de modernização da região Amazônica.

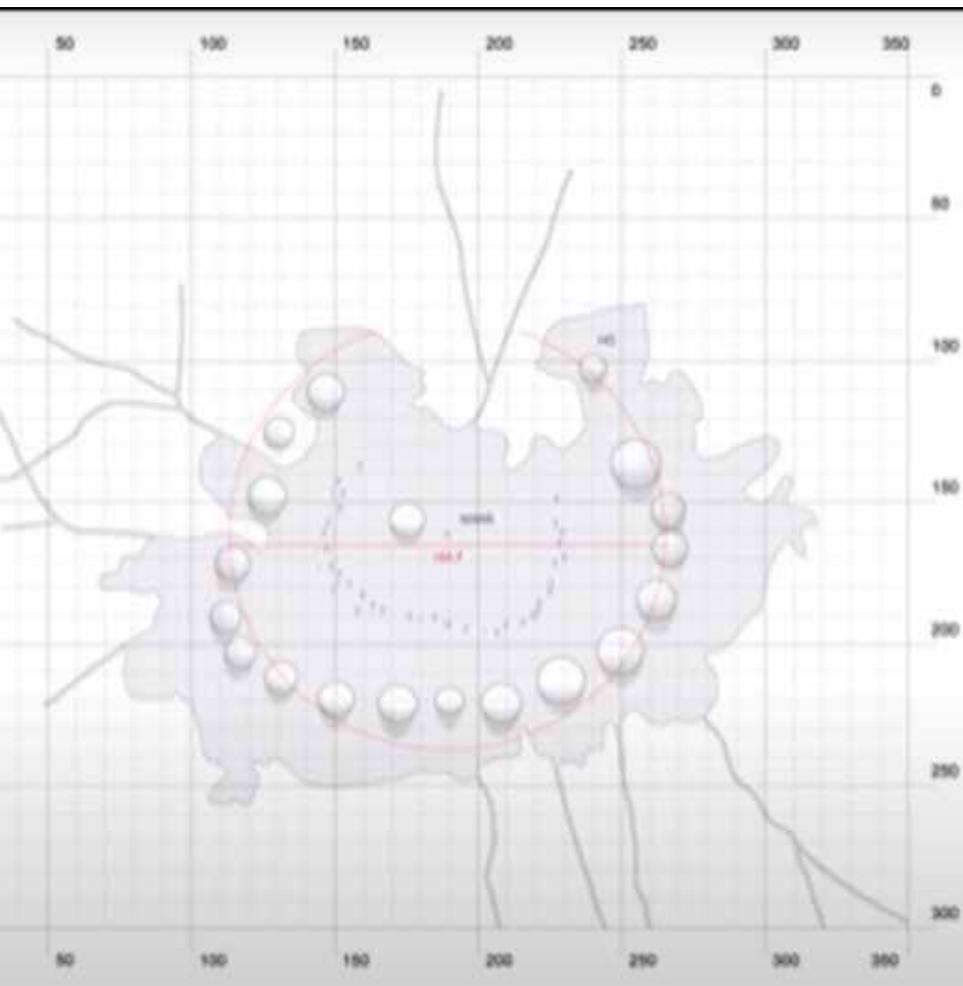
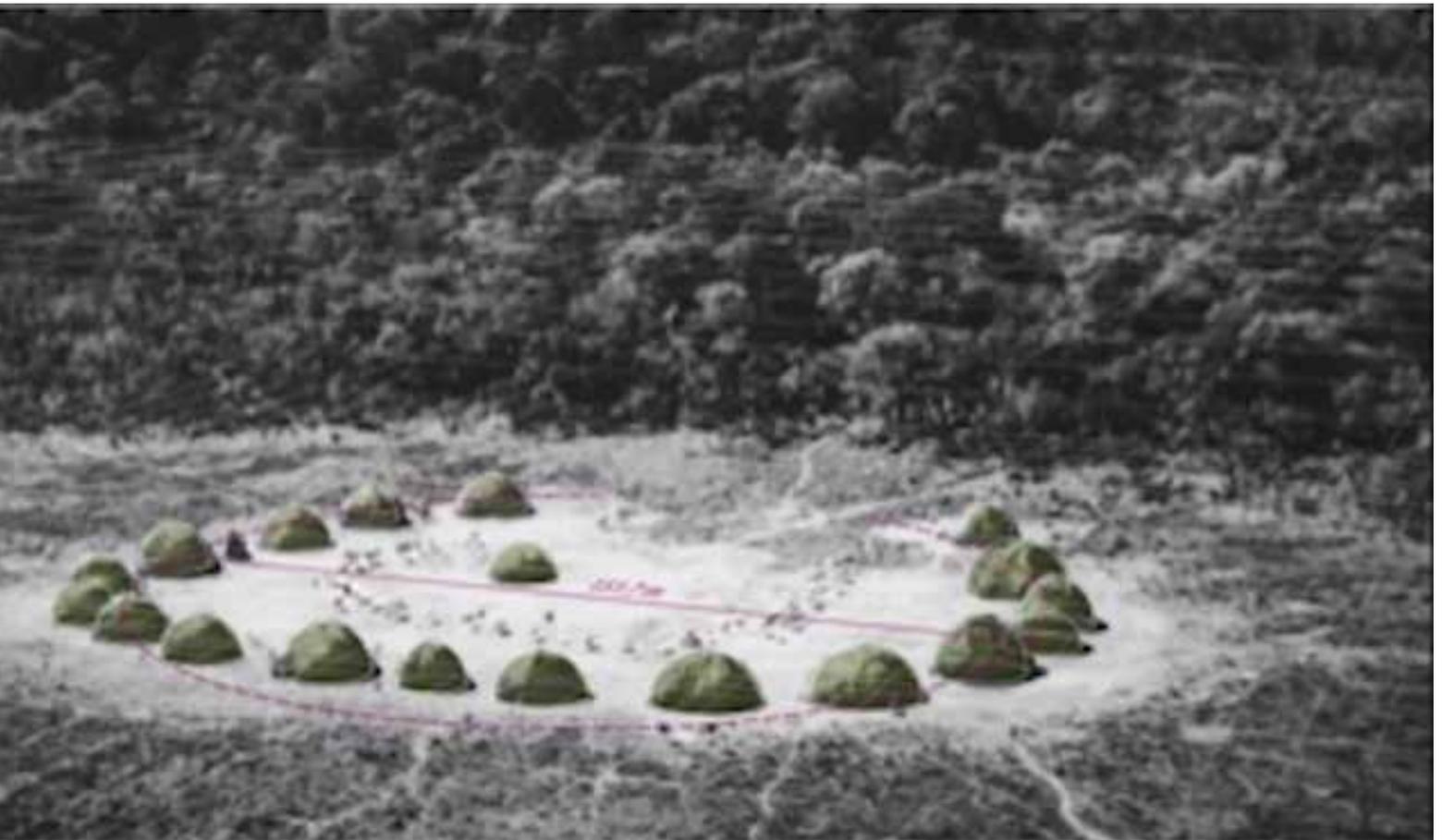
A partir de fotos aéreas feitas pelo exército brasileiro na década de sessenta junto à Fundação Brasil Central, nas quais são registrados diversos aldeamentos A'uwe-Xavante foi possível modelar padrões de ocupação territorial deste povo, o que o grupo conceitua como uma espécie de geometria territorial ou urbanismo-floresta, formada principalmente por ocupações circulares voltadas para cursos de água em seu centro. Permitindo então a modelagem em planta e a reconstituição desses locais.

19 Um dos exemplos deste tipo de prática é o projeto de revitalização urbana e patrimonial da região do Pelourinho no Centro Histórico da cidade de Salvador, Bahia. A revitalização teve objetivo de tornar a área um atrativo turístico da cidade.

20 Ver Jornal El País Brasil: “Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acessado em: 09/08/2021

21 O arquiteto e pesquisador Paulo Tavares, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, é autor dos livros *Selva Jurídica* (2014), *Memória da Terra* (2018) e *Des-Habitat* (2019). Em 2017, criou a agência autônoma, uma plataforma dedicada à pesquisa e intervenção urbana. Tavares é colaborador do coletivo Forensic Architecture.





Prospecção da posição e formato da extinta aldeia Bou na região da bacia amazônica. Fonte: Relatório Memória da Terra, agência Autônoma. Brasília, 2020.

Os vestígios identificados foram compatibilizados com imagens atuais das regiões e analisados a partir de padrões botânicos. Vemos nas imagens a formação arbórea das aldeias Bö'u e Sorepre. Na primeira é possível observar uma área desmatada para monocultura de soja. Contudo, as árvores frutíferas que passaram pela ação humana possuem ainda a mesma formação florestal da aldeia. Tavares supõe que, essa área não foi desmatada pela qualidade frutífera que possui. Exatamente porque foram “projetadas” por e para vida humana.

A última fase para identificação dos territórios é feita a partir da visita de campo junto aos anciãos Xavante Policarpo Waire Tserenhorã, Dario Tserewhorã e Marcelo Abaré. Eles contam a história dos lugares e desenham a antiga configuração daquele lugar. Relatando suas memórias e a memória da terra, ela mesma como evidência, “a própria paisagem como artigo, a terra como documento histórico”²². Tavares então desloca o termo “ruínas” para estes locais, ruínas arquitetônicas formadas por seres vegetais.

Ao produzir estes documentos o coletivo Autônoma procura romper com as dicotomias modernas entre domesticado e selvagem que deram origem a diversas teorias colonialistas (TAVARES, 2016). Através de ferramentas da arquitetura e urbanismo confirma que a área da bacia Amazônica foi constituída por sociedades complexas, que tem sua base em urbanismos ecológicos.

Segundo o autor, é preciso também descolonizar a ideia de cidade, ao entender as transformações vegetais frutíferas e planejadas, produzida pelas populações indígenas, como um tipo de política territorial, diferenciada do urbanismo predatório moderno. Nas palavras do autor, para os povos ameríndios, tudo é política por que todos são sujeitos, a agência que produz a cidade-floresta não é encerrada no homem.

A perspectiva patrimonial que traz o trabalho de Tavares empenha-se para uma reparação histórica dentro das instituições e modifica as categorias de avaliação patrimonial, o que retoma e valoriza a história de populações originárias como memória coletiva. Este aspecto é bastante relevante pois, a desvalorização cultural legada a população negra e indígena contribui para tolerância as violações dos direitos humanos²³ que estas populações sofrem.

22 TAVARES, 2018, p.167

23 Ver dados no “Atlas da Violência 2018”, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) “É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%)”.

Até o ano de 2021, o patrimônio indígena ocupa menos de 1% dos bens tombados nos institutos de patrimônio a nível nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e regional²⁴, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. Já na instância Municipal não há nenhum registro²⁵.

Torna-se urgente então, outra dinâmica de atribuição de valores, que atravesse as questões indígenas e negra a partir das opressões coloniais sofridas, com objetivo de produzir seguridade e legitimação social dos direitos de quilombolas e indígenas. Walter Benjamin (2012) afirma que o processo de transmissão da cultura é também a transmissão da barbárie impressa nesta cultura. Visto isso e levando em consideração a atribuição de valor quase em sua totalidade a bens de memória eurocentrada é fundamental “escovar a história a contrapelo”²⁶ contando as histórias extra-oficiais.

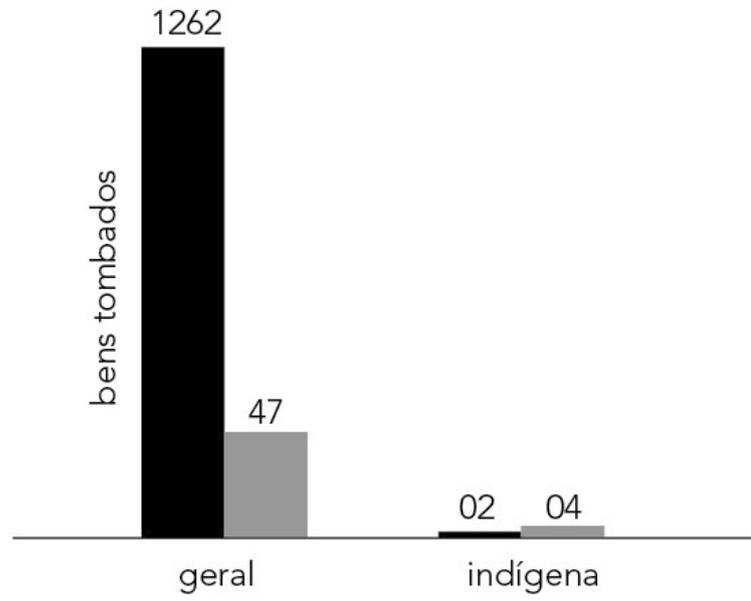
É neste sentido que, a historiadora Márcia Chuva (2009), aponta o deslocamento da memória enquanto entrave à modernidade como instrumento para produção de cidadania. A autora utiliza a expressão “Memórias do futuro”, conceito que é muito caro a este trabalho e ao campo da arquitetura e urbanismo, pois transfere para o campo do patrimônio a competência detornar-se suporte para um futuro mais justo. Mudando a visão do patrimônio como coisa estática, parada em inventários e registros mas, ao contrário, estímulo a comunidades locais ou em desaparecimento, com objetivo, sobretudo, cumprir sua função social de proteção territorial.

24 Considerando o local de estudo como Estado e Município do Rio de Janeiro.

25 Durante a pesquisa entrei em contato com os técnicos do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH para confirmar a informação e recebi como resposta que não há nenhuma informação sobre memória indígena no órgão. Porém eles tem interesse no assunto e, nas palavras da arquiteta responsável, Juliana Oakim, tem conversado sobre essa lacuna em sua atuação enquanto órgão de patrimônio.

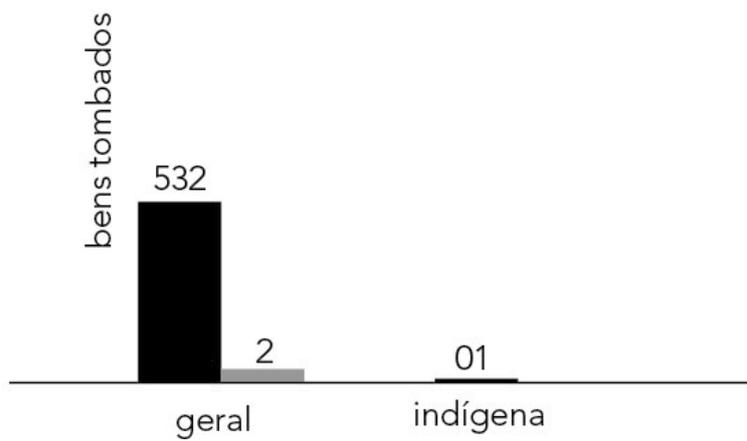
26 BENJAMIN, 2012 p.121

IPHAN



■ material
■ imaterial

INEPAC



4. Uma horta urbana indígena
5. Ontologia e arquitetura
6. Organização em rede
7. Capoeiras, roçados e hortas

aproximações teóricas

UMA HORTA URBANA INDÍGENA FERRAMENTA DE PENSAMENTO ARQUITETÔNICO

Nesta parte da pesquisa são explorados os atravessamentos entre antropologia, teoria da arquitetura e práticas indígenas, com objetivo de entender quais as ressonâncias que uma horta indígena pode ter nas disciplinas “que fabricam o mundo”.²⁷ Como visto, a questão da patrimonialização sobre bens de memória indígena tem importante ligação com os espaços livres, seu uso e seu entendimento como parte fundante da organização social. O mundo natural antropizado: roçados, áreas de caça e pesca, caminhos na floresta são tão essenciais à territorialidade indígena quanto a própria arquitetura em seu sentido estrito, ou seja, artefatos construídos, a exemplo dos locais de moradia.

As reflexões deste trabalho se dão junto ao espaço no qual é cultivada a horta Dja Guata Porã. Localizada no condomínio construído pela Caixa Econômica Federal no ano de 2014 a partir do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Por se tratar de um plantio que é coordenado pelos indígenas Niara do Sol e Dauá Puri, possui especificidades que tornam necessárias a aproximação à teoria antropológica ameríndia e seus desdobramentos espaciais. Contudo, a questão não é enquadrar práticas ancestrais de roçado e plantio como arquitetura, subordinando “os demais modos de existência ao método hegemônico dos Modernos”²⁸ ou a classificações bastante antropocentradas. Mas discutir de que forma este construído vegetal, cultivado sob o perspectívismo ameríndio, reposiciona a disciplina da arquitetura, com foco principal em sua relação com o pensamento sobre cidades.

Como foi visto no exemplo do projeto de Brasília, as cidades são, até hoje, elemento básico para a conquista territorial. Segundo Cançado, a formação do território brasileiro se dá a partir da lógica da “cidade se opondo a floresta, como a civilização a barbárie”²⁹ ou ainda, a partir da citação de Krenak, fruto de uma “matriz civilizatória baseada fundamentalmente, na devastação da floresta, seja ela Atlântica, Amazônica ou Cerrado”.³⁰

27 CANÇADO, 2019, p.19

28 Ibidem, p.247

29 Ibidem, p.13

30 KRENAK,2019 apud CANÇADO, 2019, p.13

O movimento de desmatar áreas gigantescas ao invés de “construir-com”³¹ vem principalmente, do que o arquiteto e pesquisador Paulo Tavares aponta como “oposições dialéticas, as quais contêm em si mesmas relações de domínio, entre domesticado e selvagem, cultivado e não cultivado, artificial e natural”.³² Categorias polarizantes que estão associadas ao que chamamos de design (TAVARES, 2016) e ressoam diretamente na arquitetura e, por consequência, na formação do tecido urbano.



Edição especial da revista Manchete, 12 páginas dedicadas à “conquista” da floresta viabilizada pela abertura da rodovia Transamazônica. Outubro de 1970. Reprodução/Acervo: Ricardo Cardim

31 LAGROU, 2019 p.02

32 TAVARES, 2016, p.03



Horta Dja Guata Porã no bairro do Estácio Rio de Janeiro. Na imagem a indígena Niara do Sol segura um galho da árvore de moringa plantada por ela dentro do condomínio Minha Casa Minha Vida. Autoria: Davi Bernard

ONTOLOGIA E ARQUITETURA

As formas com que a urbanização opera sobre a terra e o manejo da natureza pelo humano exprime seu distanciamento do mundo natural. Isto pois, a proximidade só se dá a partir do controle e da oposição fundamental entre construção versus área livre. O chão sem vitalidade e concretado é representação de urbanidade e, no perímetro urbano, o vegetado ou está como Unidade de Preservação - elemento importantíssimo na preservação da biodiversidade - ou sob controle do paisagista, transformado em objeto compositivo da paisagem. Estes são indicadores do pensamento como “inseparável da realidade que constitui seu exterior”³³. Kopenawa diz que: “a concepção de cidade é, neste sentido, menos um espaço particular e mais uma ontologia”³⁴.

Logo, pensar os espaços sob uma perspectiva multinaturalista pressupõe partir de uma ontologia outra, que não a do espaço moderno: uma ontologia associada a ideias de ecologia e multiespécies. Considera-se neste trabalho os chãos vegetados, frequentemente extra-oficiais, que estão fora dos manuais de projeto urbano, porém são presentes dia-a-dia de diversas populações, como: hortas urbanas para subsistência local de populações faveladas, iniciativas agroecológicas urbanas em terrenos abandonados³⁵ ou, como no caso do Minha Casa Minha Vida, hortas e roçados cultivados em cantos esquecidos dentro dos lotes. Estas ações, que são operadas na maioria das vezes por não arquitetos, estão trabalhando sob outras lógicas de ocupação do solo, ou até outras ontologias.

É neste sentido que Cançado traz a proposta de uma “torção ontológica”³⁶ no campo do desenho. A partir do intercâmbio com a linha de pensamento antropológica que ficou conhecida como “virada ontológica” Cançado desafia as disciplinas

33 VIVEIROS DE CASTRO, 2001, p.10 apud CANÇADO, 2019, p.29

34 KOPENAWA, 2015 apud CANÇADO, 2019 p.29

35 Ver matéria Folha de São Paulo “Horta gigante complementa refeição de 800 famílias no Rio na pandemia” Disponível em: <folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/horta-gigante-complementa-refeicao-de-800-familias-em-favela-do-rio-na-pandemia.shtml> Acessado em: 18/05/2021

36 CANÇADO, 2019. p.21

responsáveis pela “fabricação e ocupação do mundo” a pensar mundos múltiplos, se distanciando da ontologia moderna, trazendo estes “outros” ou “extra-modernos” para o centro do debate.

E ainda, se as pessoas agora já não mais estão restritas somente aos humanos, e se a humanidade é coextensiva a diversos seres e entidades – sobrenaturais inclusive –, como os diversos coletivos de humanos e não-humanos coproduzem o mundo, seus artefatos e espaços? Considerar tais questões para pensar uma “torção ontológica” dentro da virada espacial não deixa de ser um projeto urgente. Uma torção que coloque a questão premente de como incluir todos aqueles coletivos “extramodernos” e suas relações sociais na fabricação e na ocupação do mundo. Ou, dito de outra forma, pensar uma intrusão antropológica no cerne do “campo do desenho” como diria Lina Bo Bardi. (CANÇADO, 2019, p.21)

No campo da antropologia as sucessivas viradas³⁷, até chegarem na “virada ontológica” propriamente dita afetaram disciplina em suas principais estruturas, seus métodos de investigação e etnografias. Participam desta virada os autores que se apoiam em metafísicas indígenas e seus múltiplos universos, que expressam um mundo ontologicamente plural em contraposição a oposição entre natureza versus cultura das ciências clássicas (UCHOA, 2017). É importante ressaltar que a natureza, nestes termos, não tem o sentido genérico, não é, necessariamente, a vegetação, o solo, ou seja, mundo natural. Mas tem um carácter metafísico associado ao “ser”, a natureza das coisas, humanos e não-humanos.

Derivada da teoria perspectivista do antropólogo Eduardo Viveiro de Castro em seus estudos sobre as populações indígenas da bacia amazônica a virada ontológica desloca o etnocentrismo ocidental ao torcer os princípios de “sujeito versus objeto”, “discurso versus realidade”. O homem como sujeito primeiro, dotado de capacidade de reflexão, frente ao que está fora³⁸ os objetos a serem operados, o mundo natural, animais e demais seres estáticos, fixos e sem compreensão da realidade (VIVEIRO DE CASTRO, 2004).

Esta torção ontológica trazida pelas cosmologias ameríndias trata os demais seres como “sujeitos em potência”³⁹ e, assim, dotados de perspectiva e capacidade relacional. o antropólogo Viveiro de Castro diz que, “para os ameríndios o referencial

37 Ver capítulo “Arqueologia de um conceito” in LAGROU, 2018.

38 “O responsável original por tal ideia é, naturalmente, Kant, que teria conduzido a filosofia, desde então, para uma via que a afastou infinitamente do “Grande Fora” e a encerrou na gaiola dourada do sujeito. Com Kant perdemos o mundo, em suma, voltando-nos para nós mesmos, no que se poderia chamar de um verdadeiro surto psicótico de nossa metafísica. O sujeito constituinte moderno é uma alucinação narcisista, o Entendimento legislador é um Napoleão de hospício de província.” DANKOWSKI, VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 47 in UCHOA, 2017 p.38

39 VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. Palestra “O pensamento indígena amazônico”. São Paulo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo., 2009. (180 min.), P&B. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=E7IOjgpqI9Y&t=6892s. Acesso em: 23 maio 2021.

comum a todos os seres da natureza não é o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição”⁴⁰ Segundo a antropóloga Els Lagrou caracteriza por “ontologias relacionais”:

“Ao coevoluir com, ao invés de destruir, o ambiente animado de outros seres que os circundam e habitam, esses coletivos revelam diferentes caminhos de ‘ser-com’, assim como sua práxis exhibe a prova de mundos e ontologias eminentemente relacionais. A substituição de ontologias relacionais pela oposição entre ‘sujeito’ e ‘objeto’ permitiu que a empresa Modernista e Capitalista inventasse sua máquina de conquista do mundo (...)” (LAGROU, 2018)

É neste sentido que Viveiros de Castro nos diz que todas as espécies: botânicas, humanas e animais formam sociedades, pois se relacionam intra e inter-espécies.⁴¹ E, por isso, todas as relações são necessariamente relações sociais. Lagrou coloca ainda como a “ontologia relacional” se dá sobretudo a partir dos corpos “como condição”. Produzindo, a partir da questão central da diferença entre corpos nas ontologias ameríndias, uma visão de mundo com base na variação e, por consequência, no multinaturalismo:

O que difere (e aqui a diferença é fundamental) para as ontologias ameríndias (...) é o corpo “como agenciamento de afetos ou modos de ser que constituem um habitus” (VIVEIROS DE CASTRO, 2012 p.113). O fato de seres diferentes possuírem corpos diferentes, com afetos, inclinações e capacidades diferentes, explica a diferença de perspectivas quando as espécies se encontram. Multinaturalismo, portanto, não é tanto uma teoria que postula “uma variedade de naturezas”, mas sim uma que considera a “variação como natureza. (LAGROU, 2018, p.143)

Entendo que, o deslocamento ontológico que o termo “variação como natureza” traz é enorme pois não se trata de diversas naturezas coexistindo como seres estáticos em suas percepções. Mas o movimento de saber sobre as variações das naturezas de acordos com os corpos, e esta variação como parte fundamental do habitus⁴². Não é somente o olhar relativo: o homem vê o bicho, o bicho vê o homem ou o vegetal vê homem e vice e versa. Mas como se, o corpo que vê, munido de perspectiva própria, pois trata-se de um corpo específico, estivesse sempre torcido em relação ao mundo do outro.

Lógica que difere das polarizações interno versus externo, sujeito versus objeto

40 VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.356

41 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Palestra “O pensamento indígena amazônico”. São Paulo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo., 2009. (180 min.), P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E71OjgpqI9Y&t=6892s>. Acesso em: 23 maio 2021.

42 O termo habitus neste caso se refere ao conceito de Pierre Bourdier. Habitus diz respeito às disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização, sendo caracteriza pelo autor como “um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa” BOURDIEU, 2002 p.83 apud SETTON, 2002, p.61

e como dito anteriormente, abre a possibilidade de universos múltiplos com suporte

nas múltiplas perspectivas. Isto pois, a condição de humanidade só existe como tal a partir de sua própria perspectiva. As imagens ilustrativas da Fita de Möbius⁴³ e garrafa de Klein, citadas por diversos antropólogos⁴⁴, ajudam a revelar a complexidade do pensamento ou movimento de torção. Segundo Lagrou, o movimento contínuo de dobra sem ruptura demonstra o sentido de variação e de intrusão do exterior e interior e vice-versa:

“Uma dobra se desdobra na outra, há um movimento constante de inversão entre o interior e o exterior, entre o que foi ingerido e o que ingere, o enunciador e o enunciado, produzindo uma figura complexa de desdobramento, multiplicação e outro-devir ao longo da experiência.” (LAGROU, 2018)

Estudar a fundo os conceitos de perspectivismo e multinaturalismo através dos mitos e etnografias pode parecer muito distante da arquitetura, um desvio longe demais. Porém, a quebra de paradigma que a “virada ontológica” traz é, ainda, “traduzida com o espaço e no espaço”⁴⁵. Traduzida uma vez que, a arquitetura, tanto de espaços vegetais quanto minerais é, também, linguagem. Ao importar estes conceitos para as disciplinas como arquitetura, urbanismo e design a principal ressonância deve ser, também, na estrutura desta, ou seja, na produção material do mundo.

Esta produção diz respeito não só ao espaço físico e objetos em geral, mas também quais posições atribuímos a tudo que não é humano propriamente dito. A consideração sobre outras epistemologias pode trazer a arquitetura novos olhos para o espaço, como por exemplo a experiência do Equador que, no ano de 2008, tornou a natureza sujeito político e jurídico na Constituição Nacional, com direitos similares aos seres humanos⁴⁶. Iniciativa que assimila as perspectivas ontológicas relacionais e ressoa no pensamento jurídico e espacial ocidental, o que, sem dúvidas, os princípios do pensar e produzir espaço urbano naquele país.

Segundo o arquiteto e urbanista Paulo Tavares esta é uma “mudança jurídico-epistêmica radical”⁴⁷ e do ponto de vista ocidental, foi necessária para trazer a natureza ao centro do debate no Equador. Visto que, “no mundo indígena a natureza nunca

43 O conceito de “torção”, é exposto de forma mais completa no texto “A fórmula canônica do antropólogo Mauro de Almeida. Almeida, em consonância com Viveiros de Castro, usa exemplos da geometria e da topologia, como a Fita de Möbius para demonstrar o conceito de “torção” como uma transformação estrutural por excelência. mito”, do antropólogo Mauro de Almeida. Almeida, em consonância com Viveiros de Castro, usa exemplos da geometria e da topologia, como a Fita de Möbius para demonstrar o conceito de “torção” como uma transformação estrutural por excelência.

44 Ver STRAUSS, 1985; LAGROU, 2016; ALMEIDA, 1999 in LAGROU, 2018.

45 QUEIROGA, 2007. p 82

46 ACOSTA; MARTÍNEZ; MACAS; MELO; TAVARES, 2017.

47 Ibidem. p.2

precisou de direitos, simplesmente porque nunca esteve às margens.”⁴⁸

Acredito que compreender a natureza – ou o mundo natural – como uma das formas de “ser” no mundo, a partir de uma ontologia relacional, e a coabitação entre humanos e não-humanos como uma relação social pode mudar visão das cidades como o “artefato cultural privilegiado”⁴⁹ na espacialização da “grande separação” entre Natureza-Cultura”⁵⁰. Isto pois, ainda segundo Cançado, “não há processos sociais que escapem ao espaço, que não sejam espaços e que não produzam espaços”⁵¹.

48 Ibidem. p.3

49 CANÇADO,2019 p.144

50 Ibidem. p.144

51 Ibidem. p.21

CAPOEIRAS, ROÇADOS E HORTA: MUNDO VEGETAL ATRAVÉS DA PERSPECTIVA AMERÍNDIA

A etimologia da palavra capoeira vem da conexão dos termos ka'a ("genérico para plantas de grande porte/mata") e pûer ("que foi"), ou seja, "o que foi mata". Alude às áreas de plantio de floresta secundária, onde se regenera área florestal que no passado foi feita agricultura indígena. Diversas populações indígenas de regiões tropicais úmidas – Alto Rio Negro, Xingu, entre outros – fazem o roçado ou hortas a partir da coivara⁵², corte e queima de área florestada para plantio de vegetação baixa. A derrubada de árvores e a queima serve ao propósito ecológico de utilizar as cinzas desta floresta consolidada para nutrir o chão e acelerar a colheita (DOSSIÊ,2010). Os ciclos de cultivo levam em conta a futura regeneração da floresta – capoeiras - e assim, mudança para regiões próximas, em que a coivara irá se repetir.

A itinerância desta prática produz "um mosaico de roças novas, velhas, capoeiras e florestas em vários estágios de regeneração e dá uma "profundidade temporal à paisagem"⁵³ Uma castanheira de grande porte, por exemplo, é marcador da ocupação desde gerações anteriores, enquanto, a inexistência de florestas regeneradas a partir de roças velhas, indicam ocupação recente. A série temporal observada da floresta tem como seu último estágio a "mata" ou floresta primária, há então, as roças, capoeiras (floresta de regeneração recente), as roças dos antigos (roças em regeneração longa) e a mata (DOSSIÊ,2010). Estas "ruínas vegetais"⁵⁴, nos termos de Paulo Tavares, ou o que poderíamos chamar de rizoma paisagístico, dificilmente seria identificado por nossos olhos destreinados. Ou treinados, em seu analfabetismo botânico, para reconhecer somente o que é tijolo, pedra ou concreto como arquiteturas.

A riqueza destes locais está tanto em seus "registros arqueológicos", que p

52 Agricultura de coivara e define-se, em geral, por poucos anos de cultivo, seguidos de muitos anos de repouso. A plantação inclui o corte, a derrubada e a queima da floresta nativa, onde o fogo desempenha papel fundamental. Há, então, a plantação intercalada de várias culturas (rotação de culturas), como o arroz, o milho e o feijão, durante 3 anos e, principalmente, a rotação de solos para melhorar a fertilidade e controlar as pragas.

53 DOSSIÊ, 2010, p.51

54 TAVARES, 2016, p.0 6

rmitem iniciativas como do Forensic Architecture⁵⁵ resgatar a posse sobre territórios

indígenas que foram violentamente expulsos. Quanto em seus ensinamentos sobre a prática de ontologias relacionais, nestas paisagens a vegetação possui segmentações específicas conforme suas características, a exemplo da descrição feita pelo IPHAN no registro patrimonial do sistema agrícola do Alto Rio Negro.

Nesta região vemos que, a área próxima ao Rio Negro, por ser sazonalmente alagadiça, pertence a produção pesqueira. O bioma da caatinga amazônica é usado para retirada de fibras e palhas usadas na construção de moradias e utensílios. As duas áreas possuem terreno argiloso e não servem à plantação de roças, que é concentrada na área de “Floresta de terra firme”. Nesta parte há as capoeiras, de diversas idades, e as roças em atividade, todas entremeadas pela floresta primária. As roças se localizam, na maioria das vezes, em um raio de dois quilômetros das moradias, distância compatível com o transporte da waturá⁵⁶ de mandioca. Ou seja, as distâncias são medidas através do movimento do corpo. No entanto, esta organização pode variar por relações de afinidade, parentesco ou alianças.

Nestes rizomas paisagísticos a vegetação não é um exterior homogêneo e estático, mas um “ser” justaposto a vida diária. Nesta “sociedade de sociedades, uma cosmopoliteia”⁵⁷ como diz Eduardo Viveiro de Castro e Déborah Danowski penso em uma paisagem “criada-com”, que torce a concepção de meio ambiente como recurso, mas sim como necessidades que se retroalimentam. Isto pois, “A estrutura botânica e a composição de espécies herança do design indígena.”⁵⁸ A tecnologia botânica indígena, alimenta a biodiversidade da floresta, assim como a floresta os sustenta, enquanto corpos e organização espacial, política e metafísica. Ainda segundo Tavares, precisamos repensar o mito fundador do espaço urbano “como o espaço do político, onde o ato do projeto original não se baseia na derrubada da floresta, mas sim na prática contínua de seu cultivo.”⁵⁹

55 A Forensic Architecture (FA) é uma agência de pesquisa que investiga violações dos direitos humanos, incluindo violência cometida por estados, forças policiais, militares e corporações. Disponível em: <<https://forensic-architecture.org/>>

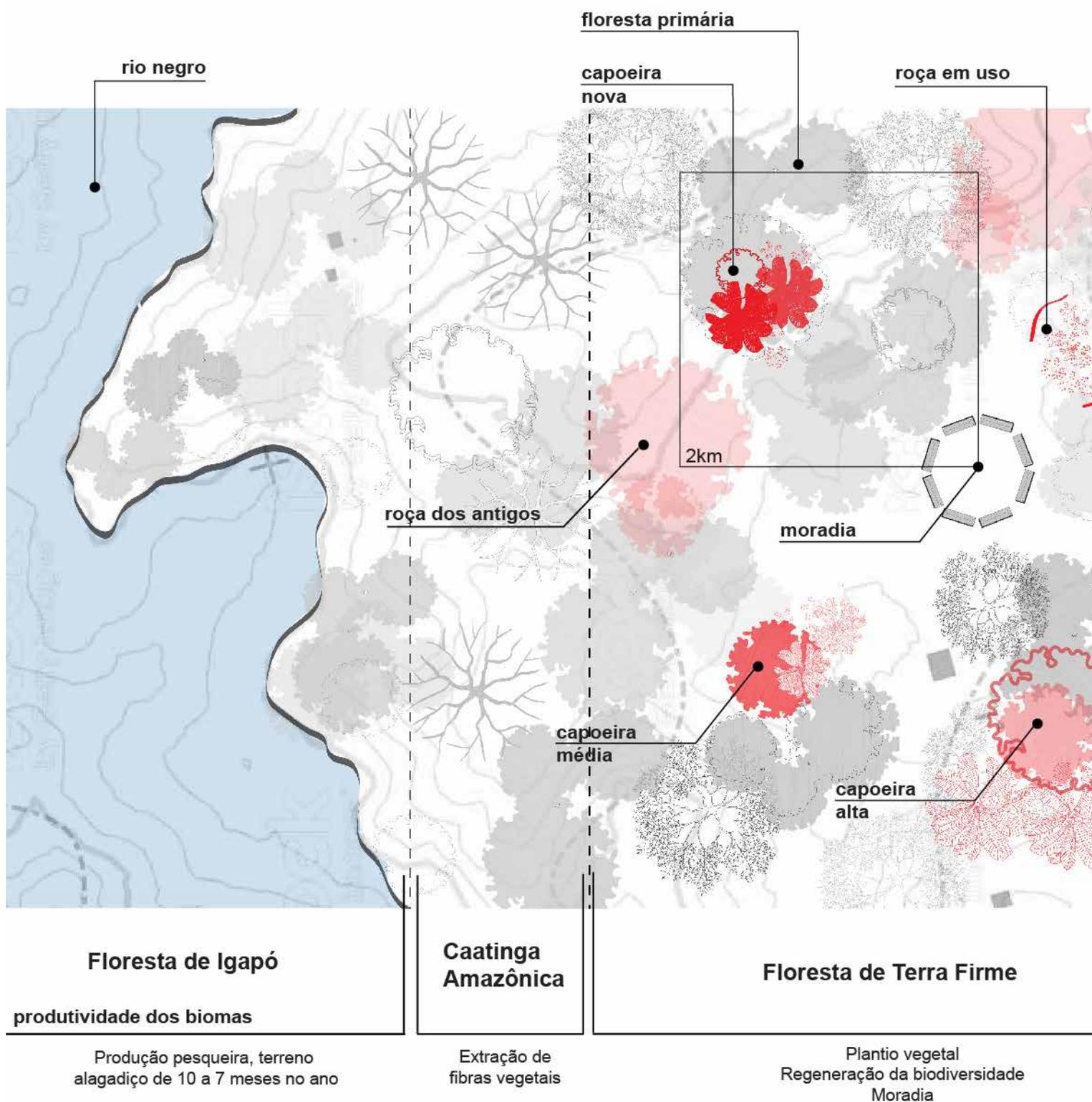
56 Cesto cargueiro alto feito de trançado artesanal em palha, serve para transportar os produtos da roça para os locais de moradia.

57 DANOWSKY; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 94 apud CANÇADO, 2019, p.132

58 TAVARES, 2016. p.04

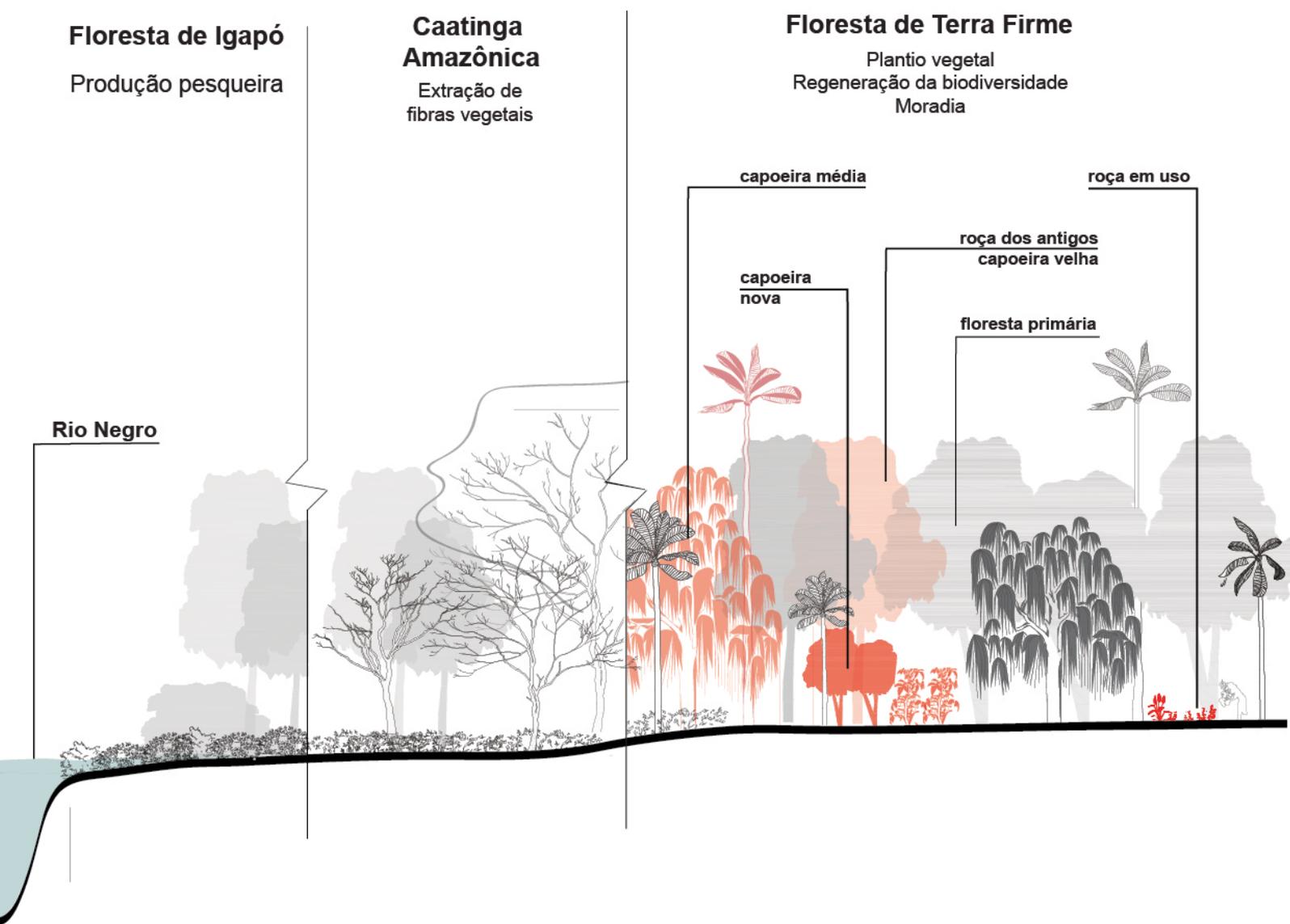
59 idem

idades da mata



Idades da Floresta. Fonte: Elaboração própria. Informações retiradas do Instituto Patrimônio Histórico Nacional (org.). Dossiê de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Brasília, 2010. e artigo "Etnias do Rio Negro" do Instituto Socioambiental .

rizoma paisagístico



Rizoma Paisagístico. Fonte: Elaboração própria. Informações retiradas do Instituto Patrimônio Histórico Nacional (org.). Dossiê de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Brasília, 2010.

ORGANIZAÇÃO EM REDE

Os principais mapeamentos documentados sobre organização espacial em redes de populações indígenas são o Dossiê de registro patrimonial feito pelo IPHAN do sistema agrícola na bacia do Alto Negro e a arqueologia da ocupação indígena no Xingu pré-colonização. Os dois planificam um sistema que, a princípio, é feito horizontalmente, pelas possibilidades de ocupação do terreno – produtividade do solo, proximidade de água. Estes mapas descrevem um sistema complexo de relações espaciais, fruto de relações de parentesco e circulação de elementos vegetais.

A bacia do Rio Negro se estende sobre setecentos quilômetros, da Venezuela, Colômbia e Guiana até Manaus. Até o ano de 2010, na parte brasileira, foram identificadas 23 etnias pertencentes a três famílias linguísticas, tukano, arawak e maku que vivem nessa região (DOSSIÊ, 2010), caracterizando um sistema agrícola pluriétnico. Neste mesmo ano foi concluída a pesquisa de tombamento imaterial deste sistema produtivo e, conseqüentemente, de todas as áreas de manejo florestal que sustentam o sistema. O Alto Rio Negro é foco de uma diversidade de plantas cultivadas, porém a maniva – mandioca brava – é a base da organização social e espacial deste local, como foi visto no rizoma paisagístico.

A roça da mandioca brava é bastante representativa dos povos indígenas na América Latina. Segundo a artista indígena Salissa Rosa as raízes representam uma “divisão geopolítica originária”, correspondente à divisão indígena de Abya Yala⁶⁰. Segundo a artista, há os Povos do Milho, que habitam parte do que chamamos de América Latina à oeste, os Povos da Batata, que é o cultivo tradicional dos povos dos Andes; e os Povos da Mandioca, que são os povos originários do Brasil e região.

Salissa realizou em 2019 a ação artística Umuarama, palavra tupi, que quer dizer “local ensolarado onde se encontram os amigos, lugar de descanso”, como parte da residência artística Bolsa Pampulha. Umuarama consistiu no plantio comunitário de uma Horta de Mandioca em um terreno vago, anexo ao Museu de Arte da Pampulha (MAP), área central no planejamento urbano de Belo Horizonte. Segundo a artista, a mandioca conduz ao resgate simbólico da terra e das tradições ancestrais, a arte –

60 Na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América.

e o roçado - que “transita do individual para o coletivo, se manifesta com a natureza, com a terra”⁶¹ como diz em seu instagram para divulgação:

Entendo a mandioca como caminho artístico ancestral, como possibilidade de enraizar a cultura indígena na cidade. A mandioca é tecnologia indígena, e é também um ser encantado, que foi cultivado coletivamente. SALISSA, 2019. Citação retirada da divulgação da artista pelo instagram.

A obra da artista foi doada ao museu após o plantio e a primeira colheita, o que, segundo a curadora carioca Pollyana Quintella testou os limites da própria instituição. “Como seria manter a horta viva para além de sua presença? Como conservar a raiz no museu?”⁶². A memória e a arte indígena, neste caso, estão enraizadas na terra e não são somente objeto contemplativo, mas vivo e crescendo a cada dia. Segundo Quintella, o caso não foi resolvido e a horta continua a dar frutos no terreno em frente ao museu.

A questão que traz Salissa sobre o trânsito entre o individual para o coletivo e vice-versa também é visto no Alto Rio Negro. No registro patrimonial foi feito o mapeamento do que chamo de organização em rede. A distribuição espacial dos roçados é feita tanto em relação à paisagem vegetal do entorno – rizoma – quanto a outras roças, parentes e locais de venda. As plantas, mudas, sementes circulam intensamente entre os indígenas e demais moradores. Elas são transportadas, comentadas, testadas por diversos moradores, garantindo “um fluxo contínuo regional de plantas.”⁶³

Este fluxo é garantido sobretudo pelas relações sociais humanas envolvidas e, não necessariamente, pela distância geográfica. (DOSSIÊ, 2010). O que caracteriza o sistema como um tipo agenciamento social do espaço e da vida através da paisagem vegetal. Pois, mesmo os roçados sendo propriedades individuais, ou seja, há uma pessoa que é identificada como pertencente àquele plantio. As roças são erguidas sob apoio da população local, estendendo suas redes de biodiversidade por grande parte do Alto Rio Negro.

Utilizo o termo “propriedade individual” pois, os conceitos ocidentais de propriedade privada estão longe de encontrar paralelos no espaço florestal. Segundo Viveiro de Castro (2017) a relação ameríndia com a propriedade se dá a partir da ideia de pertencimento à terra como um ser imanente a aquele que cuida. Ser indígena, segundo o autor, é, também, “ter como referência primordial a relação vital com a terra onde nasceu ou se estabeleceu”⁶⁴. Ou seja, pertencer a um roçado específico e não ser proprietário dele como mercadoria.

61 Ver instagram de Salissa Rosa, principal meio de divulgação do seu trabalho.

62 QUINTELLA, 2020

63 DOSSIÊ, 2010, p. 95

64 VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p.04

Na pesquisa realizada pelo IPHAN foi registrado que cada plantação conta com a mobilização de dez a mais de cinquenta doadores de mudas e sementes. Como por exemplo no roçado da agricultora indígena Hilda. Nesta horta onde, em 2010 eram cultivadas cento e quarenta e duas espécies, foi construída a partir da doação de quarenta e dois doadores. Este roçado em escala micro é inscrito dentro do mosaico de redes em escala regional, que, segundo o dossiê, se estrutura pelos pontos extremos do Rio Negro, ao oeste, Mitu na Colômbia e ao leste, Manaus. Segundo o dossiê, através desta circulação, que provavelmente se multiplica exponencialmente para além da área estudada, “todos os continentes são representados nas plantas cultivadas hoje no médio Rio Negro.”⁶⁵ As redes asseguram a circulação de um bem coletivo, as plantas, seus nomes, suas características e sua história, para além das noções de fronteira nacional e mantém a memória de uma prática ancestral na relação com a terra.

Segundo o Dossiê a circulação vegetal se caracteriza como “um sistema deslocado, policêntrico e não hierarquizado de conservação de recursos fitogenéticos”⁶⁶. Podemos retomar então o conceito de Paulo Tavares sobre agência social como característica de uma “arquitetura descolonizadora” ou uma arquitetura sob a perspectiva decolonial⁶⁷, onde “o processo e as redes articuladas”, os tipos de sistemas produtivos, as redes e atores sociais, em torno do objeto construído são tão expressivos quanto o objeto em si (TAVARES, 2019). E, como já foi dito, a agência social, neste caso, ocorre em sentido ampliado, pois há o cruzamento entre as redes humanas e as redes das demais sociedades, que ocupam lugar igualmente relevante neste espaço - sociedades vegetais, animais e metafísicas.

Este tipo organização policêntrica também é observado nas pesquisas arqueológicas de de Anna Roosevelt, Michael Heckenberger e equipe, sobre “urbanismo xinguano”⁶⁸ no Alto Xingu, citados por Cançado em sua tese. A pesquisa arqueológica expõe uma cidade-floresta pré-colonização, com a presença de estradas, pontes, roçados e criação de diversos animais. Emaranhados em um complexo sistema de nós e circulação, que considera a floresta como parte integrante da vida (CANÇADO, 2019).

65 DOSSIÊ IPHAN, 2010, p.76.

66 Os recursos fitogenéticos incluem qualquer material genético de origem vegetal com valor real ou potencial para a alimentação e a agricultura, são o combustível para o melhoramento genético vegetal e são considerados a base da agricultura sustentável no Brasil.

67 Ana Paula Baltazar, argumenta em seu texto “Não existe arquitetura decolonial porque não existe ensino de arquitetura decolonial porque não existe arquitetura decolonial” (2020) a impossibilidade de uma arquitetura propriamente descolonizadora ou decolonial, mas sim de arquitetura “sob uma perspectiva decolonial”. Ana Paula Baltazar é arquiteta e professora associada do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

68 HECKENBERGER, et al, 2008, p. 1214 apud CANÇADO, 2019, p.139.



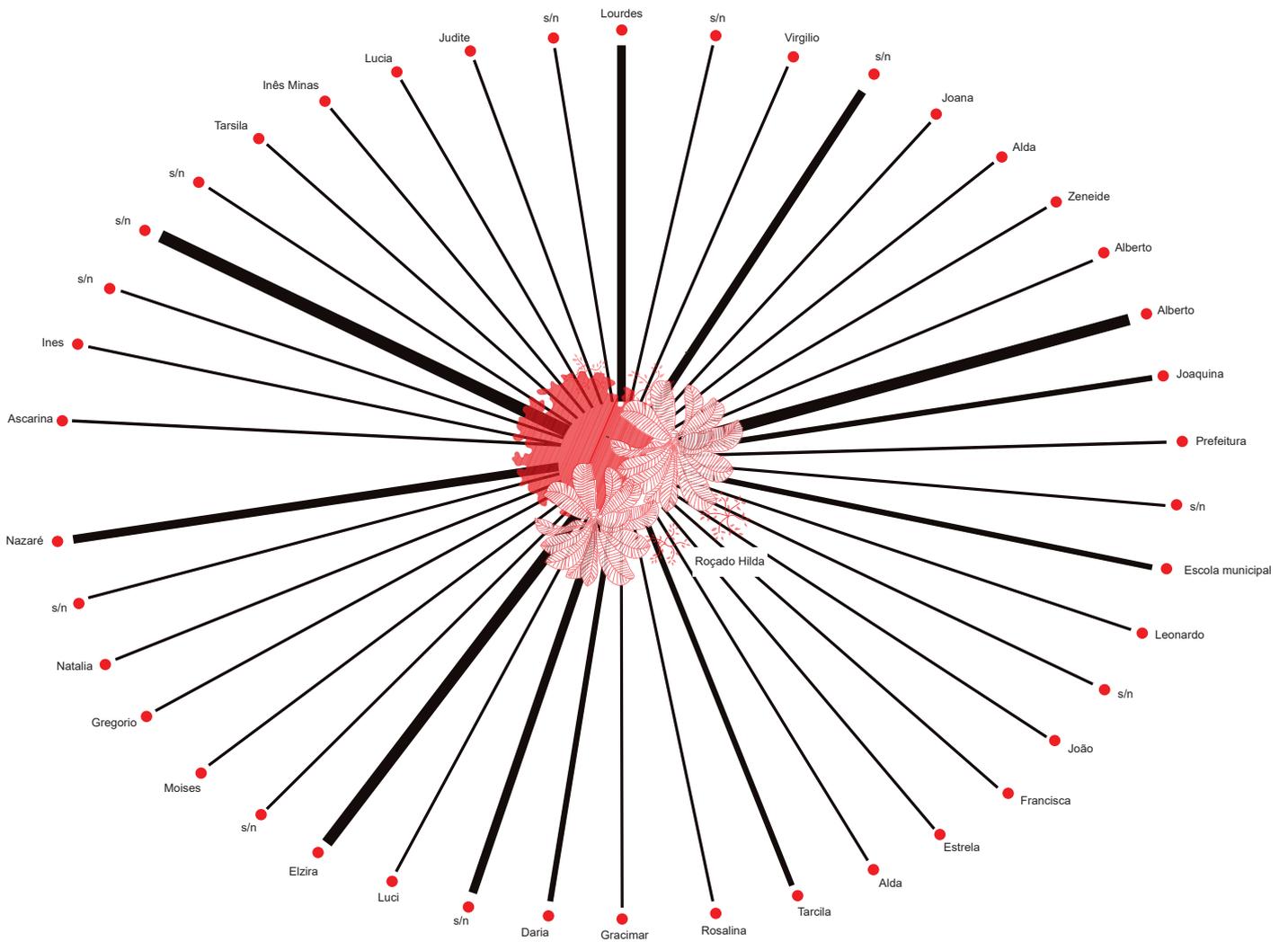


Registros da obra "Umuarama", 2019, horta de mandioca como caminho artístico ancestral, residência Bolsa Pampulha, MG. Fotos: Aline Ramos

Que não estrutura o espaço sob oposições: área externa versus área interna, espaço livre versus espaço construído. Acredito que, neste caso, o “urbanismo” é formado pelo “construído vegetal”, florestas antropogênicas de diversas idades e com diferentes objetivos se misturam a floresta primária e as áreas de circulação e moradia em uma gradação sutil. Como nos explica Cançado:

Esses centros urbanos, ou “cidades-jardins multicêntricas”, apresentariam intensas relações entre a floresta, os cultivos, as roças e os jardins, conectados a outras estruturas, e ao invés de considerá-las pelo critério da falta e categorizá-las em uma escala evolutiva como alguns degraus atrasados, insistiria Heckenberger, tais padrões encontrados na Amazônia sugerem soluções alternativas, estratégias, caminhos e trajetórias históricas distintas de domesticação, categorização, regionalização, intensificação e urbanização. (CANÇADO, 2018, p.139)

Reafirmando Cançado, o “urbanismo xinguano” ou os “mosaicos de trocas” no alto Rio Negro apontam para estratégias e caminhos para outras relações com a floresta e o mundo vegetal. Como diz também Lagrou, lembram “outros momentos históricos em que a Amazônia falou ao imaginário do mundo como fonte de soluções alternativas para a humanidade.”⁶⁹ Não se trata portanto de replicar o “urbanismo xinguano” na cidade ou mimetizar uma organização vegetal amazônica no contexto de centros urbanos. Como no Rio de Janeiro, onde o adensamento, o déficit habitacional e o traçado urbano colonial são uma realidade. Mas “pensar-com” uma torção construtiva na arquitetura a partir dos chãos existentes, desnaturalizar o projeto de cidades como uma metodologia fechada . Tendo como base “ontologias relacionais” e a justiça ambiental



Horta de Hilda e seus colaboradores. Informações retiradas do Instituto Patrimônio Histórico Nacional (org.).
Dossiê de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Brasília, 2010. p.95

8. Notas para uma *etnografia* por uma arquiteta
9. Rio de Janeiro indígena

Etnografia **em bruto**

NOTAS PARA UMA ETNOGRAFIA POR UMA ARQUITETA

“É como se você fosse andando, muito decidido, por um caminho reto e, aos poucos, fosse percebendo que ele ia se estreitando, mudando suas características e virando um beco. Aí você acaba dando de cara com uma parede.”⁷⁰ Assim o arquiteto e antropólogo Carlos Nelson (1980) inicia seu ensaio “Como e quando um arquiteto pode virar antropólogo?” Segundo o autor, a ação mais acertada ao dar-se de cara com a parede é dar meia-volta, olhar na direção oposta e pensar – “aqui começa tudo de novo”.

Este trabalho trata-se de um exercício etnográfico, que mistura pesquisas históricas e apontamentos em arquitetura. Tendo em vista algumas transformações que a horta trouxe ao condomínio Zé Kéti, parte do programa nacional de habitação Minha Casa Minha Vida – Faixa 01⁷¹, localizado no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro. Realizado junto a Niara do Sol, indígena da etnia Kariri Xocó e Dauá, indígena da etnia Puri, moradores do condomínio MCMV e parte da Aldeia Vertical. A aldeia trata-se de um grupo multiétnico residente de um dos blocos do condomínio. A mudança para o conjunto habitacional ocorreu após a remoção forçada da Aldeia Maracanã⁷², no ano de 2013.

Certamente não faço uma etnografia em termos antropológicos, visto que foi um processo curto e não segue uma metodologia rigorosa nas descrições. Contudo, não se trata de um levantamento espacial nem um diagnóstico, mas um trabalho de campo, ou uma “etnografia em bruto”⁷³. Para além, este trabalho também trata de uma mudança na minha formação, um olhar na direção oposta da arquitetura, para olhá-la

70 SANTOS, 1980 p.01

71 Refere-se a categorização por renda do programa habitacional Minha Casa Minha vida, sendo Faixa 01 destinada aos moradores de menor renda do programa.

72 A ocupação, iniciada no ano de 2006, foi resultado do Primeiro Encontro Tamoio dos Povos Originários, realizado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Após o término do evento, cerca de trinta e cinco indígenas de dezessete etnias dirigiram-se ao prédio do antigo Museu do Índio e estabeleceram a ocupação que viria a ser conhecida como Aldeia Maracanã (SANTOS, 2019). Até que, no ano de 2013, por conta das obras para os eventos da Olimpíada e Copa do Mundo na cidade do Rio, os moradores foram violentamente expulsos pela prefeitura.

73 O arquiteto e antropólogo Carlos Nelson dos Santos em seu texto “Como e quando um arquiteto pode virar antropólogo?” (1980) utiliza o termo “etnografia em bruto” ao se referir aos primeiros estudos de campo com populações faveladas no Rio de Janeiro. O autor descreve seus primeiros escritos como “cheios de vontade de contar histórias” e conta de sua evolução de uma etnografia “bruta” para uma etnografia rigorosa durante sua pós graduação no Museu Nacional - UFRJ.

de novo e pensar assim como Nelson, que aqui começa tudo de novo. Reafirmando Lagrou⁷⁴ “algo muda quando os olhos que olham não são mais os mesmos”. Mais do que uma fuga do campo a qual me dediquei os últimos seis anos de graduação, tornou-se o exercício para ver a cidade em seu aspecto mais real, intrincada em relações complexas, grupos diversos e micropolíticas que partem de habitantes apropriados de seus espaços, agentes e gestores de seus projetos. Como nos diz Carlos Nelson (1980) ir a cidade e mergulhar em situações concretas é também submeter as teorias a testes dialéticos. Observar se a realidade reclamada pelas escolas de arquitetura resiste ao ar livre (SANTOS, 1980).

O trabalho de campo é um desafio para os que nunca se lançaram nesta empreitada pois adiciona ao trabalho acadêmico outras dimensões do sensível. O corpo, as relações pessoais, a observação das redes de significados e as frustrações e alegrias na lida com outros mundos, na maioria das vezes, desconhecido. É, certamente, um exercício de alteridade em que o pesquisador está implicado e é necessário aprender a se situar, mudando constantemente de posições. Algumas vezes fui pesquisadora, outra cozinheira, fui técnica de TI certo dia em que o computador de Niara quebrou, ou – a mais comum – uma total alienada do processo de preparo da terra, nas muitas manhãs em que fui ajudante no plantio e limpeza da terra.

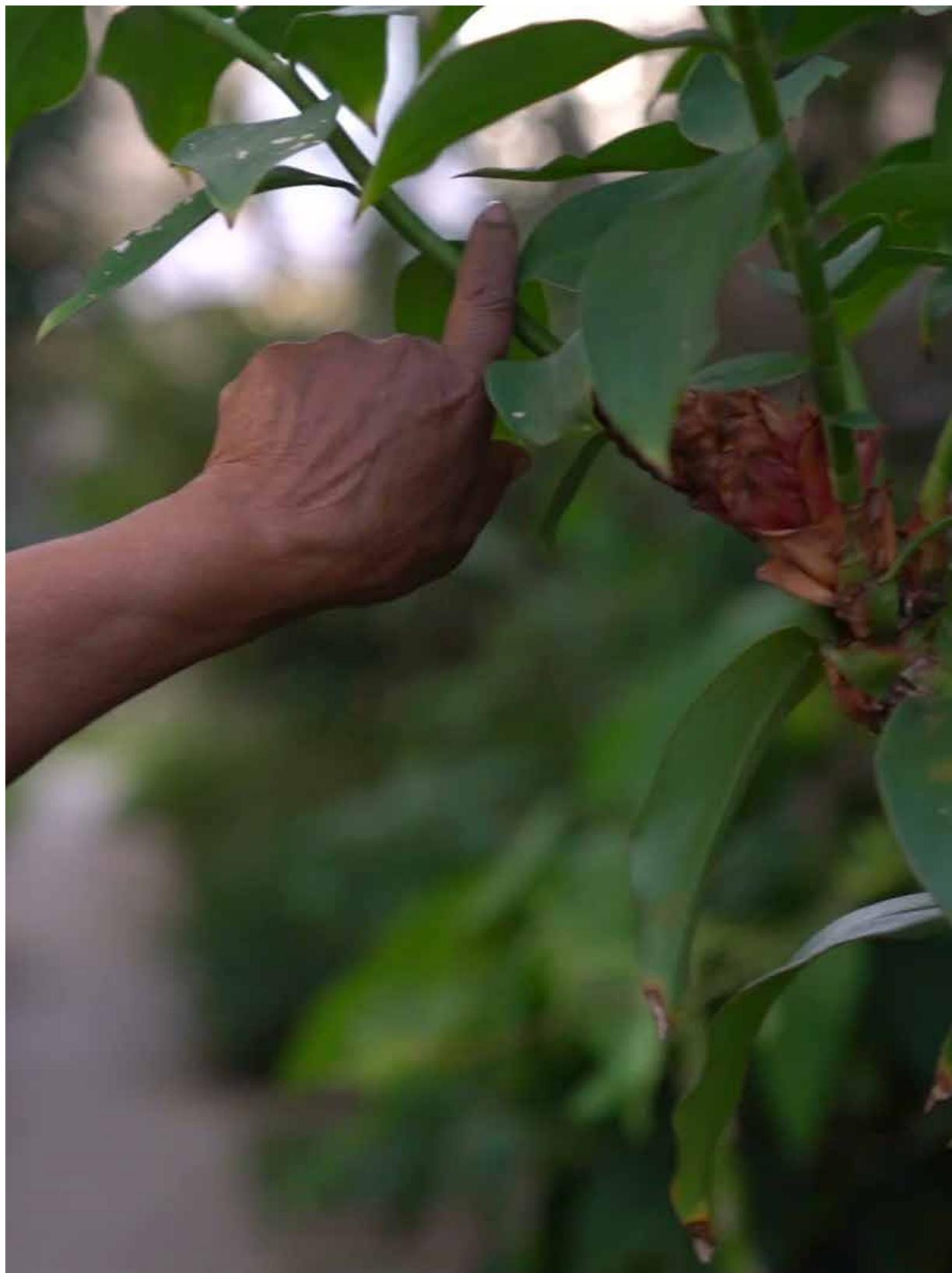
Já havia capinado outras vezes, mas não daquela maneira que era preciso. Mesmo cheia de textos, citações, métodos, recomendações de colegas antropólogos, me transmutava do lugar de pesquisadora, para o lugar de aprendiz. Não por via de um processo intelectual que me situasse – por mais que isto também ocorresse – mas por uma demanda corporal, alheia a elucubrações teóricas. Estava ali, a terra à minha frente, a enxada nas mãos, as crianças à minha volta, juntos, trabalhávamos. E nossas diferenças só ficavam claras na minha total falta de habilidade com a lida da roça. As crianças que trabalham três vezes por semana na horta foram meus melhores professores nestes momentos.

Este ensaio está cheio de “novidades velhas”⁷⁵, situações e aprendizados que só são surpreendentes para mim, pois são comuns para os antropólogos e uma atividade cotidiana para os moradores da Aldeia Vertical. Durante este processo foram se amontoando dúvidas e desmontando ideias e métodos vindos da formação em arquitetura. Os modelos de análise vindos da arquitetura não parecem mostrar o quão complexo é este lugar, suas particularidades e detalhes que o fazem funcionar tão bem.

A localização no coração da cidade, de uma forma geral, tem grande impacto sobre o lugar, pois ajuda a chegada de doações e de voluntários. Mas um mapa urbano, como é tradicional as análises urbanas, indicando vias arteriais e locais, me

74 LAGROU, 2018 p.155

75 SANTOS, 1980 p.43



Horta Dja Guata Porã no bairro do Estácio Rio de Janeiro. Na imagem a indígena Niara do Solaponta para árvore de urucum plantada por ela dentro do condomínio Minha Casa Minha Vida. A autoria: Davi Bernard

parece não ter tanto impacto. Contudo, a disposição do conjunto de prédios do condomínio e a presença de muros é bastante relevante para o posicionamento da horta. Por isso, a palavra escrita, em forma de ensaio crítico, mesclada com algumas plantas específicas me parece a melhor forma de entender, junto ao leitor, a dinâmica que o novo uso do solo traz para o condomínio.

Ingold (2012) em seu texto “Trazendo as coisas de volta a vida” nos diz sobre uma superfície asfaltada atacada por raízes que eventualmente se racha, permitindo as plantas crescerem e “onde quer que olhemos, os materiais ativos da vida estão vencendo a mão morta da materialidade que tenta tolhê-los”⁷⁶ E ainda que, é no vazamento que descobrimos a vida das coisas, que muitas vezes não podem ser capturadas ou contidas (INGOLD,2012).

Pensar a horta Dja Guata Porã sob esses termos é retomar a ideia de uma fissura sobre o tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, a horta se encontra em um espaço encurralado entre prédios de concreto com apartamentos padrão de 45 m² e um muro de dez metros. Cultivada em uma fresta do terreno, um espaço entre, projetado para ser vazio ou residual. Espaço, considerado “menor” dentro do projeto de arquitetura, que está sendo traduzido para outra linguagem, a partir de uma ontologia relacional. Ontologia que, de certa forma, “sonha” para além da humanidade.

A ação de fissurar não só abre brechas na implantação específica do condomínio, mas também retoma um território que já foi indígena. O território brasileiro possui raízes indígenas em sua formação que, durante o período colonial foram apagadas e esta fissura expõe duas possibilidades: a retomada da memória indígena através do território como espaço ancestral, e uma melhor gestão ambiental da cidade, tendo como interlocutores as ideias de preservação e manejo ambiental dos povos tradicionais. Ou seja, a reflexão sobre um urbano multiespécies, a partir de uma política territorial que não hierarquiza os meios físicos, biológicos e antrópicos.

76 INGOLD, 2012, p.37.

RIO DE JANEIRO INDÍGENA: UMA HISTÓRIA DE DESPOVOAMENTO

A cidade, como diz Ítalo Calvino “não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão”⁷⁷. O contexto urbano característico de cada região, as modificações geofísicas necessárias para ocupação, as formas de loteamento e arruamento, compõem as linhas de força nas quais estão inscritas a história do lugar e sua estrutura social. As diferentes organizações urbanas revelam através de seus produtos urbanísticos, formas distintas de organização social e vice e versa. (FILHO, 2011).

Segundo o geógrafo Maurício de Abreu⁷⁸ (1987) a conformação do tecido urbano não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas. Isto implica investigar como, em uma “sociedade historicamente determinada”⁷⁹, a relação entre formas e processos sociais. E para que a relação fique evidente, é preciso que espaço e sociedade sejam analisados em conjunto (ABREU, 1987).

A história indígena no Brasil é, antes de tudo, uma “história de despovoamento”⁸⁰. A população indígena que, durante o século XVI contava-se em milhões, hoje não ultrapassa 300 mil indivíduos em todo território nacional (VAINFAS, 2007). A diminuição populacional, resultado da violência colonial e dos sucessivos genocídios étnicos - recorrentes até os dias atuais – está ligada diretamente aos processos de domínio territorial que marcam a ocupação do solo urbano no Brasil.

Dja Guata Porã está localizada no bairro do Estácio, área central do município do Rio de Janeiro. Região que passou por processos de modificação morfológica e sua ocupação remonta ao período colonial. Desta maneira a pesquisa sobre a herança indígena presente na colonização do litoral carioca nos ajuda a entender como e por que Dja Guata Porã fissa o tecido urbano e abre possibilidades.

77 CALVINO, 2003 p. 07

78 Maurício de Almeida Abreu foi professor titular do programa de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É autor do livro “A Evolução Urbana do Rio de Janeiro” dedicando-se principalmente às temáticas de Geografia Urbana e Geografia Histórica do Rio de Janeiro.

79 ABREU, 2017 p.15

80 O termo faz menção ao artigo “História Indígena: 500 anos de despovoamento” escrito pelo historiador e professor da Universidade Federal Fluminense – UFF, Ronaldo Vainfas. O texto faz parte do livro “Brasil: 500 anos de povoamento” produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2007, como parte dos festejos alusivos ao “descobrimento” do Brasil.



ATERROS CENTRO RIO DE JANEIRO

● Casa de correção Frei Caneca - Atual Minha Casa Minha Vida

O Rio de Janeiro, capital do Brasil de 1763-1960, não foge ao padrão de desenvolvimento indígena. Ocupando posição estratégica no litoral sul da colônia, dada principalmente pela Baía de Guanabara, desenvolveu-se rapidamente uma zona portuária e comercial que impulsionou o povoamento e a urbanização regional (ABREU, 1987).

A cidade possui uma geografia peculiar, marcada pela existência de maciços, morros e serras, intercaladas por grandes planícies e uma larga costa marítima. Aparentada por montanhas e com grandes áreas de solo alagadiço, compõe uma morfologia determinante na forma e posicionamento da ocupação urbana. Sendo até hoje determinante para o planejamento de um território com tantas especificidades.

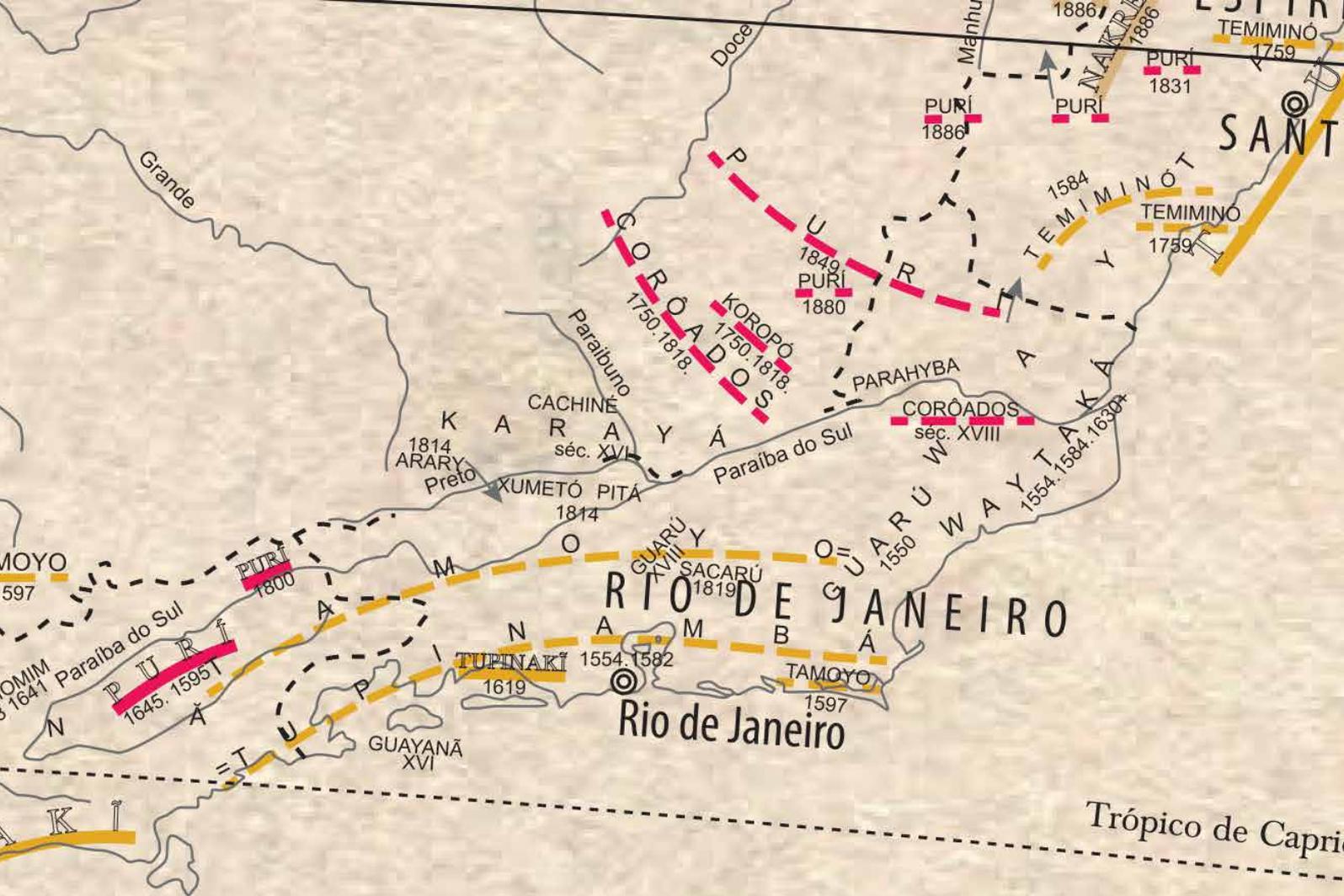
A ocupação no Rio de Janeiro, assim como em todo território nacional, se inicia a partir das regiões litorâneas e só após alguns séculos é expandida para o interior do estado. As diversas populações do tronco Tupi, como os Tupinambá, Tamoyo e Tupinaki distribuídos por toda costa do Rio de Janeiro e em parte do interior e as populações do tronco Puri, como os Puri Coroados e Cariri que habitavam o sul do Estado (Ver mapa 01), divisa com Minas Gerais não mudam seu modo de vida nas primeiras décadas do século XVI. Porém, com o início da colonização, a partir de 1530 o quadro se modifica radicalmente (VAINFAS, 2007).

As discussões sobre a presença indígena na cidade do Rio de Janeiro durante o período colonial, nos obriga a ‘caminhar no passado’ através da cartografia histórica. Os mapas da América Portuguesa ajudam a entender como estas populações foram lentamente reduzindo seus espaços de moradia e sendo afastadas para o interior do território pelo processo de ocupação colonial. O mapa etno-histórico produzido no século XIX pelo etnólogo de origem alemã Curt Nimuendajú nos mostra a abrangência e diversidade das populações indígenas no território brasileiro neste período.

Com o crescimento vertiginoso da economia colonial latifundiária a partir da metade do século XVI a exploração de mão de obra escrava indígena se acirra. Principalmente até meados do século XVIII, quando é substituída em massa pela escravidão das populações negras originárias do continente Africano (VAINFAS, 2007; ABREU, 1987).

A organização espacial indígena tradicional no município fluminense tornou-se muito reduzida já durante o primeiro século da América portuguesa. A distribuição espacial encontrada pelos portugueses ao desembarcarem nas Américas é substituída pelo regime de aldeamentos⁸¹, que vigora até meados do século XIX. Este modelo cria

81 Aldeamento é o nome dado ao processo de reunião de indígenas de diversas etnias em aldeias que geralmente ficavam próximas a povoações coloniais. “Esta política de Estado, baseada no “Programa de Catequese e Civilização dos Índios”, e instituída por decreto do imperador Pedro II, consistia no aldeamento das populações indígenas. E atendia a dois objetivos principais: por um lado, integrar o índio, como trabalhador rural, à jovem nação brasileira; por outro, liberar terras, antes utilizadas pelos indígenas” (AMOROSO, 2014)



EXISTENTES: Sedes atuais

EXISTENTES: Sedes abandonadas

EXTINTAS

Data de documentação da tribo 1805
 Rumo da migração da tribo →

Limite interestadual: - - - - -
 Limite internacional: - - - - -
 Capital Federal: ○
 Capital Estadual: ⊙

100

0

100

200

300

Projeção Policônica

Luiz Nizama

núcleos indígenas multiétnicos administrados por missões da Companhia de Jesus (ALMEIDA, 2015). Como podemos ver no mapa 02 os treze aldeamentos se distribuem do centro da capital fluminense até as divisas com os estados de Minas Gerais e São Paulo.

São Lourenço, o primeiro e único aldeamento localizado na área central do estado, às margens da Baía de Guanabara e junto às vilas portuguesas, foi logo transferido para a região de Niterói e extinto em 1866. Isto posto, percebemos que, onde hoje se delimita o município do Rio de Janeiro e onde o processo de urbanização se expande com mais rapidez, praticamente não há presença de aldeamentos indígenas.

A planta baixa do aldeamento de Valença, região do interior do estado, nos dá ideia de como estes aldeamentos eram planejados. São vilas de pequeno porte, contendo arruamentos ora ortogonais ora sinuosos para adaptação ao terreno montanhoso. Núcleos que continham, em sua maioria, uma edificação religiosa, neste caso, implantada em terreno elevado, próxima a uma praça central (ALMEIDA, 2015).⁸². Elementos urbanos que revelam como a política de aldeamento não mantém características de territorialização indígena.

A migração para o interior do estado se apresenta como alternativa frente a escravidão ou, muitas vezes, a aliança com a elite portuguesa e catequese jesuíta (VAINFAS, 2007). O deslocamento se dá, sobretudo, de lideranças tupinambás, como Pajés ou caraíbas, em busca da “Terra sem Males, morada dos ancestrais, terra de abundância, afastando-se do litoral no rumo dos “sertões”⁸³. O movimento migratório multiétnico foi, muitas vezes, a única saída para sobrevivência de grupos indígenas.

Este relato é reforçado por Dauá Puri (2010), indígena da etnia Puri, organizador da horta Dja Guata Porã. Em seu artigo “Ná Thamati Puky bem vivo: Cultura Indígena na região sudeste” Dauá recolhe dados históricos sobre a migração Puri da região fronteira do Rio de Janeiro para os “sertões” mineiros. Através de pesquisas de campo o autor descortina os resquícios desta ocupação, retomando a cultura Puri no Rio de Janeiro e Minas Gerais. O trabalho de Dauá é de extrema importância pois se serve de base histórica e acadêmica para levar a campo suas descobertas, retomando alianças entre parentes que se perderam no processo de exploração colonial.

Contudo, apesar da política de despovoamento, a presença indígena na vida e na organização colonial é central. O arquiteto e historiador Nestor Goulart Reis Filho (2011) coloca questões importantes sobre este tema quando diz que os conhecimentos indígenas sobre meio ambiente foram fundamentais na escolha dos primeiros

82 Estas características são encontradas na maioria dos aldeamentos, sendo mais expressivas também no aldeamento de São Lourenço, atual bairro de São Lourenço na cidade de Niterói. A edificação religiosa é implantada no alto do morro de mesmo nome e já há registro do ano de 1570 que anunciam a primeira capela em taipa de pilão. Após diversas reconstruções a igreja de “São Lourenço dos Índios” existe até os dias atuais no mesmo local e é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

83 VAINFAS, 2007. p 47



PRINCIPAIS ALDEAMENTOS INDÍGENAS

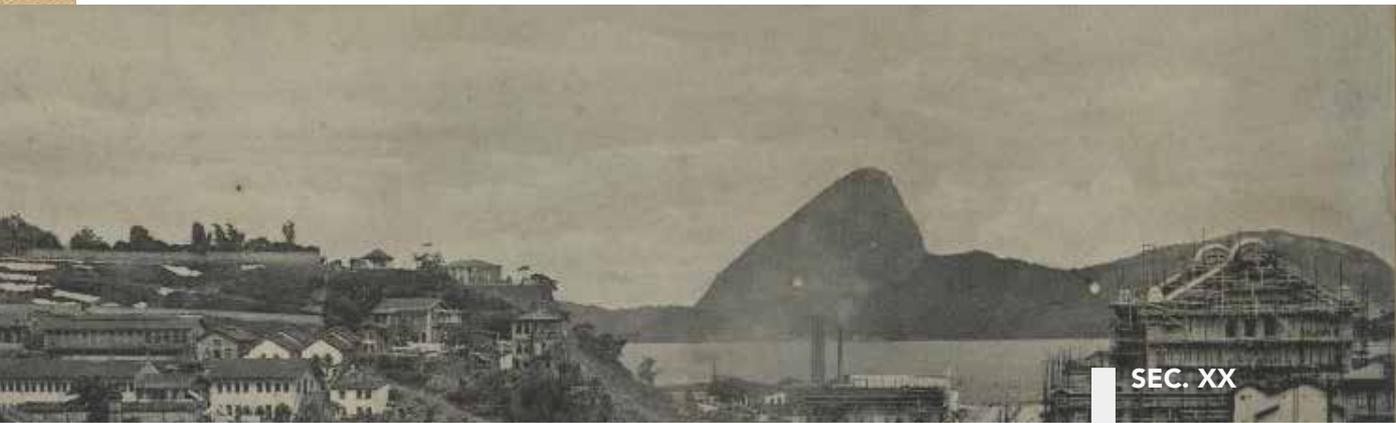
Fonte: Aldeias indígenas em fontes cartográficas. Fonte: E. & H. Laemmert. (BNRJ, 1866).



1.402.194 AA
 17/10/2013



Rio Avenida Central, 1904. Avenida Rio Branco
Rio de Janeiro, RJ, Rio de Janeiro Biblioteca
Nacional-Marc Ferrez



SEC. XX



Marc Ferrez - Rio de Janeiro

BIBLIOTECA
NACIONAL

ARH 17.3.4(65)

Imagem 65



Mapa do Aldeamento de Valença, 1836. Fonte Iori (1953).



assentamentos da América portuguesa . Segundo o autor, durante os séculos XVI e XVII praticamente todos os estabelecimentos portugueses de longa duração foram inicialmente assentados em locais onde anteriormente havia aldeias. Locais sempre melhores situados, próximos às fontes de água potável e com fácil acesso aos caminhos já trilhados que levavam ao interior. (FILHO,2011).

Goulart (2011) aponta que, as organizações territoriais indígenas, suas roças, ou “sítios volantes”⁸⁴, espaços “aparentemente sem importância histórica, ou sem história, como a entendemos ainda hoje”⁸⁵ foram assimilados pela cultura “mestiça” ou “cabocla” e compõem, ainda hoje, a maior parte do território brasileiro fora das grandes metrópoles. A pesquisa sobre contribuições da população indígena para os aspectos gerais de organização do território brasileiro é encarada pelo autor como uma lacuna a ser preenchida no campo.

A efetiva e sistemática ocupação portuguesa da costa litorânea do Rio de Janeiro durante os três primeiros séculos da colonização articula simultaneamente o aumento das áreas urbanizadas e o despovoamento indígena da região. Contudo, o objetivo não é deslegitimar a urbanização fluminense, nem desacreditar a existência das cidades brasileiras, mas apontar sua relação com políticas higienistas e a sua instrumentalização operativa na dominação territorial.

O arruamento, loteamento, construção de casas e vilas por parte dos colonos portugueses muda as características do território e apaga assentamentos de populações tradicionais. A historiadora Maria Regina Celestino de Almeida⁸⁶ entende as populações indígenas como “sujeitos históricos, capazes de rearticular-se social e culturalmente”⁸⁷ sem negar a violência da colonização sobre os povos indígenas.

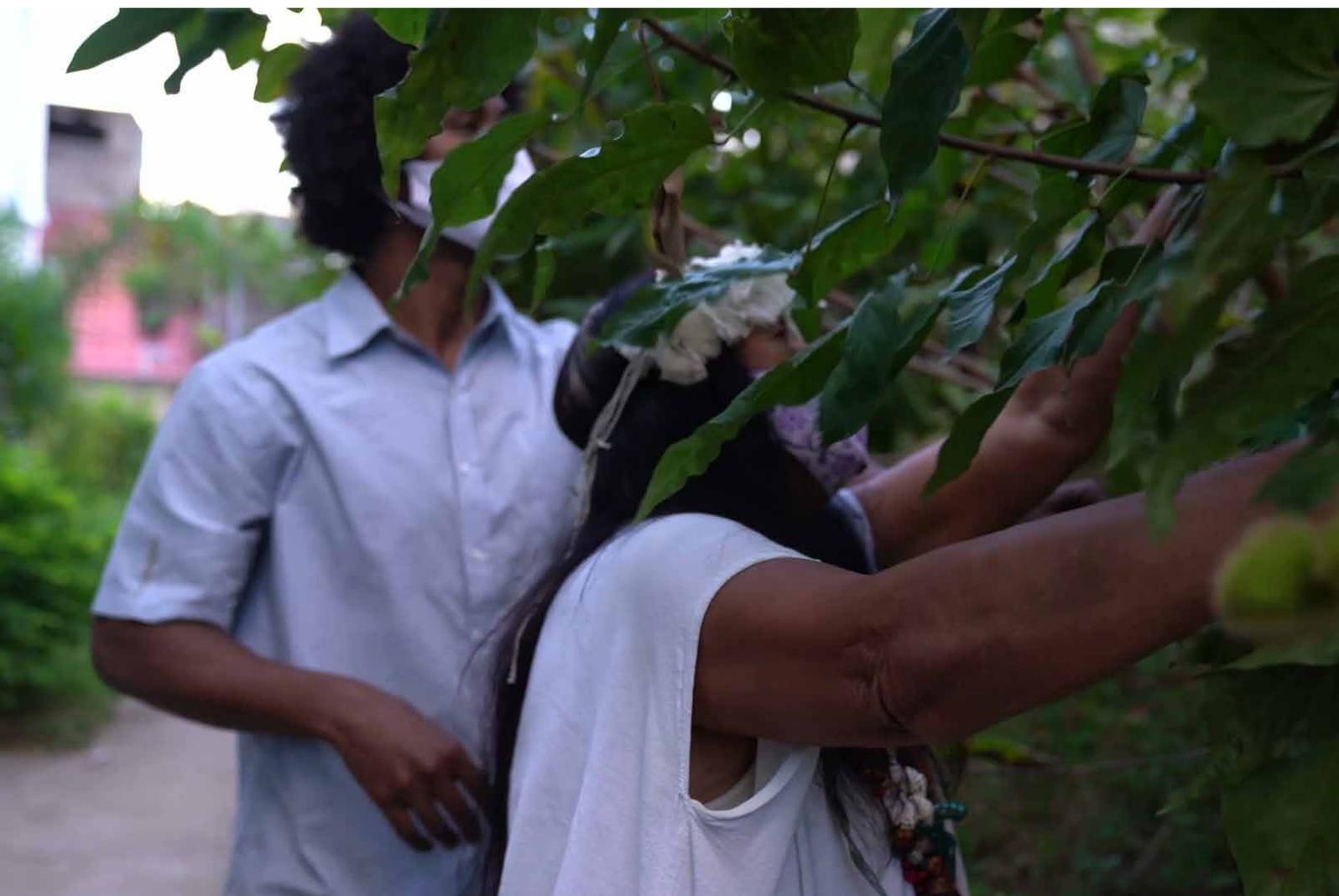
A história colonial do Rio de Janeiro é também a história das aldeias e dos indígenas que, em posição subalternizada, passaram a fazer parte da América portuguesa e contribuíram para esboçar seus rumos (ALMEIDA, 2015). Sustentando, junto à mão de obra negra escravizada, a configuração espacial do Rio de Janeiro moderno que, durante os séculos XIX e XX, serviu como modelo urbano para as demais cidades brasileiras (ABREU,1987).

84 Ver palestra Nestor Goulart Reis Filho “Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda: O semeador e o Ladrilhador” realizada pelo Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, entre 13 e 16 de setembro de 2011.

85 Ibidem

86 Maria Regina Celestino de Almeida é historiadora e professora associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), professora visitante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO). É autora da tese “Índios Aldeados no Estado do Rio de Janeiro” defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ - 2005)

87 ALMEIDA, 2015 p.40



Niara e Jonas colhendo urucum



10. Aterrissar na cidade
11. Chegando em Dja Guata Porã

Dja Guata Porã



Rio de Janeiro, RJ : [s.n.], ca. 1865. Biblioteca Nacional, Coleção Thereza Christina Maria



Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Bain Company



ATERRISSAR NA CIDADE

DESCRIÇÃO SOBRE O CONDOMÍNIO, O TRABALHO, A HORTA E AS VISITAS

As imagens sobre a cidade do Rio de Janeiro são muitas; na lista das cidades mais fotografadas do mundo⁸⁸; o Rio ocupa 38° posição e na América do Sul a 3°, perdendo apenas para São Paulo e Buenos Aires. Foram a partir destas imagens reproduzidas mundo afora que em 2012 o Rio de Janeiro é reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO com o tema “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar”. Remetendo também ao aspecto de difícil ocupação territorial do lugar.

Em bancas de jornais, cartões-postais mostram diversas vistas panorâmicas da zona sul do Rio de Janeiro. Do alto vê-se uma cidade verticalizada encaixada minuciosamente entre uma topografia imponente, interpelada por cursos d’água e um vasto litoral. O espraiamento urbano do Rio de Janeiro é fruto de sua modelação geofísica, aterros e desmontes ocorrem desde o século XVIII e mudaram significativamente os rumos da cidade.

Contudo, é quase impossível imaginar que muitas vezes ali, onde hoje há cidade, já houve mar ou onde é planície já houve topografia. Ao nível do chão não vemos estas metamorfoses do território, assim como passamos a ver a multiplicidades de imagens produzidas pela vida urbana no nível do pedestre. A mudança de perspectiva não é somente um recurso óptico, mas uma mudança nas redes de significados do lugar. Sair da visão panorâmica, descrita pelo filósofo e antropólogo Bruno Latour⁸⁹ como uma virtualização separada da cidade real, uma simplificação pela escala (ROSA, 2018) é aproximar-se do chão e apreender a cidade vivida. No caso do Rio de Janeiro a simplificação se dá também pelo recorte, as panorâmicas exibem uma área específica da cidade, que tem concentrado a maior parte dos investimentos públicos

88 CONSTANZA MARTÍNEZ GAETE. Archdaily. As 10 cidades mais fotografadas do mundo segundo o google. 2014. Disponível em: <https://url.gratis/S1t0iU>. Acesso em: 29 jul. 2021.

89 Em Contestando fronteiras: práticas culturais, desenho urbano e construção de situações, publicação do Catálogo brasileiro na Bienal de Arquitetura de Veneza 2018, o arquiteto e urbanista Marcos L. Rosa conceitua a crítica a visão panorâmica segundo o livro Paris: Invisible City, o filósofo e antropólogo Bruno Latour (2006).

urbanos do município⁹⁰

Aterrizar na cidade é um exercício de compreensão dos modos de coprodução do espaço. A “cidade dos relacionamentos”⁹¹ revela relações de mediação simultâneas, entre humanos e não humanos e construções oficiais e não oficiais. Chegar em Dja Guata Porã não seria diferente.

90 Ver relatório Observatório das Metrôpoles - IPPUR UFRJ apud RIBEIRO, 2006.

91 ROSA, 2018, p. 324





CHEGANDO EM DJA GUATA PORÃ

Vindo da zona norte da cidade pego a Rua Frei Caneca, passo pela praça do Estácio, antiga rua Mata Porcos, por um enorme edifício da polícia militar com fachada modular com centenas janelas em sequência, uma imponente Igreja em estilo neo-clássico até começar a ver os 50 blocos idênticos do condomínio Minha Casa Minha Vida Zé Ketí – Ismael Silva. Os prédios são de uma homogeneidade massacrante, suavizada pelas apropriações espaciais feitas pelos moradores. Este mesmo terreno que abrigou dos 1854 a 2013 a primeira casa de correção do Brasil, o Complexo Penitenciário Frei Caneca.

No acesso ao condomínio o antigo portal do complexo está preservado⁹². Ao redor dele se amontoam estruturas metálicas e toldos improvisados que oferecem os mais variados serviços: cabeleireiro, lanchonete, camelôs diversos e o ponto do “mototáxi dos prédinhos” em referência ao conjunto de prédios do condomínio. Próximo dali, a calçada recebe um enorme pula-pula e mesas de um churrasquinho, bastante movimentado durante todo o dia. A ocupação do espaço dá a impressão de termos saído do espaço público no qual somos invisíveis, para entrar em uma vizinhança da qual já somos percebidos.

Caminhando até o portão de acesso ao condomínio Zé Ketí há grades e muros de ambos os lados. O acesso ao condomínio é livre, pois o portão está constantemente aberto. Adolescentes, crianças e grupos de mães ocupam diariamente este espaço com cadeiras de praia ou sentados no meio-fio. Em minha primeira visita me perdi por entre os prédios e tive que parar e perguntar a uma moradora onde ficava a horta. Ela me respondeu rapidamente “Ah, os índios? Estão pro outro lado, lá naquela árvore”. De longe vi uma árvore próxima ao muro, a única em todo campo de visão.

Os limites são parte importante da vivência, toda área é cercada por muros e cercas, confirmando a tipologia condominial. (ver planta 01) Em Rosa (2018) vemos a questão das barreiras físicas, muros, grades e guaritas como demonstração de uma cidade fragmentada, promovendo áreas controladas, protegidas de alta ou de baixa renda. A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2001) qualifica este “espaço partido”

92 O Antigo Portal do Complexo Penitenciário Frei Caneca, no Rio de Janeiro-RJ, foi tombado no ano de 2015 pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

como “antacidade”, novas formas de urbanidades baseadas na negação do contato com o outro.⁹³ No entanto, conversando com moradores percebo que os muros não são indesejáveis, muito pelo contrário, permitem que os moradores se sintam confortáveis para deixar as portas de acesso aos edifícios abertas e que as crianças andem livres pelo condomínio.

Longe de fazer uma apologia aos muros, trago a fala dos moradores como uma provocação às teorias urbanas que discutimos no campo da arquitetura. Retirar os muros e deixar a cidade entrar, é certamente uma bandeira dos arquitetos e urbanistas⁹⁴ na qual me incluo, contudo, é importante refletir sobre as barreiras como parte do imaginário de segurança nas cidades brasileiras.

Por exemplo, a proposta para retirada dos muros sem outras compensações de seguridade, como a mudança de uso, inserindo usos mistos na parte interna do conjunto, criando “olhos das ruas” seria muito mal recebida pelo condomínio. São a estas dialéticas a que me refiro em “notas sobre etnografias”. As discussões do campo do projeto são, muitas vezes, conflitantes com as opiniões de quem vive o lugar e por tornarem as coisas mais complexas são interessantes ao desenvolvimento de novas estratégias espaciais.

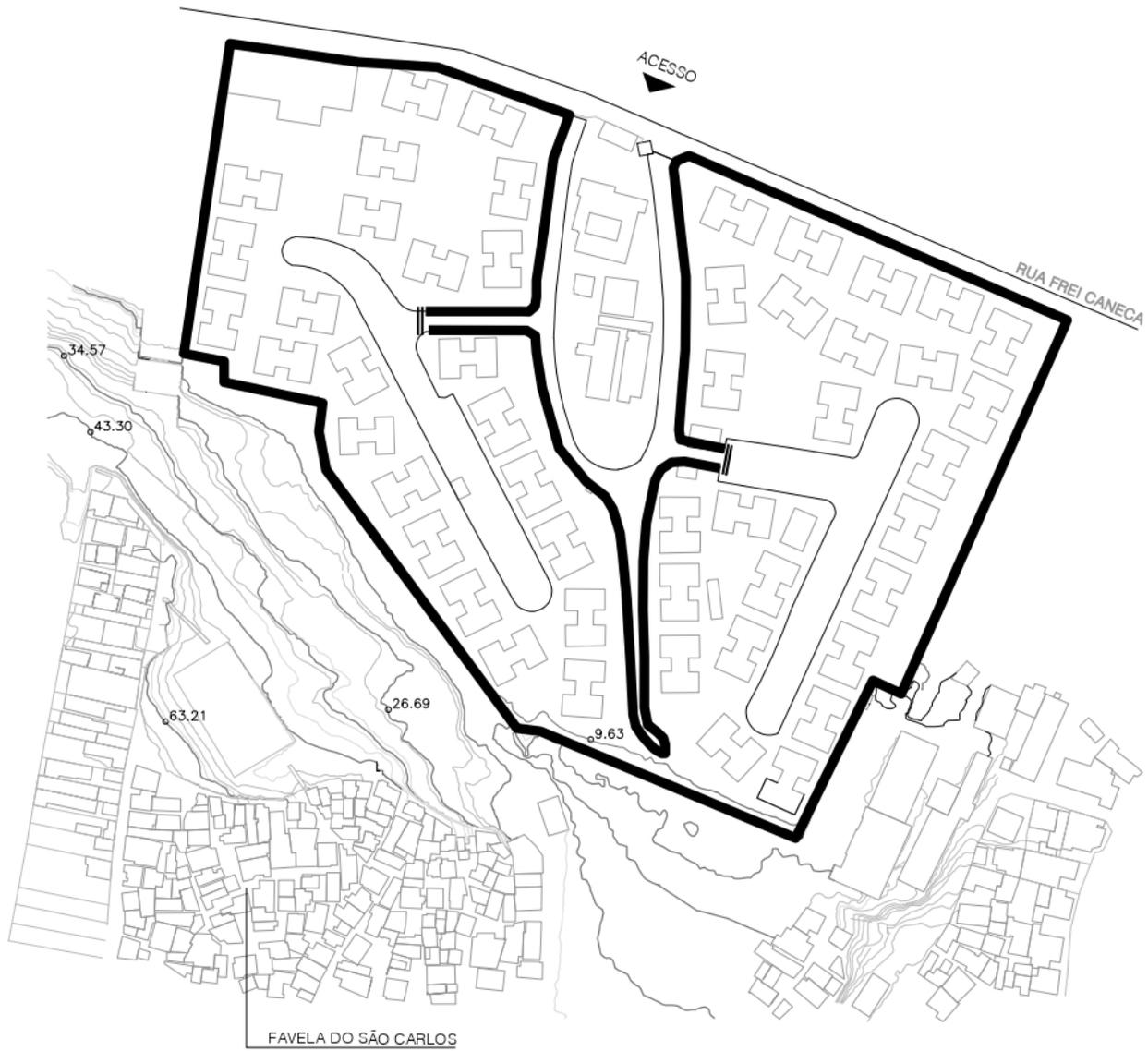
93 ROLNIK, 2001 apud. ROSA, 2018 p.328

94 VER ROSA, Marcos L. 2018; CALDEIRA, Teresa, 2000; ROLNIK, Raquel, 2018;



Minha Casa Minha Vida Estácio Conjunto Ismael Silva-Zé Ketí.
Imagem: Yasuvoshi Chiba, 2014.

LIMITES



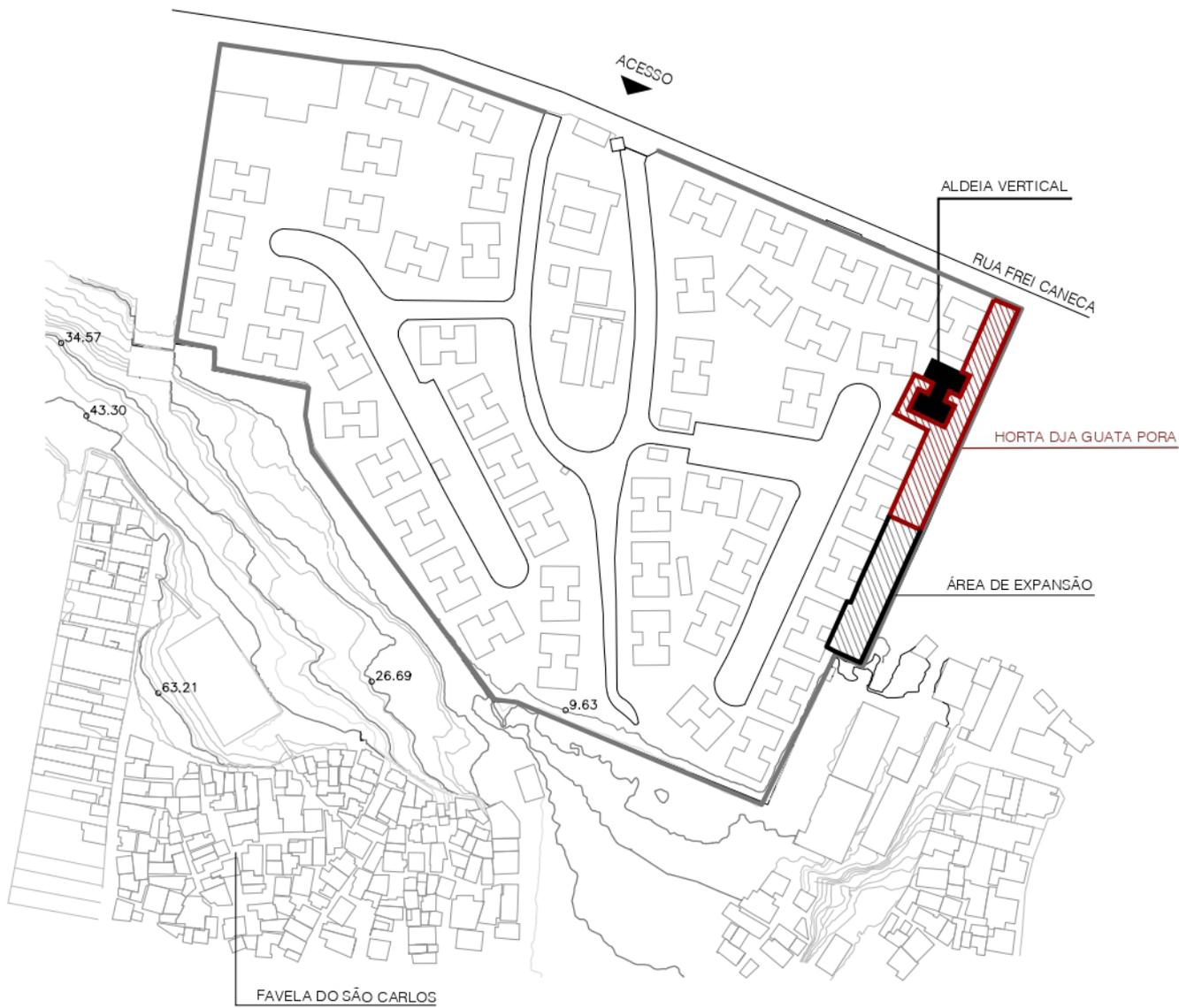
ESCALA 1:2 000





Dja Guata Porã e seus muros. Aatoria Própria

LOCALIZAÇÃO



ESCALA 1:2 000



Durante o caminho até o prédio de número 15 reconhecemos as características dos conjuntos habitacionais desde o projeto Banco Nacional de Habitação até o Minha Casa Minha Vida. O chão quase todo em concreto, poucas áreas gramadas e um sem número de edificações cópias umas das outras, são 50 blocos de quatro pavimentos cada e implantados de forma a “fazer caber mais”. O que indica a pouca preocupação com o conforto térmico ou com áreas comuns espacialmente interessantes, resultando em uma baixa qualidade paisagística e arquitetônica.

Chegando à Aldeia Vertical há um pequeno jardim à frente do prédio que se conecta com a parte de trás, próxima ao muro. A porta de acesso ao prédio está sempre fechada, porém a porta da casa de Niara, só é fechada a noite ou quando são feitas cerimônias religiosas⁹⁵.

Niara do Sol, indígena Fulni-ô e Kariri Xocó, é a idealizadora da Horta Dja Guata Porã e também quem abriu as portas da Aldeia Vertical para mim. Falando muito e sempre cortando minhas perguntas inquisitórias, próprias de uma pesquisadora inexperiente, Niara me recebeu muito bem, apesar da compreensível desconfiança inicial sobre meus objetivos ali. Não é fácil descobrir sobre sua trajetória de vida, as conversas são entremeadas de passado e futuro, “sonhos” e “realidade” se confundem neste processo. Contudo, é certa sua origem na região Sul do país e sua trajetória em diversas localidades brasileiras e da América do Sul. E principalmente, a passagem de conhecimento através da história oral. Niara conta que sua mãe ia andando e fingindo que não sabia o nome das plantas e ela ia respondendo e aprendendo como reconhecê-las, a localização que elas poderiam ou não estar e seus ciclos de plantios.

Seu espírito ativo e conversador contagia a casa que está sempre cheia de visitas. Vizinhos, amigos e alunos entram e saem sem aviso prévio, frequentemente são servidos sucos orgânicos e almoços para todos que chegam. A comida é certamente um elemento importante na dinâmica da casa. A valorização do mundo natural, os esforços na produção da horta são diretamente ligados a soberania alimentar que é central no mundo indígena.

A antropóloga Camila Bevilaqua (2019) cita como a alimentação dos brancos é discutida por eles. A compra em grandes redes de supermercado distancia o consumidor da produção do alimento. Não saber quais os tempos de cultivo-colheita e a relevância da produção orgânica, entre outros fatores, afasta o habitante urbano das relações sociais envolvidas na produção. Ao converter o alimento em mercadoria, a relação de fetiche se impõe.

95 Niara dá aulas de “símbolos tradicionais” e tem diversos alunos que circulam pelo trabalho da horta, as aulas e trabalhos na unidade de saúde do condomínio.



A moda se expande para o espaço doméstico sob a forma de referências coletivas.







Periodicamente há almoços coletivos que se tornam eventos sociais do prédio. Há muitas formas de comer e compartilhar comida e a maneira praticada por Niara é consequência de sua relação com a produção do próprio alimento. Pensando nisso também contribui algumas vezes com a mesa coletiva. Como chegava pela manhã levava sempre um pão que eu fazia na noite anterior. Essa pequena colaboração fez com eu fosse recebida cada vez melhor por Niara, Dauá e Jonas. E que minha presença fosse menos “estranha” aos moradores.

Durante as experiências com assistência técnica habitacional o arquiteto e urbanista Gabriel Rodrigues da Cunha⁹⁶ (2019) conta que, em visita a um acampamento de reforma agrária recém-estabelecido os moradores plantavam o suficiente para mais de uma família em menos de 50m². Ao passo que em assentamentos em bairros periféricos residenciais urbanos, com 2,5 vezes mais área livre não se encontrava nem um pé de alface, mesmo ambos lugares apresentando índices de insegurança alimentar similares. Sobre este episódio comenta que:

A colonialidade do ser territorial e tecnológico que está contida na hegemonia do ser urbano moderno chega ao ponto de apagar saberes tão ancestrais e simples como o de cultivo de hortas, mesmo nos casos nos quais as famílias vêm a fome bater à porta com frequência. (CUNHA, 2019 p. 157)

“Ocupar a comida” como nos diz Haraway (apud TSING, 2019) é também recuperar territórios e trabalhar a gestão ambiental como produtora de soberania alimentar. Dja Guata Porã está longe de alcançar soberania total. Sobretudo, porque o primeiro plantio se concentrou em plantas medicinais e frutas, a exemplo do urucuzeiro, árvore produtora do urucum que Niara usa na produção de sabonetes e produtos cosméticos. Contudo, o objetivo é que no próximo ano seja expandida a produção de leguminosas para parte do terreno ainda com capim alto.

A parte ainda inexplorada do terreno (ver planta 02) foi onde trabalhei a maior parte do tempo. Os trabalhos são feitos entre 7:30 h e 11 h e compreendem os processos de: 1° - Retirada de montanhas de folhas secas, galhos soltos e tudo que esteja sobre o terreno 2° - Capinagem da área de plantio. 3° - Plantio das mudas.

Como Bevilaqua (2019) já aponta, o trabalho de limpeza do terreno é árduo e parece uma empreitada surreal para cinco crianças e dois adultos. Atualmente Niara não trabalha nesta parte do processo por conta da idade e do sol que castiga. Pela falta de árvores não há praticamente sombra nesta área em que a horta está sendo expandida.

96 Gabriel Rodrigues da Cunha é doutor em Teoria e História de Arquitetura e do Urbanismo, com Mestrado na mesma área, pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos - USP. Atualmente é professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA/PR.



ALMOÇO DA NIARA DO SOL

TODA QUINTA FEIRA A PARTIR DAS 11:30 UM PRATO ESPECIAL PARA SABOREARMOS, SOCIALIZARMOS E ARRECADARMOS VERBA PARA MANUTENÇÃO DA HORTA!

21-98212 8821
Frei Caneca 441-Condôminio Ze Keti bloco 15 apartamento 104



Moradores do condomínio e visitantes da horta. Imagens retiradas do instagram de divulgação de Dja Guata



Os trabalhos são coordenados por Jonas, principal ajudante de Niara e morador da Aldeia Vertical. Jonas diz que o contato com Niara e a horta o fez descobrir suas origens indígenas da etnia Canela e, principalmente, se orgulhar delas. Jonas se identifica como “índio preto”⁹⁷ e hoje dedica a maior parte de seu tempo à horta e às aulas de Niara.

Em meu primeiro dia de trabalho as crianças me fizeram todo tipo de perguntas, desde “você é ‘gringa’?” até “como que uma mulher vai trabalhar aqui?”. A última pergunta foi rapidamente respondida por Niara em tom assertivo: Eu poderia fazer o mesmo trabalho que eles, assim como ela já fez. A questão de gênero aparece diversas vezes neste contexto, primeiro na organização da horta, áreas de plantio femininas, masculinas e mistas. Cada uma delas tem horários de manejo e espécies específicas a serem plantadas. Estas especificidades são dadas por Niara e dificilmente reveladas aos não-indígenas.

A segunda, que é estrutural da sociedade, é definida por Niara como: “às vezes precisamos dar uma de ”macho”. Ouvi esta frase no dia em que um morador apareceu de forma abrupta mandando pararmos o trabalho pois era proibido plantar ali. O morador alegava que estávamos transformando “aquilo” em uma floresta e ali não era lugar para esse tipo de coisa. Niara foi chamada imediatamente e resolveu a situação de prontidão. A breve discussão foi misturada a protestos de vizinhos gritando pelas janelas: “árvores são vida” e “agora temos sombra”. Foi feito um acordo e mudamos o lugar que estávamos capinando. Contudo, na semana seguinte já estávamos novamente no antigo local. Este episódio mostra como a cidade é complexa e, com certeza, há conflitos internos sobre a horta. O condomínio Zé Ketí conta com uma associação de moradores e procurei saber quais os conflitos existentes, contudo não consegui descobrir outras questões e nenhum outro morador apareceu reclamando o espaço.

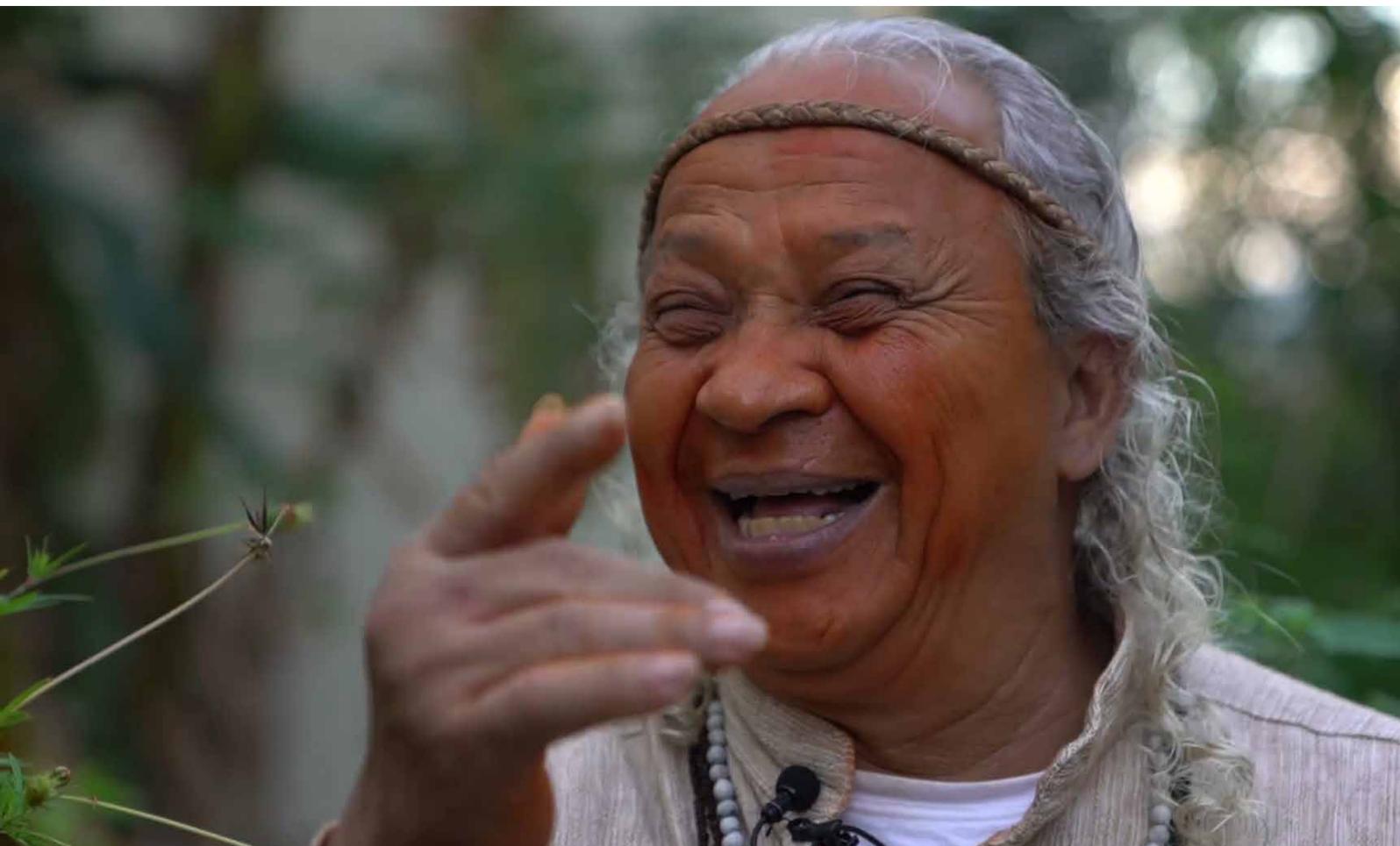
Durante minha segunda visita Niara me apresentou a Dauá Puri, liderança importante na organização Índios em Movimento⁹⁸ e na coordenação da horta. Conheci Dauá em seu apartamento logo a frente do de Niara, ou “sua oca”, como ele se refere. O lugar é decorado minuciosamente com diversos objetos de origem indígena, fotos de sua aldeia, no interior de Minas Gerais, instrumentos musicais confeccionados por ele e uma grande rede que cruza a sala inteira. A janela da sala dá diretamente para Dja Guata Porã e é possível ouvir passarinhos a todo momento, considero um dos locais mais aconchegantes em que estive durante minhas visitas. Em voz calma,

97 Identificação dada por Jonas.

98 Refere-se a organização Índios em Movimento coordenada por Niara e Dauá para divulgação do trabalho da horta Dja Guata Porã e outros eventos da Aldeia Vertical. A organização tem o objetivo de difundir a cultura indígena no Rio de Janeiro.



Jonas e a árvore de moringa durante as filmagens



Dauá Puri durante as filmagens

própriade um habilidoso contador de histórias⁹⁹, Dauá diz que a horta e os objetos dão vida a caixa de concreto onde “eles foram parar”.

Niara e Dauá estão nas cidades há muitas décadas, por mais que Dauá volte constantemente no interior de Minas, de muitas formas, a cidade faz parte deles. Niara diz que a horta é uma mistura dos conhecimentos deles com os adquiridos na vida urbana. Sobre este assunto Bevilaqua (2019) comenta que o processo mistura “técnicas próprias entre a “cultura indígena” e a dos brancos”¹⁰⁰. Diz ainda que, não há caminhos lineares “da aldeia para a cidade, mas sim diversos caminhos de idas e voltas”¹⁰¹ e formas múltiplas de entrar em contato com sua “indianidade” e que esta pode ser recuperada na, ainda que, habitando a cidade. (BEVILAQUA, 2019)

O processo de recuperação identitária nos espaços urbanos é relevante visto que é cada vez mais comum a migração de indígenas para áreas urbanas. Com base em dados quantitativos dos censos IBGE de 1991 e 2010, houve o aumento de 457% no número de indígenas em áreas urbanas, frente o aumento no número total de autodeclarados indígenas de 304%¹⁰². Observa-se então que, o aumento dos indígenas em áreas urbanas não deve-se somente a maior autodeclaração¹⁰³ mas também ao processo migratório.

O aumento significativo desta parcela da população urbana que, por mais que seja reconhecida pelos dados quantitativos, não é reconhecida qualitativamente como sujeitos de direitos. Não são reconhecidos em sua etnicidade nem pela sociedade nem pelo poder público e, na maioria das vezes, não têm seus direitos assegurados enquanto povos indígenas. (GUIRAU;SILVA;2013)

A artista indígena Sallisa Rosa afirma que: “Não são os indígenas que estão nas cidades, mas as cidades que se situam em territórios indígenas”¹⁰⁴. Nesta perspectiva as práticas de cultivo, roçado e rituais, entre outras, não se caracterizam como

99 Dauá, “Contador e Caçador de Histórias” tem diversos vídeos e textos de contações de histórias indígenas. Licenciado em Educação do Campo e Ciências da Natureza na Universidade de Federal Viçosa- MG, pesquisador da história e língua da etnia Puri, povo originário na região sudeste. Lançou o primeiro livro bi língue Puri/Português “Tempo de Escuta – Alkeh Poteh” e “Histórias infantis”, além de outras publicações: “Coletânea Brasil Conto por Conto” ; “O Vagalume e a Estrela”, poesias na Revista Legal e os artigos: Nà thamati – Cultura Indígena do Sudeste e Cultura indígena do sudeste, memória e sua guarda – Os Puri e sua Identidade.

100 BEVILAQUA, 2019, p.151

101 Ibidem

102 O censo 2010 aponta um total de 896 mil indígenas divididos em 305 etnias, em todo território nacional. Destes, 36% (324 mil) são habitantes de áreas urbanizadas. Em contraposição ao censo de 1991 em que a população indígena total era de 294 mil e 24% (71 mil) residentes de cidades.

103 É importante pontuar que, o aumento demográfico da população indígena total e urbana se deve, também, a mudanças nos critérios do IBGE e no maior reconhecimento étnico ocorrido nas últimas décadas. A autodeclaração continua como principal critério da pesquisa, contudo, a ele foi acrescido outros como: o pertencimento étnico, o idioma/língua falada e a localização geográfica (GUIRAU;SILVA;2013).

104 Citação retirada do instagram de divulgação do trabalho da artista Sallisa Rosa.

uma nostalgia de uma “tradição perdida ou uma tentativa de salvaguarda”¹⁰⁵, Mas, como nos explica Bevilaqua (2019), a atualização de práticas tradicionais torna-se “uma forma de conhecimento enquanto prática corporificada”¹⁰⁶

Contudo, a autora é cuidadosa para não interpretar o deslocamento para cidade de maneira idealizada ou “reificadora”. Ao traçar paralelos com a vivência de Niara e Dauá, afirma que o plantio da horta não é a idealização de um espaço perdido mas, pelo contrário, a recuperação de um futuro, que envolva segurança alimentar e a melhoria na qualidade da terra (BEVILAQUA, 2019).

A recuperação de um futuro se dá também a partir da formação que é dada aos que trabalham na horta. A função didática é um elemento importante no dia a dia da horta e não poderia deixar de associá-la a presença constante de crianças no plantio e manejo da terra. Para além de João, Roberto, Gilson e Alexandre, que trabalham semanalmente na horta, há crianças de todas as idades pelo lugar, brincando, trabalhando, recebendo lanches de Niara.

Juliana é uma das primeiras crianças que conheci passa a maior parte de suas tardes na horta. No dia em que nos conhecemos ela me perguntou com ar inquisidor quem eu era e por que estava ali justificando que era “assessora da Niara” e nunca tinha ouvido falar de mim. Depois de respondidas as perguntas, Juliana explicou que naquele dia estava na “função” de apresentar a duas amigas a hortas e suas características.

Juliana não se identifica como indígena, porém explica com ar professoral as amigas, quais eram as plantas, seus usos, quais foram plantadas por ela e quem era a “Tia Índia”, de quem havia aprendido aqueles ensinamentos. Acompanhei atenta a “visitação guiada” e percebi que Juliana não só se considerava assessora mas guardiã do lugar, os avisos de onde subir, quais frutos pegar ou não revelam o cuidado comunitário com espaço, seu manejo e conservação.

A circulação constante de crianças e adultos também dá um carácter de centralidade para o lugar. O espaço em que a horta está implantada poderia ser considerado, em primeira análise, um fundo de lote. Pois além de ser alinhada ao muro de divisa do terreno, é longe do acesso principal do condomínio e todas as portarias dos prédios são acessíveis pelo lado oposto.

Por mais que exista um calçamento de concreto que passa ao lado da horta e atravessa todo condomínio, a área poderia ser “cega”, sem circulação ou permanência. Mas a presença das plantas e alguns banquinhos improvisados em madeira ou degraus esculpido na terra criam uma atmosfera própria. A ambiência amena, com diversas espécies de passarinhos e o sombreado das árvores altas aproxima os moradores, que costumam caminhar e bater papo nos banquinhos.

105 BEVILAQUA, 2019, p.146

106 Ibidem p.147





A característica agregadora de Dja Guata Porã, tanto pelo espaço acolhedor quanto pelos almoços coletivos, ampliam a rede de vizinhança no entorno e fora dele. Dando visibilidade ao lugar e à comunidade indígena. Além das crianças e adultos, parentes aldeados dos moradores da Aldeia Vertical constantemente se interessam pelo lugar. A horta recebe doações de núcleos indígenas no interior do Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A visibilidade que a horta estabelece também cria ligações com instituições públicas como a Universidade de Viçosa, por meio de Dauá Puri, o Museu Nacional pela pesquisadora Camila Bevilaqua, a Universidade Santa Úrsula e a “Rede de Mulheres Produtoras Locais” através do Circo Crescer e Viver. Ao chegar neste lugar procurei me estabelecer também como parte mínima da rede. Em uma das minhas visitas levei vinte tipos de sementes escolhidas com auxílio de um grande amigo antropólogo. Depois desse evento passei a ser reconhecida como “a menina das sementes” em uma ótima oposição ao meu antigo título de “menina da universidade”.

Os instrumentos necessários para o preparo da terra, a grande quantidade de terra, mudas e sementes vem, muitas vezes, de doações externas e permitem a continuidade do trabalho. Não posso ocultar que falo de pessoas em situação de vulnerabilidade urbana, que passaram por uma violenta remoção e, muitas vezes, mesmo que sobrem as ideias de projeto faltam os meios para execução.

Este roçado em escala micro é inscrito em um mosaico de redes que extrapolam suas fronteiras. E assim como no rizoma paisagístico do Alto Rio Negro, ampliam a biodiversidade do lugar e garantem a circulação de um bem coletivo e a passagem de conhecimento através do corpo e das histórias. Neste caso, não só é ampliada a diversidade vegetal, mas a multiplicidade de usos que o solo urbano pode ter.

A agência social é uma das características que o arquiteto Paulo Tavares indica em uma arquitetura sob uma perspectiva decolonial. Neste contexto, assim como no Alto Rio Negro, a agência é cruzada entre humanos e não-humanos, o que qualifica Dja Guata Porã como um tipo agenciamento social do espaço através da paisagem vegetal.

Este fluxo de mudas, sementes, prática agrícola, características botânicas e histórias é sustentado também pelas narrativas. De acordo com as entrevistas realizadas pelo IPHAN no Alto Rio Negro, as plantas são consideradas como um bem coletivo pois, “todas as plantas apareceram e foram feitas para circular entre a humanidade”¹⁰⁷. Como dito anteriormente, as plantas também conformam “seres sociais” e estão inscritas dentro das narrativas míticas, que designam práticas, normas e direitos sobre o manejo da atividade agrícola (DOSSIÊ,2010).

Este chão, produtivo e vivo, faz parte das cosmologias de criação e fim do mundo de diversas etnias. Por exemplo, para os Yanomami, no conhecido mito de Omama

107 DOSSIÊ, 2010, p.50.

Xiwaripo¹⁰⁸ contado por Kopenawa (2015) em seu livro com Bruce Albert, “A Queda do Céu” ou o mito da Pachamama dos povos andinos. Ao mesmo tempo em que se relaciona a uma ligação corporal profunda. Como no mito do ressurgimento da maniva no Alto Rio Negro¹⁰⁹.

A dimensão metafísica da terra também encontra paralelo em Dja Guata Porã. Em uma das visitas Niara contou a alguns vizinhos que almoçavam conosco sobre quando visitou um lugar muito bonito, descreveu detalhadamente um jardim no qual se baseava para seu montar a sequência de plantas de Dja Guata Porã.

Ao questionar Niara onde era este lugar ela me respondeu com: “Você tem que sonhar para saber”. Neste momento, como única branca e não indígena, não percebi o carácter metafísico da descrição. No entanto, lembrei das citações de Kopenawa que revelam a perspectiva diversa que o sonho pode ter no modo de pensar ameríndio:

Os brancos estão destruindo a Amazônia porque não sabem sonhar. Se eles pudessem, como nós, ouvir outras palavras além da mercadoria, saberiam ser menos hostis para com os povos indígenas. (KOPENAWA,2020)

Viveiros de Castro e Danowski (2017) compreendem estas falas de Kopenawa como uma imagem marcante do pensamento ameríndio e uma crítica à filosofia etnocêntrica ocidental. Pois, para os Yanomami, o pensar é, sobretudo, sonhar: sonhar com o que não é humano, sair da humanidade. Levando em conta esta perspectiva acredito que Niara ao falar de seu “sonho” se refere a uma perspectiva multi espécies frente a natureza e o chão, seja ele “morto” pelo concreto ou vivo nas plantações não monocultoras. Apoiado nestes espaços “menores” o rizoma se expande pelo subsolo, criando e retomando alianças perdidas pelo asfalto. Viveiros de Castro em uma comparação com o cidadão diz que “o indígena olha para baixo, para a Terra a que é imanente; ele tira sua força do chão”¹¹⁰, já o cidadão, olha para cima, para Estado transcendente, quase um “espírito encarnado”¹¹¹, e recebe seus direitos do alto. Ainda sobre a relação ontológica com o lugar o autor diz que:

108 “Se os brancos começarem a arrancar o pai do metal das profundezas do chão com seus grandes tratores, como espíritos de tatu-canastra, logo só restarão pedras, cascalho e areia. Ele ficará cada vez mais frágil e acabaremos todos caindo para debaixo da terra. É o que vai ocorrer se atingirem o lugar em que mora Xiwaripo, o ser do caos, que, no primeiro tempo, transformou nossos ancestrais em forasteiros.” KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce, 2015.

109 A narrativa dos povos do Rio Negro fala sobre o renascimento da mandioca através do túmulo de uma das “mães de roça”, como se a semente de alguma forma pertencesse ao corpo da anciã. (DOSSIÊ,2010 p.50)

110 VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p.04

111 Ibidem

“Ser indígena é ter como referência primordial a relação vital com a terra onde nasceu ou onde se estabeleceu para fazer a vida. Seja uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão ou uma favela nas periferias metropolitanas. Ser parte de uma comunidade, ligada a um lugar específico ou seja, integrar um povo.(...) . Os espíritos dos povos, [grifos do autor] os povos de espíritos que habitam o espírito (e o corpo) dos povos indígenas são de outra e inteira diferente natureza, ou melhor, sobrenatureza.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p.04)

Durante a experiência em Dja Guata Porã o que fica mais claro para mim é a confiança no futuro ou a “promessa de um lugar”. Segundo Anna Tsing (2019) a ideia de “sustentabilidade” radical¹¹² trata-se do sonho de repassar uma terra habitável para gerações futuras. Habitável socialmente e ambientalmente. Bevilaqua (2019) aponta uma perspectiva complementar em Niara quando diz que o objetivo da horta é “transmitir ensinamentos que garantisse a permanência desse usufruto da terra para gerações futuras”¹¹³.

A dimensão operativa e relacional que Dja Guata Porã tem com o espaço contribui para retirar a natureza da margem dos projetos, como espaço extraordinário, mas de vivência diária, inserido em uma relação de troca direta. No mundo indígena a natureza não está às margens, está no centro do “projeto”. Atua como conector das atividades, regeneradora do solo, produtora de alimentos e na formação do indivíduo como participante dos processos. Esta dimensão operativa se torna ainda mais relevante no contexto brasileiro atual, onde 125 milhões¹¹⁴ de brasileiros sofrem com a insegurança alimentar em suas casas.

Traçando paralelos¹¹⁵ entre os roçados no alto e médio Rio Negro, emaranhados na floresta, a horta urbana Dja Guata Porã exercem uma síntese histórico material da memória e da cosmologia de povos tradicionais. Pois, além de seu valor produtivo, reestruturam tecidos históricos apagados. E reafirmam como as “culturas são produzidas historicamente, mas também espacialmente”¹¹⁶

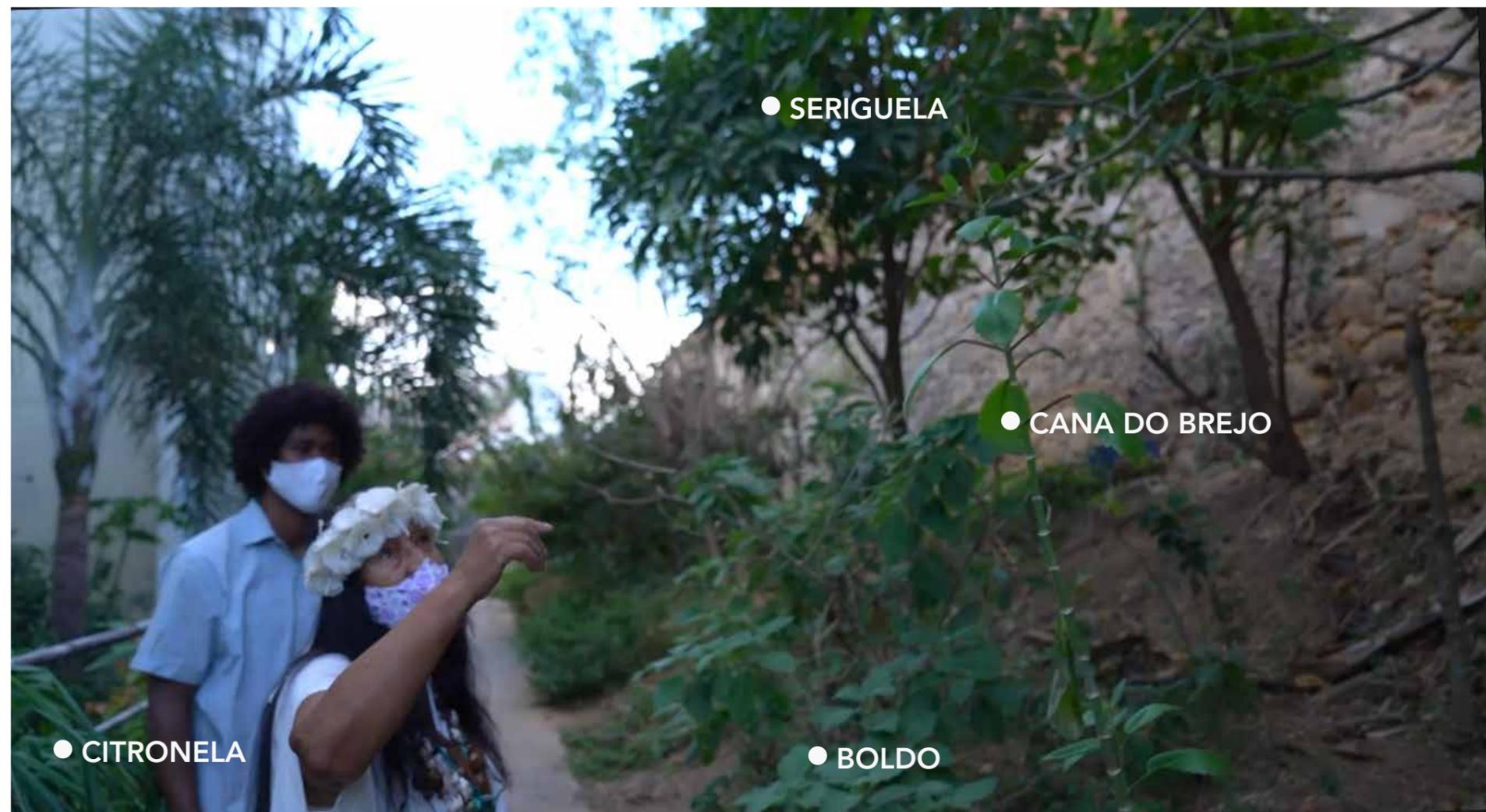
112 Remete-se a fala do arquiteto e urbanista Pedro Arantes (2019) supracitado na introdução. O adjetivo “radical” pretende se distanciar da ideia de sustentabilidade enquanto “capitalismo verde” ou monetarização da preservação ambiental. Segundo o autor só será possível a preservação da natureza em marcos “marcos anticapitalistas” (ARANTES,2019)

113 BEVILAQUA, 2019 p.143

114 Ver matéria Folha de São Paulo de 13 de Abril de 2021. “Mais de 125 milhões de brasileiros sofrem insegurança alimentar na pandemia, revela estudo” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2021/04/mais-de-125-milhoes-de-brasileiros-sofreram-inseguranca-alimentar-na-pandemia-revela-estudo.shtml> . Acesso em: 06 de Agosto de 2021

115 É importante enfatizar que, os paralelos entre etnias não pretendem homogeneizar a cultura indígena pois, como diz Niara, “Índio não é tudo igual”. Nas palavras de Bevilaqua (2017) as comunidades indígenas são diversas no Brasil, cada um tem seu modo próprio de vida e cosmologia e, não devem ser reduzidas a estereótipos exotizantes.

116 QUEIROGA, 2007, p.82





● COCO

MARACUJÁ



● ORA-PRO-NOBIS



● CHANANA



● PITANGA

● FRUTA DO CONDE

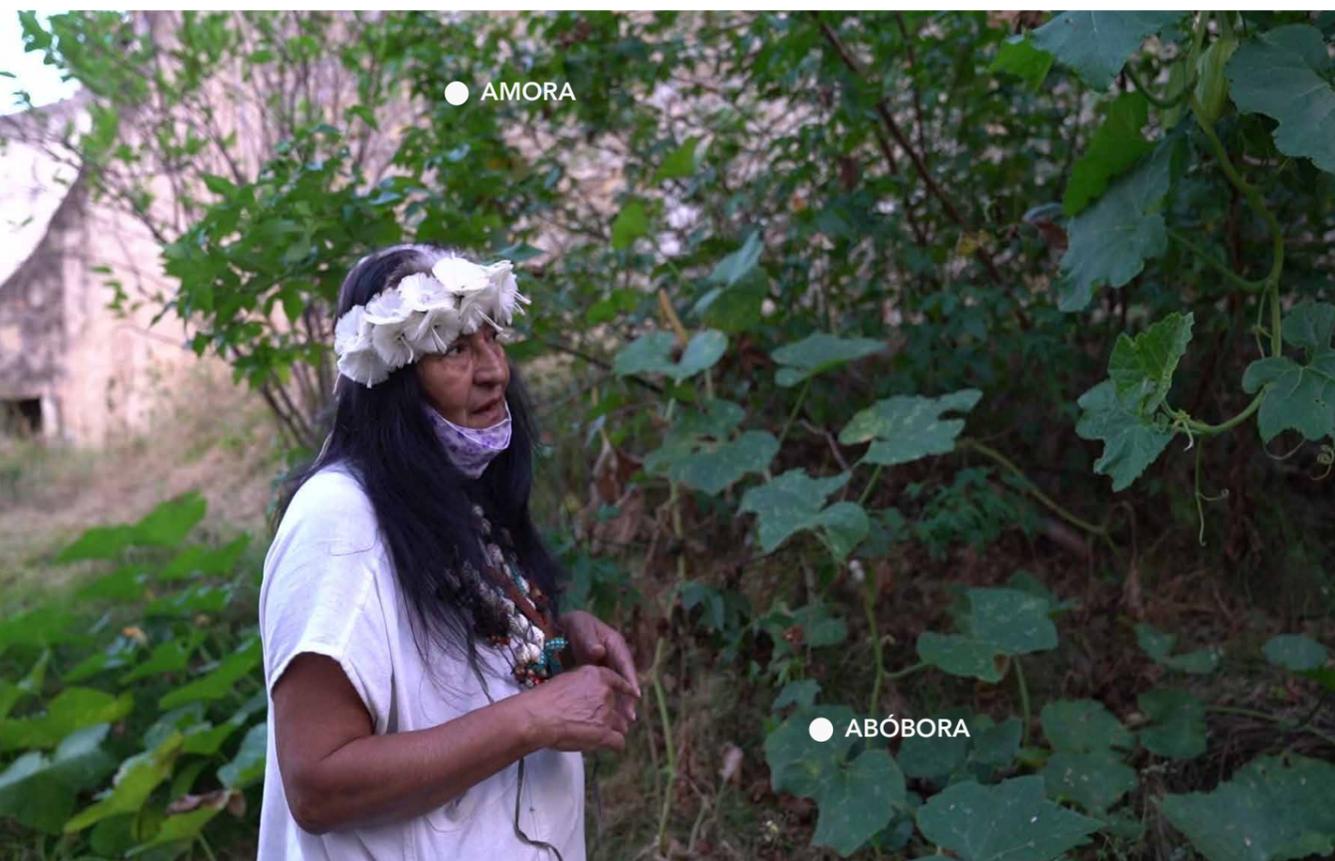
● CÚRCUMA BRANCA



● MORINGA



● PIMENTA DOCE



● AMORA

● ABÓBORA



● PITAIA

● GERVÃO ROXO

● MELPOEJO

12. Formas de pensar e formas de fazer em arquitetura

**formas de
pensar e formas
de fazer em
arquitetura**

FORMAS DE PENSAR E FORMAS DE FAZER EM ARQUITETURA

As descrições do dia a dia da horta Dja Guata Porã tem como objetivo inserir o leitor nos espaços de forma simbólica e sensível. Para além de questões sentimentais¹¹⁷ os relatos procuram um olhar atento às minúcias, distinguindo detalhes e texturas do lugar e suas singularidades. Contudo, a aproximação a Dja Guata Porã também se dá pela procura de ressonâncias que sua prática insurgente pode ter para o campo da arquitetura e urbanismo.

Ao entrar em contato com o mundo que Dja Guata Porã revela acredito que a reverberação possível deste trabalho é uma proposta reflexiva que mobiliza outras formas de pensar. Dja Guata Porã é um espaço autoconstruído e funciona a partir de sua gestão interna. Ainda existem demandas, principalmente de ordem econômica, como a falta de financiamento e materiais e mão de obra suficiente para a expansão da horta. Por isso, a organização Índios em Movimento¹¹⁸ reforça sua divulgação e inscrição em editais públicos. A questão levantada neste trabalho é a proposta sobre modos de pensar e fazer que se aproxime de uma metodologia de projeto a ser desenvolvida posteriormente.

Estes modos são pensados a partir da experiência com a horta Dja Guata Porã e o choque com o modelo prescritivo do “modo architectorum”¹¹⁹. Portanto, não poderia ser um modelo normativo, no qual são listados desenhos a serem replicados em outros espaços por quaisquer profissionais em qualquer contexto. Isto pois, neste contexto os agentes do espaço são essenciais ao projeto. E por isso não pode ser pautado dentro da definição fechada de “metodologia”.

117 A antropóloga Camila Bevilaqua (2019) comenta sobre não recair em análises sentimentalistas ou reificantes (STRATHERN, 1995 apud BEVILAQUA, 2019 p.147).

118 A organização não governamental “Índios em Movimento” é coordenada por Niara do Sol e Dauá Puri. Ela ainda está em construção, contudo os ajuda a se organizar para inscrições em editais e nos pedidos de investimento para a prefeitura do Rio de Janeiro. Mais informações em: <https://www.instagram.com/indiosemmovimento>

119 “Do centro do pensamento colonial, o crítico de arquitetura inglês Reyner Banham discute o que ele chama de modo architectorum — a reprodução de prescrições não ditas e não questionada. No caso do ensino de arquitetura, a crítica de Banham se aplica ao “sistema secreto de valor” que determina o que é arquitetura, o projeto “desenhado no estilo certo” (BANHAM, 1999). A caixa preta desse estilo certo é adaptada ao longo do tempo, e sem alterar de fato sua dinâmica interna, sempre pautada pela produção de espaços extraordinários.” BALTAZAR, 2020, p.01

Sob essa perspectiva, podemos pensar na lógica do “exemplo” explorada pelo antropólogo Viveiro de Castro (2017). No qual a condição é “fazer algo diferentemente igual” ou “igualmente diferente”¹²⁰. Em oposição ao “modelo” prescritivo, um produto acabado e replicante (BALTAZAR, 2020).

A abertura de possibilidades para novas formas de fazer pressupõe a incorporação de um diálogo que vá além do “projeto participativo” e abra espaço para um projeto ativo, no qual o arquiteto, proprietário do poder de representação, saiba sua posição de agente e abra o processo para os moradores e agentes do lugar. Houve uma agência do lugar anterior e certamente haverá uma posterior. E o trabalho do arquiteto se coloca neste intervalo em que o profissional ou técnico atua no lugar, fazendo parte de uma história maior, que não é contada por nós e nem saberemos manejá-la sozinhos.

Como pilar para um fazer que tem como ponto de partida uma ação insurgente no território, acredito ser necessário pensar uma “centralidade epistêmica em torno da América Latina”¹²¹. Neste quadro a pesquisa realizada pelos arquitetos Leonardo Name¹²² (2014) e Andréia Moassab¹²³ (2014) são de grande contribuição. Segundo os autores, desde a década de 1970 uma vasta literatura busca torcer a subalternização de determinados conhecimentos, colocando em evidência a colonização epistêmica do Sul global pelo Norte.

Em suas pesquisas a respeito de práticas de projeto de arquitetura de forma crítica, os professores Moassab e Name argumentam que os repertórios de “tipo” e “tipologia” na arquitetura e urbanismo materializam uma memória coletiva (NAME; MOASSAB, 2014). Como “referências inexoráveis” para o exercício de projeto condicionam as redes de significados na arquitetura (Colquhoun, 967 apud Name et. al 2014).

O estudo de tipologias é caracterizado pela análise de uso, apropriação e ocupação da forma edificada e sua variabilidade histórica. A forma e disposição dos edifícios e quarteirões, por exemplo ou, em menor escala, a disposição das unidades de habitação, circulação, função e material construtivo. Elementos que compõem a mor-

120 VIVEIROS DE CASTRO apud BALTAZAR, 2020 p.125

121 NAME; MOASSAB, 2014 p.01

122 Leo Name possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), Especialização em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002) e Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004 e 2008, respectivamente). . Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU-UNILA)

123 Andreia Moassab é arquiteta e urbanista, mestre e doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUCSP. Autora do livro “Brasil Periferia(s): a Comunicação Insurgente do Hip-Hop” (Educ/Fapesp, 2011), finalista do prêmio Jabuti 2013, na categoria ciências humanas. Atualmente é professora do curso de arquitetura e urbanismo e do programa de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA/Brasil).

fologia urbana, visto que suas composições e agrupamentos geram bairros e cidades. (Rossi, 1966 apud NAME et. al 2014). No entanto, estes repertórios de “tipos” são “geo-historicamente determinados”¹²⁴ e muitas vezes possuem significados morais.

Segundo Summerson (1963 apud NAME,2014) a consagração de linguagens arquitetônicas como “linguagem clássica” foram condicionadas pela reinvenção renascentista da arquitetura greco-romana e a difusão destas soluções se dá, simultaneamente, a conquista territorial do início do século XVI nas Américas. Conquista feita através de metodologias violentas, que resultam na destruição de sítios e apagamento de saberes construtivos (NAME; MOASSAB, 2014).

A visão crítica de Name e Moassab sobre a transmissão das tipologias e os procedimentos de apagamento que esta transmissão gera, converge ao que Cançado (2019) chama de “torção ontológica” dentro da arquitetura e urbanismo. Ambas abordagens podem ser consideradas complementares. Visto que, Cançado ao propor um “alter urbanismo ou uma urbanidade de outra natureza”¹²⁵ aborda também a mudança nas formas urbanas, nos métodos de projetá-las e na relação entre epistemologias, neste caso entre o conhecimento europeu e dos povos originários.

Diante da “intrusão antropológica”¹²⁶ proposta por Cançado, que pretende deslocar o campo do projeto a partir da floresta e dos povos que nela habitam. Centralizando o eixo de projeto na direção de epistemes dos povos tradicionais da América Latina. Neste sentido, as espacialidades resultantes da repetição de tipologias euro centradas, parecem perder seu imperativo como a única forma de projeto. A “torção” das formas urbanas tradicionais, como a organização em lote, ruas, parques, praças, as quais constituem um repertório tradicional e inquestionável de projeto e, sob a perspectiva da lógica do exemplo, orientam o pensamento sobre uma paisagem rizomática. Na qual natureza e cidade coexistem para benefícios de ambos.

A paisagem rizomática proposta tem como pilar que: existe uma gestão espacial da qual o homem faz parte, mas não o tem como centro. Ela existe antes e para além dele. A natureza posta como uma “multiplicidade singular”¹²⁷ que pressupõe muitas naturezaS e, em suas especificidades, se manifesta pluralmente. Paisagem, como objeto da cultura é então um ente mutável, não subsidiado por tipos ou tipo-

124 NAME; MOASSAB, 2014 p.03

125 CANÇADO,2019 p.144

126 CANÇADO, 2019 p. 21

127 Viveiros de Castro usa o termo para se referir aos povos indígenas. Neste caso, penso que a metáfora de “povoS” também se aplica à “naturezaS”. “Povo” só (r)existe no plural — povoS. Um povo é uma multiplicidade singular, que supõe outros povos, que habita uma terra pluralmente povoada de povos. Quanto em uma entrevista perguntaram ao escritor Daniel Munduruku se ele “enquanto índio etc.”, ele cortou no ato: “não sou índio; sou Munduruku”. Mas ser Munduruku significa saber que existem Kayabi, Kayapó, Matis, Guarani, Tupinambá, e que esses não são Munduruku, mas tampouco são Brancos. Quem inventou os “índios” como categoria genérica foram os grandes especialistas na generalidade, os Brancos, ou por outra, o Estado branco, colonial, imperial, republicano.” (VIVEIRO DE CASTRO, 2016, p.04)

logias, mas por modificações culturais (NAME; MOASSAB, 2014). E, em Dja Guata Porã, o mundo natural é central na cultura e por consequência no espaço.

Viveiros de Castro (2016) aponta que uma das principais estratégias de desindianização ou “aculturação”¹²⁸ é, acima de tudo, cortar a relação das populações originárias com a terra. A separação da “relação orgânica, política, social, vital com a terra e com suas comunidades que vivem da terra”¹²⁹ é vista pelo autor como elemento essencial para transformar o indígena em “cidadão”. Quando o autor refere-se a cidadão, fala daquele que “olha para cima”¹³⁰ e não o que olha para o chão, para o rizoma no qual está inserido.

As organizações em rizoma paisagístico e redes analisadas no Alto Rio Negro encontram paralelo nos roçados urbanos de Dja Guata Porã e nos indicam formas de transformação do ambiente construído mais ecológicas, tanto socialmente quanto espacialmente. Com base na vivência em Dja Guata Porã e as considerações sobre os resultados de apagamento que a organização eurocentrada produziu no espaço, proponho formas de pensar e fazer que estejam atentos às seguintes questões:

Formas de pensar

1. Ecologia da paisagem
2. O princípio da organização em rede ou de vizinhança
3. Mudança no uso do solo urbano

Formas de fazer

1. Estratégias de representação horizontais

128 O termo “aculturação” deve ser visto com cuidado. Visto que, a incorporação de elementos “ocidentais” por povos originários não implica na perda cultural. (BEVILAQUA, 2019, p.148)

129 VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p.05

130 A conceituação daquele que “olha para cima” foi citada anteriormente. “Ser cidadão, ao contrário [de ser indígena] é ser parte de uma população controlada (ao mesmo tempo “defendida” e atacada) por um Estado. O cidadão olha para cima, para o Espírito encarnado sob a forma de um Estado transcendente; ele recebe seus direitos do alto.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016 p.04)

formas de pensar

ECOLOGIA DA PAISAGEM

Ecologia da paisagem é um termo cunhado pelas áreas da geografia e ecologia e trata do estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão ambiental do território. Segundo Jean Paul Metzger¹³¹, a questão central é o efeito da paisagem antropizada sobre os processos ecológicos e/ou ecossistemas. Para o autor paisagem se caracteriza como “mosaico heterogêneo formado por unidades interativas”¹³².

A particularidade deste conceito que o torna interessante para o campo da arquitetura e urbanismo é que pressupõe o entendimento a natureza e as ações humanas de forma heterogênea. Ou seja, em vez de pensarmos em um mundo natural homogêneo versus um mundo humano homogêneo, pensamos nos “micro biomas”, subdivisões com diversas formas e características específicas e que se relacionam de maneira diferente uns com os outros, sejam eles humanos ou não humanos. Estas relações se multiplicam quanto mais a escala é ampliada e outras relações vão surgindo.

Um único fragmento de floresta, por exemplo, aos olhos da ecologia da paisagem é visto como uma diversidade de biomas, alguns antropizados outros não. E de acordo com as singularidades de cada formação vegetal, possuem características interessantes de serem associadas, aumentando a biodiversidade e as interações do rizoma. E estes “micro biomas” por sua vez se associam aos “biomas humanos”, estes também com particularidades. Complementando o conceito de rizoma paisagístico, pois cada vegetação serve a diferentes usos e complementa outros de forma direta ou indireta.

Da mesma forma que olhar a cidade é revelar texturas e relações complexas, olhar a natureza é revelar suas qualidades particulares. No mais, qualificar as intervenções humanas como um “bioma” ou como mais uma peça do mosaico, retira o humano do centro da abordagem e equivale o “valor” da natureza ao da humanidade.

131 Jean Paul Metzger é biólogo e professor titular do Departamento de Ecologia da Universidade de São Paulo – USP e coordena o grupo de pesquisa Laboratório de Ecologia da Paisagem e Conservação LEPaC, na mesma universidade. É vice-presidente (2011-2014) da International Association for Landscape Ecology (IALE).

132 METZGER, 2001 p. 04

Lida assim com a paisagem como um todo, ao considerar relacionamentos espaciais entre unidades culturais e naturais. (METZGER, 2001).

Levando em consideração a teoria perspectiva de Viveiro de Castro e Danowski, a cosmopolítéia¹³³ da qual o homem faz parte e as cosmologias indígenas de “Bem viver” e da terra como imanente ao ser humanos trazidas por Krenak (2020) e Viveiros de Castro (2016) penso na ecologia da paisagem como uma saída para possibilitar novas formas de pensar as cidades. O relacionamento intra-urbano entre cidade versus floresta, elementos construídos versus elementos vegetais ou até, água versus terra, extrapola as categorias homogêneas e devem ser vistos em suas qualidades específicas.

Dja Guata Porã, assim como o rizoma paisagístico do Alto Rio Negro, trabalha em coexistência produtiva com lugar, tentando equivaler construído e áreas vegetadas, tanto produtivas e quanto para o lazer. Com objetivo de melhorar a qualidade ambiental e conforto térmico do lugar. Como foi dito nas descrições, Dja Guata Porã cria espacialidades outras, com uma qualidade ambiental que dificilmente é encontrada fora dos bairros de classe alta, centralidades de lazer para as crianças e adultos, um espaço confortável, sombreado, amenizando o calor naqueles poucos metros quadrados. Uma atmosfera diferenciada do restante do condomínio.

O arquiteto Leonardo Name (2014) em seu texto “Por um ensino de paisagismo crítico” traz a questão da naturalização dos espaços de lazer, prática esportiva ou contemplação da natureza como uma prática exclusiva da classe média e alta, classificando como um apartheid ambiental ou “racismo ambiental” (HERCULANO, 2006 apud NAME).

O autor amplia e radicaliza o debate quando coloca que “os condenados da cidade, em sua maioria racializados como não brancos”¹³⁴ são os mais expostos aos riscos da degradação ambiental. Ou seja, neste mosaico de relações entre ecossistemas humanos e ambientais a população favelada ou em bolsões de pobreza são as mais atingidas.

Mas voltemos a Dja Guata Porã. A inserção de vegetação nativa é central e remete a um tipo de conhecimento regional e específico. A presença na horta de espécies como a ora-pro-nóbis, o umbuzeiro, hibisco, maracujá, erva doce, algodoeiro entre outras, retoma narrativas históricas de Niara e Dauá. Contudo, existem diversos biomas nas Américas e não pode-se relacionar o termo “vegetação nativa” somente a florestas tropicais. Mas, é importante salientar, que este é o bioma que carrega a maior parte da diversidade do mundo¹³⁵ e possui significações diretas com a cultura

133 CANÇADO, 2019 p.201

134 NAME, 2020 p. 08

135 Matéria Folha de São Paulo “A maior biodiversidade do planeta está aqui”. Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/amazonia-importa/2020/08/1988816-a-maior-biodiversidade-do-planeta-esta-aqui.shtml> Acesso em: 09/08/2021

agrícola indígena, visto que, grande parte dos povos se encontram na região da bacia amazônica, área em sua maior parte de floresta equatorial, também chamada de tropical úmida.

Assim como no Rio Negro, cada bioma tem sua particularidade produtiva. Em áreas alagadiças são utilizadas espécies específicas para a regeneração de mata ciliar e diminuição da erosão. Espécies altas de terra firme regeneram o solo e protegem o lençol freático, assim como produzem matéria orgânica que alimenta o solo e gera a “terra preta” pela mistura de compostos orgânicos. Leguminosas e tubérculos produzem alimentos de consumo imediato para subsistência. Em síntese, não é um exterior homogêneo, mas um ser relacional.

Dentro do mosaico de relações entre sociedades a subsistência alimentar é onde a troca é mais visível. A possibilidade de ser feita em espaços residuais e terrenos com topografia acidentada expande sua área de atuação. O espaço livre de edificação, faz-se como oportunidade por seu caráter “em aberto” e pervasivo¹³⁶, assim como acontece em Dja Guata Porã.

Carlos Nelson (1988) fala sobre o problema na insistência em soluções emblemáticas nas tipologias urbanas brasileiras, que, muitas vezes, desvalorizam o lugar menor e as relações preexistentes. Em oposição à “tabula rasa” moderna, nas micro-operações em espaços de menor escala é fundamental a aliança com a preexistência, sejam elas humanas, não humanas ou construtivas.

“É possível uma agroecologia na metrópole do capitalismo periférico?”¹³⁷ Repito a pergunta feita pela arquiteta Ermínia Maricato ao se referir a iniciativa agroecológica na área de mananciais paulista¹³⁸. Tanto Dja Guata Porã quanto a horta do São Carlos dizem que sim. No Mapa Colaborativo de Hortas e Iniciativas Agroflorestais do município do Rio de Janeiro (ver mapa colaborativo) hoje estão cadastrados 102 cultivos na região. Ao olharmos a planta do Rio de Janeiro é impossível percebermos estes pontos, o que deixa evidente a importância da escala e do fortalecimento de pequenos espaços e o fluxo entre eles. É preciso olhar de perto para perceber as fissuras no território.

136 Algo que se espalha, infiltra, propaga ou se difunde por toda parte. Ver o conceito de espaço livre como “Tecido pervasivo” ver PINHEIRO, 2004.

137 MARICATO, 2019 p. 358

138 Projeto “Ligue os Pontos” organizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo foi vencedor do prêmio Mayors Challenge 2016, promovido pela Bloomberg Philanthropies. A organização premiou iniciativas inovadoras em políticas públicas nas cidades da América Latina e do Caribe. O Projeto cria conexões entre os pequenos produtores da área metropolitana paulista e o centro.

PRÍNCIPIO DA ORGANIZAÇÃO EM REDE OU VIZINHANÇA

Ao subdividir a paisagem em unidades ou “biomas” menores as áreas de contato aumentam. Dentro de Ecologia da Paisagem estas “zonas de troca” são nomeadas como Bordas: áreas de transição entre duas unidades da paisagem. (METZGER, 2001) No campo da arquitetura seria o que chamamos de junção. Frascari (1983) aponta as junções quando se refere a elementos construtivos na arquitetura. A junção de materiais, segundo o autor, é o “detalhe fértil”¹³⁹ da construção, onde se dá a interface entre elementos diferentes é construído significado.

Neste mosaico as bordas representam a transição e relação entre espaços diferentes. Este vínculo é feito por elementos de ligação. Na ecologia os elementos estão abaixo do solo, a troca de nutrientes é feita pelas raízes que se encontram e desencontram formando uma cadeia viva que nutre o solo. Acima do solo se dão as ligações físicas, visíveis ou invisíveis. Elementos de arquitetura que mediam a paisagem ou mesmo as relações pessoas que estabelecidas com os espaços.

Em Dja Guata Porã o espaço doméstico se liga à horta pela comida, pelo trabalho e principalmente pela rede de relações e significados que dão fertilidade ao lugar, que os trazem a vida. Assim como a teoria perspectivista ameríndia conceituada por Viveiro de Castro e Danowski, Ingold (2012) também nos fala sobre, trazer as coisas de volta à vida é deslocá-las da categoria de objetos. Circulando como “sujeitos em potência”¹⁴⁰ dotados da capacidade de troca e movimento vital. Como diz Ingold “Habitar o mundo é se juntar aos processos de formação”¹⁴¹.

Acredito que estes processos de formação se dão na relação entre diferentes quando estes se reconhecem ou veem no outro, neste caso um outro vegetal. Dentro da ecologia da paisagem esta qualidade das bordas é caracterizada como conectividade: a capacidade da paisagem de facilitar os fluxos, materiais e imateriais. (METZGER, 2001) Estes conceitos levam ao segundo ponto: a atenção ao princípio da organização em rede ou vizinhança. Ao chegar em um território, na maioria das

139 FRASCARI, [1983] 2008, p.552.

140 O pensamento indígena amazônico. São Paulo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo., 2009. (180 min.), P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E7IOjgpqI9Y&t=6892s>. Acesso em: 23 maio 2021.

141 INGOLD,2012 p.7

vezes já há redes sedimentadas. Assim como a Aldeia Vertical foi formada, outros grupos no condomínio MCMV se relacionam em coletivos de solidariedade e são essas relações preexistentes que devem ser observadas durante o projeto.

Assim como o terreno ou o solo são preexistências, as relações sociais e culturais também o são. Muitas vezes não se tratam de coletivos organizados, mas organizações orgânicas nas quais a rede está invisível. Como as doações de outros agricultores para os roçados do Alto Rio Negro, neste exemplo existe uma rede invisível. Em um primeiro momento os roçados poderiam parecer criação de um único agricultor. Mas em uma pesquisa profunda foi visto que a biodiversidade existente nos roçados só se sustenta pela troca com moradores próximos.

As bordas são então onde esses fluxos podem ser parados ou aumentados, é um ponto chave para um espaço multiespécies pois determinam o quão o espaço vegetal vai ser participativo da vida diária ou não. Um espaço com bordas fechadas torna-se uma natureza espetacular, um ambiente desconhecido, homogêneo e sem movimento.

USO DO SOLO

O pensamento a partir das bordas, suscita a ideia de toque entre ambientes vegetais e humanos. Onde encontramos um rizoma paisagístico fértil a vegetação não é um “ser” estático, mas um “ser” justaposto à vida diária. Portanto, pensar um urbano entrelaçado ao mundo vegetal leva ao terceiro ponto: multiplicidade de usos que o chão da cidade pode ter.

Esta proposta não abrange uma mudança generalizada. Pois, neste caso, seria preciso um estudo aprofundado sobre o tema. Mas sim a ampliação conceitual de como pensamos o uso e funções do solo urbano. E as categorias consolidadas de projeto discutidos por Name e Moassab (2014) indicam a forma mecânica das divisões urbanas, muitas vezes funcional ou repetida sem questionamento.

No caso da horta Dja Guata Porã, o plano diretor do Rio de Janeiro de 2011 não entende o bairro do Estácio como um espaço de produção vegetal e, no entanto, se tornou. Dja Guata Porã atua como uma fissura, tanto no projeto de arquitetura do Minha Casa Minha Vida, quanto na legislação vigente para o lugar.

Carlos Nelson quando perguntado qual o maior problema urbano do Brasil nos diz, sem titubear: “É terra!”¹⁴² Isto pois todos precisamos morar e alguns também precisam plantar. Seja para comer, seja para um ambiente de melhor qualidade ou seja para retomar identidades indígenas. É neste sentido que Name (2014) propõe pensarmos os assentamentos informais como paisagens possíveis e reais.

Este debate é importante visto que, no ano de 2021, está sendo reorganizado o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, instrumento legal que direciona a divisão do solo urbano no município. Este documento é subsidiado da Política Nacional de Meio Ambiente¹⁴³ que se sobrepõe ao Plano Diretor e tem poder de modificá-lo, mesmo depois de aprovado. Reforçando o papel dos estudos ambientais no campo da arquitetura e urbanismo.

142 SANTOS, 1986 p.01

143 A Política Nacional de Meio Ambiente baseada foi a política de regulação ambiental criada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA na década de 1980. Desde de 1986 o relatório de impactos ambientais é obrigatório para qualquer empreendimento de médio e grande porte nos espaços urbanos e se sobrepõe ao plano diretor municipal.

formas de fazer

ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO HORIZONTAL

A questão final serve de instrumento para as formas de pensar e pode ser considerada complementar: Estratégias de representação horizontais. Baltazar¹⁴⁴ (2020), ao situar a arquitetura dentro do modo *architectorum* descreve a representação em arquitetura como instrumento que revela este modo de operação.

Ao traçar a cronologia da representação em arquitetura desde a separação entre projeto e construção no período Renascentista até as experiências do arquiteto Sérgio Ferro (1979) no século XX, Baltazar (2020) aponta a representação como uma linguagem hermética, que forma paradigmas obscuros e padrões prescritivos.¹⁴⁵

Prescrição esta que reproduz a maneira de projetar edifícios praticada desde o Renascimento, subsidiando o desenho a uma série de relações de poder das quais os projetistas estão distantes. E mesmo adaptando-se às épocas, a representação não modifica sua dinâmica interna, pautada pela produção de espaços extraordinários.

O resultado, segundo a autora, é um processo de projeto distanciado das demandas ordinárias da vida cotidiana. Onde o “espaço menor” é encoberto por um “projeto-produto” focado no resultado, nas imagens finais, renders, perspectivas, entre outros. Atropelando as demandas locais pela definição precipitada dos problemas a serem solucionados a partir de um modelo de intervenção ou de análise espacial.

Este sistema se assemelha ao “diagnóstico” do lugar, que dará origem a “lista de necessidades” e orientará toda a intervenção no espaço. Este conjunto de procedimentos se materializa na representação planificada do espaço, uma linguagem codificada que, na maioria das vezes, ao chegar aos moradores já está estruturada segundo o diagnóstico inicial. E em muitos casos a execução do projeto é participativa, não necessariamente o desenho.

144 Ana Paula Baltazar é arquiteta e mestre em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG. Doutora em Arquitetura e Ambientes Virtuais pela Bartlett School of Architecture (UCL). É professora Associada do Departamento de Projetos da EAUFMG e participa dos grupos de pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras) e LAGEAR (Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica).

145 A autora usa os termos “sistema secreto de valores” ou “caixa-preta” ao se referir ao modo *architectorum*.

A solução proposta pela autora é uma antropofagia da representação (BALTAZAR, 2020), na qual não fossem abandonados os procedimentos clássicos, mas sim “canibalizados” junto a elementos locais. Isso significa “problematizar cada demanda, sem atropelar um processo definindo rapidamente um problema a ser solucionado”¹⁴⁶.

Dentre os exemplos¹⁴⁷ descritos pela autora se destaca a característica de autonomia dos moradores no desenho. Os arquitetos criam ferramentas como jogos, desenhos produzidos por eles, e situações fictícias que ampliam o repertório do grupo sobre como pode vir a ser o lugar. Abrindo o repertório de possibilidades para os moradores.

Um elemento central neste sistema são as situações fictícias inventadas pelos moradores. Sobretudo para ampliar o repertório de possibilidades para o espaço de ambos os lados, arquitetos e moradores. Como se sonhasse o espaço, há troca de referências entre o repertório eurocêntrico da arquitetura com as demandas situadas dos moradores.

Descentralizar a autoria de projeto está no centro deste modo de fazer. Os moradores montam mosaicos de imagens, desenhos, organizam o espaço e decidem. O arquiteto tem o papel de fechar o desenho, aparar as arestas, fazer adaptações necessárias, é a ponta final do desenvolvimento do desenho. Ou seja, vê inserido diretamente em seu desenho “as mãos” dos moradores. Ao recorrer a representações que impulsionam a autonomia e responsabilidade coletiva pelo espaço, os arquitetos tornam-se mediadores do processo de criação, opinando junto e não sobre.

Espaços abertos à experimentação, como os de “suporte e recheio”, são também uma das estratégias para projetos não prescritivos. Projetar suportes como “estruturas livres de valor” e com a qualidade espacial necessária para que as pessoas decidam seu uso, seu “recheio”, ao longo do tempo, O resultado final ainda é um projeto, mas as decisões são horizontais e de autoria coletiva. Isto pois a representação é “traduzida” para uma linguagem acessível, na qual os moradores compreendem durante todo o processo o impacto coletivo de suas decisões.

Pensando em Dja Guata Porã sob estes termos, a mitologia que faz parte do mundo indígena certamente vem à tona nos sonhos para o lugar. As florestas, os rios,

146 BALTAZAR, 2020. p.125

147 Baltazar explora os exemplos de propostas de interfaces. Primeiro a proposta desenvolvida pela arquiteta Flávia Bellerini (2002) durante as negociações de projeto de um conjunto habitacional no ano de 2002. Em seguida, as propostas de projeto participativo e alternativo ao projeto convencional usadas em sua disciplina de projeto de arquitetura na UFMG, neste caso ver os autores: MCKEAN, 1989; HABRAKEN, 1972; PRICE, 2003.

a terra e as plantas fazem parte de uma “auto aprendizagem sócio-espacial”¹⁴⁸ em que o lugar e as pessoas se retroalimentam. Nestes termos, acredito que mudanças espaciais que viabilizem as práticas de cultivo da horta se aproximariam menos da construção de novas estruturas e mais do fortalecimento dos recursos naturais no entorno. Ou seja, a requalificação das preexistências naturais com a oferta de terra in natura para fortalecer e expandir a agroecologia urbana, a recuperação do rio canalizado Papa Couve que passa a menos de 500m dali, a estruturação de um sistema de captação de água da chuva ou projetos de gestão que consolida a rede de vizinhança, escolas municipais, universidades, outros produtores e interessados no plantio de ervas medicinais, leguminosas, entre outras.

Niara comenta sobre uma experiência de um projeto universitário que se aproximou da horta e, junto aos alunos, propôs melhorias ao local. Os alunos propuseram melhorar a ergometria do espaço, a instalação de viveiros e estruturas em bambu. Segundo ela, por mais que os projetos fossem de ótima qualidade arquitetônica e bem estruturados não faziam sentido para ela, pois a prática de conservar mudas em viveiros não é exercida ali e não havia nenhum problema ergométrico, pois as movimentações de plantar, cuidar e colher são partes do processo e ativam o corpo.

São compreensíveis as proposições feitas pelos alunos, todas fazem sentido quando pensamos na qualidade espacial de uma horta urbana. Contudo, os modos de operação fazem parte de uma visão de projeto que é ensinado nas escolas de arquitetura em geral, que valoriza mais o resultado do que o processo. Evidente que eu também estou sujeita a este tipo de situação, pois fui socializada dentro de um ambiente que prevê prescrições e modelos, por isso é tão importante que os moradores estejam inseridos no processo de projeto.

148 “Enrique Dussel (2012) aponta como uma das três principais fontes do giro decolonial, a literatura latino-americana, exatamente por fornecer exemplos para a autoaprendizagem sócio-espacial, muito além de um ensino pautado por modelos.” BALTAZAR, 2020 p.133

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comecei este trabalho com foco na questão do patrimônio indígena e nas problemáticas sobre memória e cidade. No entanto, o trabalho de pesquisa é também deixar-se levar pelas descobertas. E, após entrar em contato o Dossie do Sistema Agrícola dos povos do Alto Rio Negro (2010) e a tese de Cançado (2019) percebi que, as relações territoriais no mundo indígena vão além de uma relação “saudável” com o mundo natural. A natureza, ente e sujeito, atravessa toda cultura e é antes, uma forma de pensar do que uma relação espacial. Retomando Kopenawa (2015), a territorialidade indígena é inseparável do pensamento que a constitui. Pensamento no qual “a individualidade é sistematicamente atravessada pela alteridade”⁰¹.

A aproximação a teoria antropológica foi imprescindível para a estrutura deste trabalho. Isto pois, os exemplos - não modelos - do paisagístico rizomático e das redes relacionais que estão presentes no espaço fundamentaram toda a parte final. Ao levar a atenção da pesquisa mais a dimensão relacional entre as coisas, do que as coisas em si.

As ontologias ameríndias não se revelam como tratados sistemáticos, nem através de perguntas inquisitórias, elas se revelam em ato, estão nas brechas, por trás das imagens e das ações⁰². Neste sentido, a vivência em Dja Guata Porã se tornou ainda mais essencial. Modificando o trabalho em um “aprender a ver”.

Por isso, a ressonância para o campo da arquitetura proposta no capítulo final é da ordem do pensar e do fazer. Enfatizando que, antes de modificar o espaço é preciso modificar a forma de pensar que o constitui. E, em seguida que, para fazer é preciso um processo que leve em conta a alteridade e o movimento. Afinal, um “alter-urbanismo”⁰³ é também um urbanismo que tenha variação como natureza⁰⁴.

Acredito que a relevância deste trabalho é abrir perguntas e contribuir para a valorização do mundo indígena enquanto referência de modo de vida. Principalmente no momento político que estamos, no qual o genocídio de populações indígenas cresce exponencialmente.

É através destas tecnologias ameríndias de cuidado com o solo que garantimos um futuro mais justo. O processo de retorno ao futuro, Salissa Rosa nos diz que,

01 LAGROU, 2015. p.22

02 LAGROU, 2015.

03 CANÇADO, 2019.

04 LAGROU, 2015.

o que era considerado superado ou “primitivo”, deve ser trazido de volta sob o olhar do futurismo indígena:

No mundo globalizado, em que vivemos com esgotamento de sentidos, faz-se necessária a construção de novos valores que deslocam para revalorização da cultura ancestral, o que deveria parecer arcaico, mas é, ao final, futurista. (SALISSA, 2019)⁰⁵

A fala de Salissa Rosa aparece em consonância com a ideia de “memórias do futuro” no patrimônio histórico indígena. Viveiros de Castro também se refere ao manejo florestal pela população local do Alto Xingu como representante do futuro. Aponta que, a construção da usina de Belo Monte no Xingu é passado, por que pensa o território a partir do desenvolvimento predatório do século XX, que se torna insustentável. Segundo o autor, “os indígenas e ribeirinhos no Xingu são a garantia que o Brasil tem um futuro”⁰⁶ e precisamos inventar nosso próprio caminho ressignificando o conceito de desenvolvimento a partir de soluções originais. Os sistemas agrícolas indígenas, a maniva, a elevação da terra a sujeito de direitos, o rizoma, Dja Guata Porã, são tecnologias originárias que se apresentam muito mais complexas do que pensávamos.

Como desdobramento prático deste trabalho estão sendo produzidos junto a Niara, Dauá e Jonas material para divulgação do coletivo Índios em Movimento e para o instagram e canal do youtube de ambos. Pensamos em pequenos vídeos temáticos para serem divulgados na plataforma do instagram e um vídeo longo com edição feita por cinegrafista Davi Bernard para o youtube, além de todo material fotográfico que já foi disponibilizado. Espero assim poder contribuir de forma mais direta com o trabalho deles, retribuindo a disponibilidade e afeto com que me receberam em suas casas e seus mundos.

05 Citação retirada da divulgação da artista pelo instagram.

06 EXPEDIÇÃO Xingu: Eduardo Viveiros de Castro. Altamira: Uma Gota no Oceano, 2012. P&B. Legendado. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=X2ZL4AI9prQ&list=PLUA Acesso em: 23 maio 2021.







Referências Bibliográficas

ABREU, Mauricio de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. RJ., IPLANRIO/ Zahar, 1987.

ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza; MACAS, Luis; MELO, Mario; TAVARES, Paulo. Direitos não humanos. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 10, página 02 - 09, 2017.

ARGAN, Giulio Carlo. Projeto e destino. São Paulo: Ática, 2000.

ARANTES, Pedro. "Conclusão: A fronteira Final" In: ARANTES, Pedro; Arquitetura na Era Digital Financeira. São Paulo: Editora 34, 2018.

BEVILAQUA, Camila. Uma aldeia vertical:: vivências indígenas no rio de janeiro. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 16, p. 135-152, jan. 2019.

_____. "Se Fantasiar de Índio é Fácil, Ser Índio é Difícil, Tem que Estudar Muito': vivências indígenas na cidade do Rio de Janeiro. In: revista ANTHROPOLÓGICAS. Ano 21, 28(2): 85-111, 2017

BERENSTEIN, Paola Jacques; LOPES, Dilton; A construção de Brasília: Alguns silenciamentos e um afogamento Campinas, SP: XII EHA – ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE – UniCAMP. Campinas, SP: 2017

BENJAMIN, Walter. O Anjo da História. Rio de Janeiro: Autêntica, 2012. 264 p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de; DANOWSKI, Debora. Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins. Editora ISA. 2017

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. Departamento de Filosofia da PUC RJ, Rio de Janeiro, 2004. p. 18-30

_____. "A inconstância da Alma Selvagem: o conceito de sociedade em antropologia". Rio de Janeiro: Ubu, 2017. p. 273

_____. "O Nativo Relativo" In: MANA. Rio de Janeiro, RJ, 2002. 113-148 p

_____. "Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento". Caderno de Leituras, n.65, Belo Horizonte, 2017, p. 1-9.

_____. O modelo e o exemplo: dois modos de mudar o mundo. Ciclo UFMG, 90 Desafios Contemporâneos: Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

CANÇADO, Wellington. Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais. Nov. 2019

COSTA, Lúcio. Registro de uma vivência. São Paulo, Empresa das Artes, 1995, p. 5.

CARDIM, Ricardo. Arqueologia do desastre. Quatro Cinco Um: A revista dos livros, Rio de Janeiro, v.

37, set. 2020.

CORREIA, Marina; CALISTO, Ana Martia; DOHERTY, Gareth; VALENZUELA, Luis. Introdução. In: MOSTAFAVI, Mohsen et al (org.). *Urbanismo Ecológico na América Latina*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2019. p. 12-15.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos Da Memória*. Rio de Janeiro; Editora da UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

FILHO, Nestor Goulart Reis. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

INGLÓD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 37, n. 18, p. 25-44, jan. 2012.

Instituto Patrimônio Histórico Nacional (org.). *Dossiê de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*. Brasília, 2010. 235 p.

LAGROU, Els. Copernicus in the amazon: ontological turnings from the perspective of amerindian ethnologies. *Sociol. Antropol.* vol.8 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2018

MOASSAB, Andreia. “O patrimônio arquitetônico no século XXI para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto” In: *Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA*. São Paulo: PUCSP, 2003.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia da paisagem? *Biota Neotropica*, São Paulo, v. 01, n. 02, p. 1-10, mar. 2001.

UCHÔA, M. V. B. O multinaturalismo ameríndio e a virada ontológica na filosofia contemporânea. *Uma visão pós-correlacionista da Natureza. Ensaios Filosóficos, Volume XV Julho/2017*

PURI, Dauá. Ná thamati puky bem vivo: Cultura indígena na região sudeste. *Observatório Geográfico América Latina*, Minas Gerais, sem data.

SANTOS, Vinicius Pereira. Aldeia Maracanã: militância política de protagonismo indígena na cidade do Rio de Janeiro *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 115-134, jan. 2019.

SANTIAGO SILVA CIRO, A. C. Por memórias do futuro: as potencialidades do patrimônio para desenvolvimento local na comunidade quilombola do Buieié. *Reves - Revista Relações Sociais*, p. 49-63, 2018.

SANTOS, Carlos Nelson dos. Uma estrutura para as cidades. In: SANTOS, Carlos Nelson dos. *A Cidade Como um Jogo de Cartas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduff, 1988. p. 65-70.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?”. In: VELLOHO, Gilberto (org). *Rio de Janeiro*, Editora Campus, 1980, p. 37-57

SZTUTMAN, Renato. “Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 338-360, abr. 2018.

TAVARES, Paulo Entrevista. In: ALTBURG, Ana; MENEGUETTI, Mariana; KOZLOWSKI, Gabriel. 8 reações para o depois. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2019b, p. 10-19

_____. In The Forest Ruins. Brasília 2016

VAINFAS, Ronaldo. História indígena : 500 anos de despovoamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 2007

QUEIROGA, Eugenio; BENFATTI, Denio. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 24 - São Paulo - p. 81 - 88 – 2007

QUINTELLA, Pollyana. Salissa Rosa: Caminhar bem, caminhar junto. Revista Continente, ed.231. Rio de Janeiro 04 de março de 2020

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Clímacom Cultura Científica: pesquisa, jornalismo e arte. v. 5, n. 3, p. 139-146, abr. 2016.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi, BOURCIER, Nicolas; Les Blancs détruisent l'Amazonie parce qu'ils ne savent pas rêver. Jornal Le Monde. França. Fev. 2020

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

_____. Entrevista. In: ALTBURG, Ana; MENEGUETTI, Mariana; KOZLOWSKI, Gabriel. 8 reações para o depois. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2019b, p. 20-49.



UMA HORTA URBANA INDÍGENA
FERRAMENTA DE PENSAMENTO ARQUITETÔNICO

ARQUITETURA E ANTROPOLOGIA

Este trabalho trata-se de um **trabalho teórico**, misturando atravessamentos entre arquitetura e antropologia e reflexões sobre o fazer e pensar em arquitetura.

Tendo em vista a horta Dja Guata Porã cultivada no condomínio Zé Kéti, parte do programa nacional de habitação Minha Casa Minha Vida – Faixa 01, localizado no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro.

Realizado junto a Niara do Sol, indígena da etnia Kariri Xocó e Dauá, indígena da etnia Puri. Moradores do condomínio MCMV e parte da Aldeia Vertical.

A aldeia trata-se de um grupo multiétnico residente de um dos blocos do condomínio. A mudança para o conjunto habitacional ocorreu após a remoção forçada da Aldeia Maracanã, no ano de 2013.

ESTRUTURA

TFG1 E INTERMEDIÁRIA

- MEMÓRIA E PATRIMÔNIO INDÍGENA
- APROXIMAÇÃO A TEORIA ANTROPOLÓGICA
- ANÁLISE DE OUTRAS ESPACIALIDADES INDÍGENAS

PESQUISA FINAL

- PESQUISA HISTÓRICA SOBRE O RIO DE JANEIRO
- VIVÊNCIA EM DJA GUATA PORÃ
- APORTE TEÓRICO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ESTRUTURA

TFG1 E INTERMEDIÁRIA

- MEMÓRIA E PATRIMÔNIO INDÍGENA
- APROXIMAÇÃO A TEORIA ANTROPOLÓGICA
- ANÁLISE DE OUTRAS ESPACIALIDADES INDÍGENAS

PESQUISA FINAL

- PESQUISA HISTÓRICA SOBRE O RIO DE JANEIRO
- VIVÊNCIA EM DJA GUATA PORÃ
- APORTE TEÓRICO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ESTRUTURA

TFG1 E INTERMEDIÁRIA

- MEMÓRIA E PATRIMÔNIO INDÍGENA
- APROXIMAÇÃO A TEORIA ANTROPOLÓGICA
- ANÁLISE DE OUTRAS ESPACIALIDADES INDÍGENAS

PESQUISA FINAL

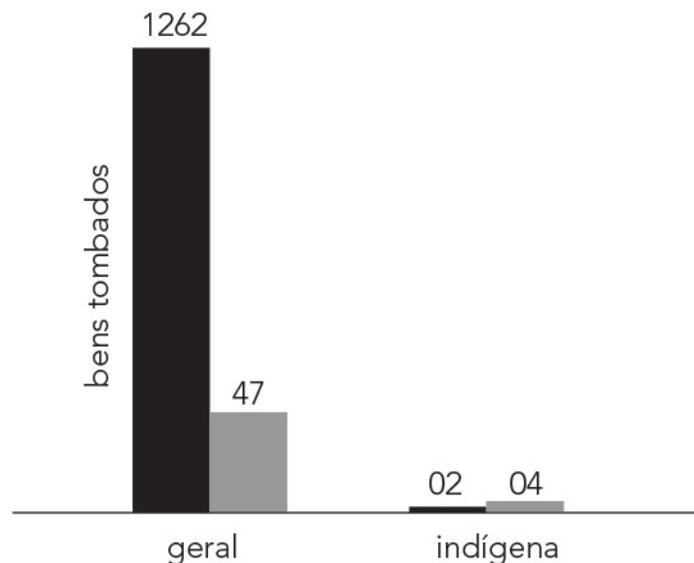
- PESQUISA HISTÓRICA SOBRE O RIO DE JANEIRO
- VIVÊNCIA EM DJA GUATA PORÃ
- APORTE TEÓRICO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Memórias do Futuro: Patrimônio indígena

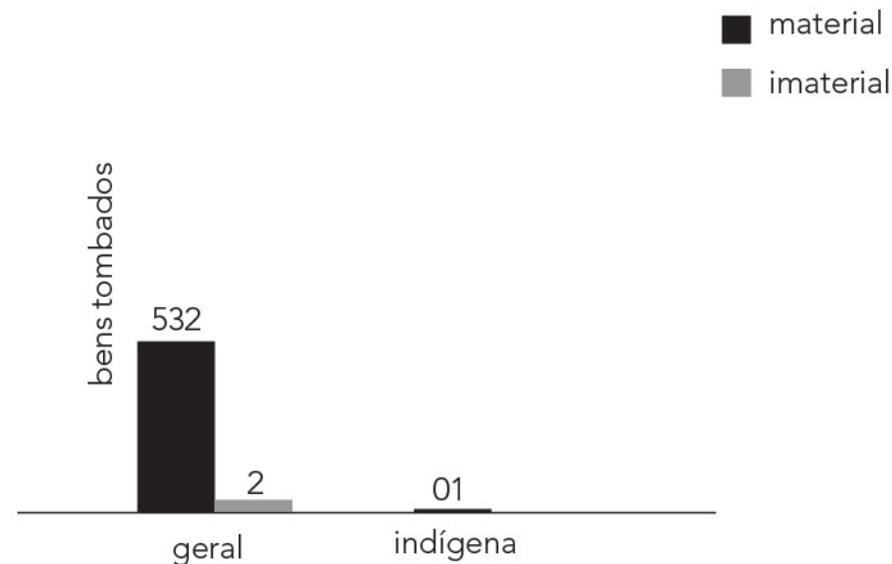
- Arquitetura como produtora de discurso
- Espaço como categoria política a seleção ou demarcação de contextos espaciais específicos é, também, um ato político
- Eleição de uma história a ser contada.

O ambiente construído é um sistema semiótico revelador dos povos e dentro desta linguagem a arquitetura tem papel central como **produtora de discurso**, atribuindo sentidos e construindo realidades: é um dispositivo de produção de verdades. (MOASSAB, 2013).

IPHAN



INEPAC



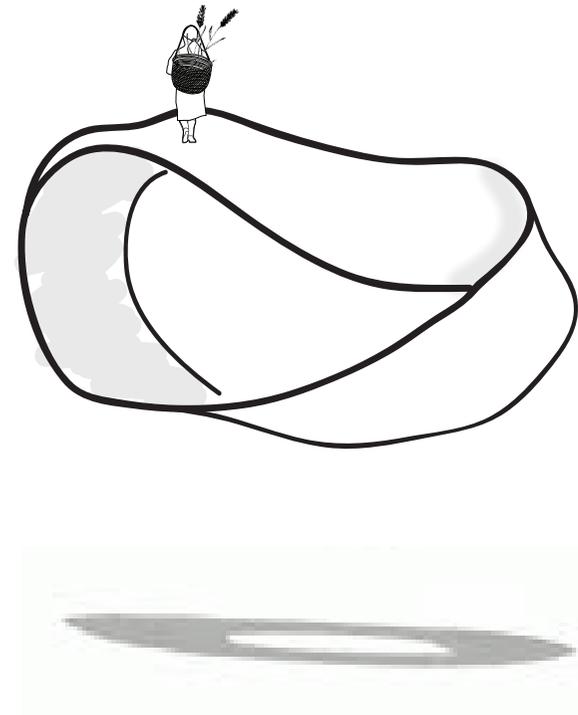
Relevância do mundo natural na organização indígena

O mundo natural antropizado: roçados, áreas de caça e pesca, caminhos na floresta são tão essenciais à territorialidade indígena quanto a própria arquitetura em seu sentido estrito, ou seja, artefatos construídos, a exemplo dos locais de moradia.

virada ontológica e arquitetura

A concepção de cidade é, neste sentido, menos um espaço particular e mais uma ontologia (KOPENAWA apud CANÇADO, 2019.)

Substituição de ontologias relacionais pela **oposição entre 'sujeito' e objeto'** permitiu que a empresa Modernista e Capitalista inventasse sua máquina de conquista do mundo (...)" (LAGROU,2018)



É neste sentido que Wellington Cançado traz a proposta de uma **“torção ontológica”** no campo do desenho.

A partir do intercâmbio com a linha de pensamento antropológica que ficou conhecida como “virada ontológica” Cançado desafia as disciplinas responsáveis pela “fabricação e ocupação do mundo” a pensar mundos múltiplos, se distanciando da ontologia moderna, trazendo estes “extra-moder-nos” para o centro do debate.

Como essa ontologia relacional pode ressoar para as disciplinas que “que fabricam o mundo”?

Mundo vegetal através da perspectiva
ameríndia e multiespécies

Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro
patrimônio imaterial IPHAN

- Espacialização capoeiras, roçados, hortas
- Organização em redes



Sistema Tradicional Agrícola do Rio Negro:
reconhecido oficialmente como
Patrimônio Cultural Brasileiro

Agrobiodiversidade
gente que planta futuro



rizoma paisagístico - antropização



Floresta de Igapó

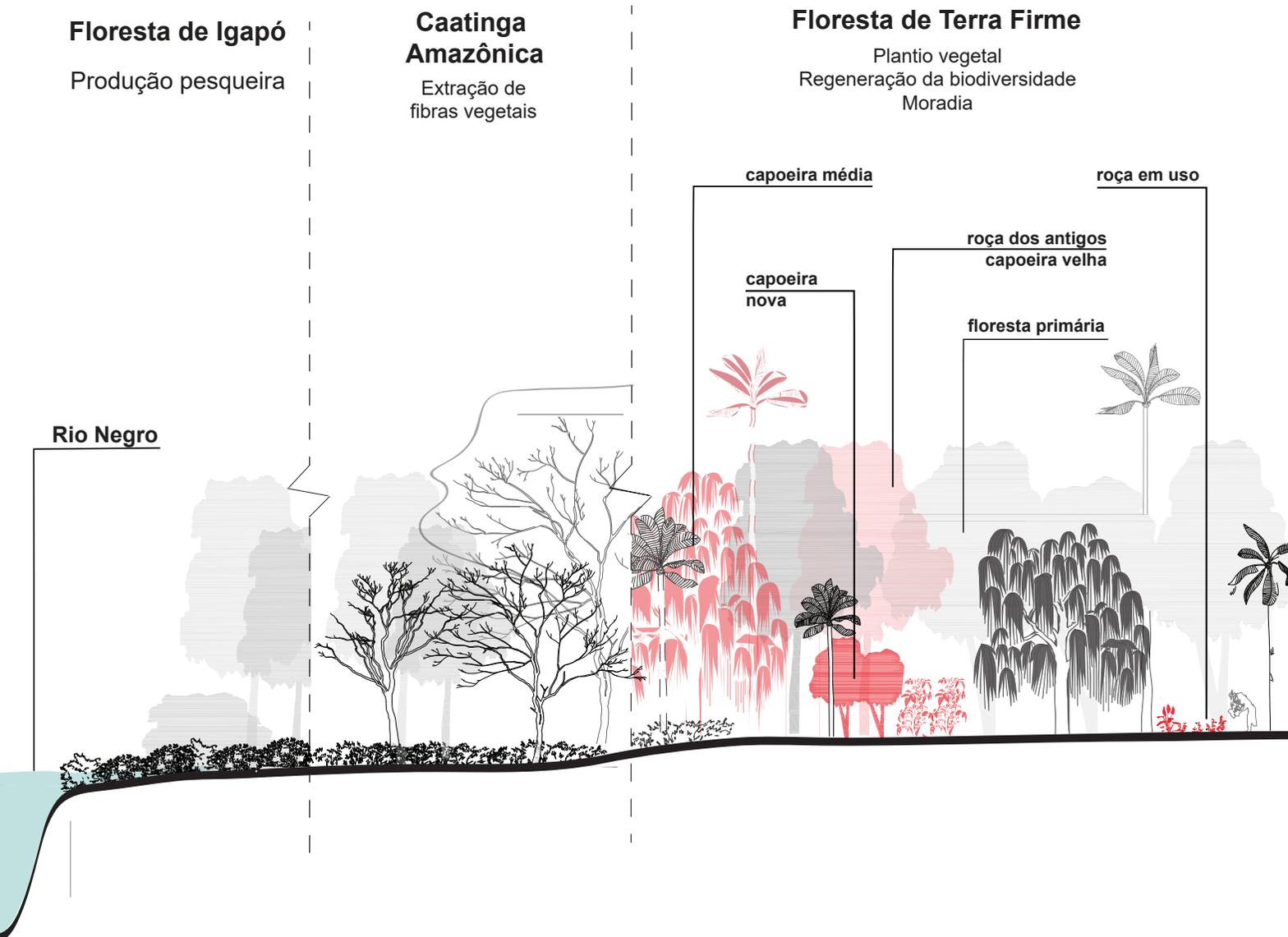
Produção pesqueira

Caatinga Amazônica

Extração de fibras vegetais

Floresta de Terra Firme

Plantio vegetal
Regeneração da biodiversidade
Moradia



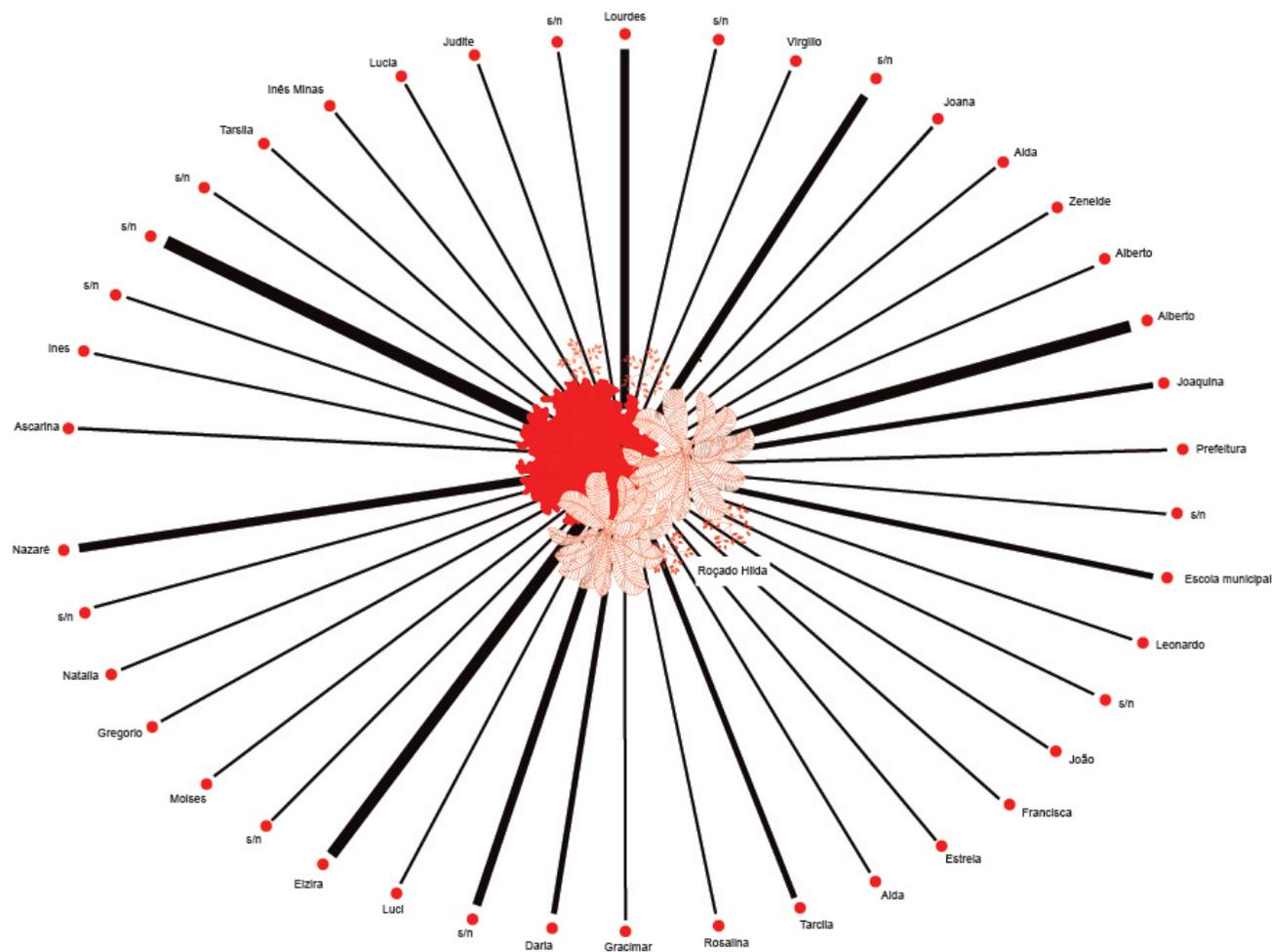
capoeiras, roçados, hortas

A itinerância desta prática produz “um mosaico de roças novas, velhas, capoeiras e florestas em vários estágios de regeneração e dá uma **“profundidade temporal a paisagem”** (DOSSIÊ,2010)

A tecnologia botânica indígena, alimenta a biodiversidade da floresta, assim como a floresta os sustenta, enquanto corpos e organização espacial, política e metafísica.

universo vegetal através da perspectiva ameríndia organização em rede

Hilda:
01 roçado
47 colaboradores

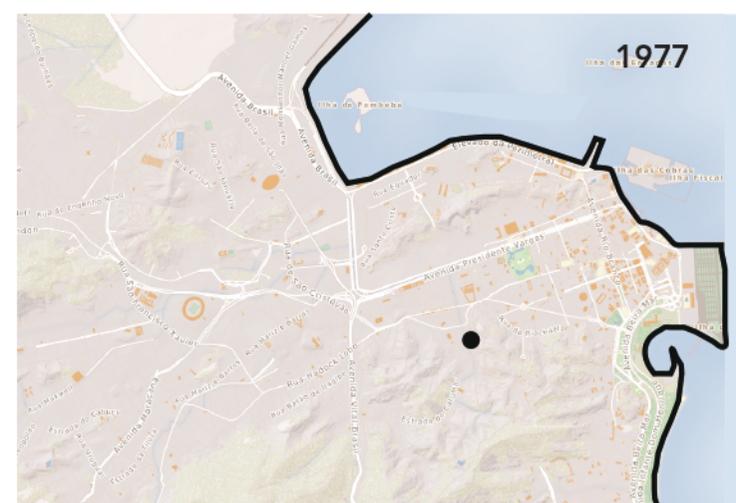
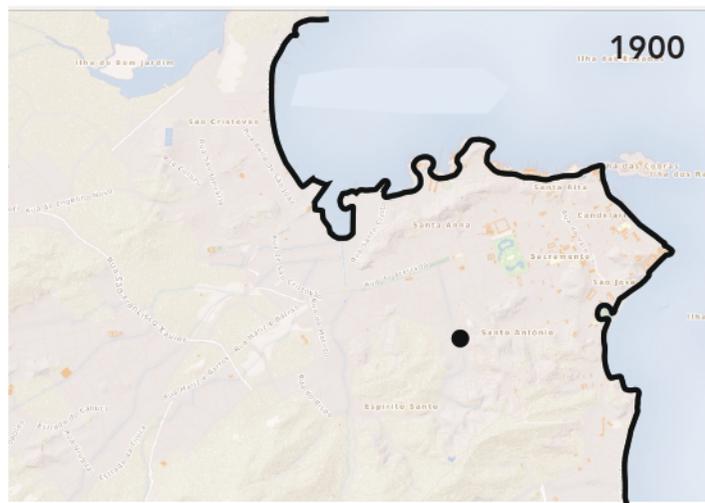
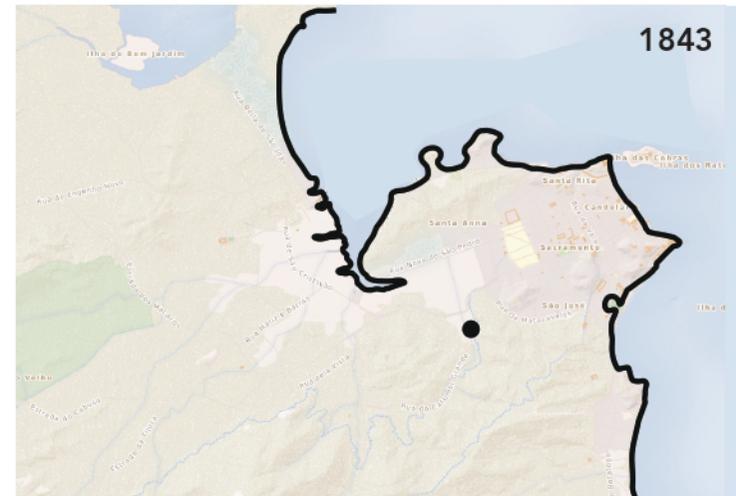
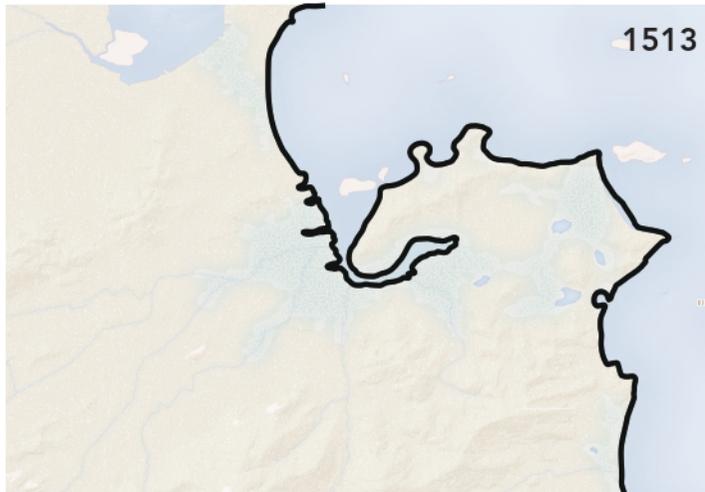


Segundo o Dossiê a circulação vegetal se caracteriza como “um sistema deslocado, policêntrico e não hierarquizado de conservação de recursos fitogenéticos”. O que caracteriza o sistema como um tipo **agenciamento social do espaço e da vida através da paisagem vegetal**.

Agência social em que, como diz Tavares (2019) “o processo e as redes articuladas”, os tipos de sistemas produtivos, **as redes** e atores sociais, em torno do objeto construído **são tão expressivos quanto o objeto em si**.

Rio de Janeiro indígena

Uma história de despovoamento



uma etnografia em bruto¹

DESCRIÇÃO SITUADA SOBRE O CONDOMÍNIO,
O TRABALHO, A HORTA E AS VISITAS

¹ SANTOS, 1985



NIARA DO SOL DURANTE AS FILMAGENS



DAUÁ PURI DURANTE AS FILMAGENS

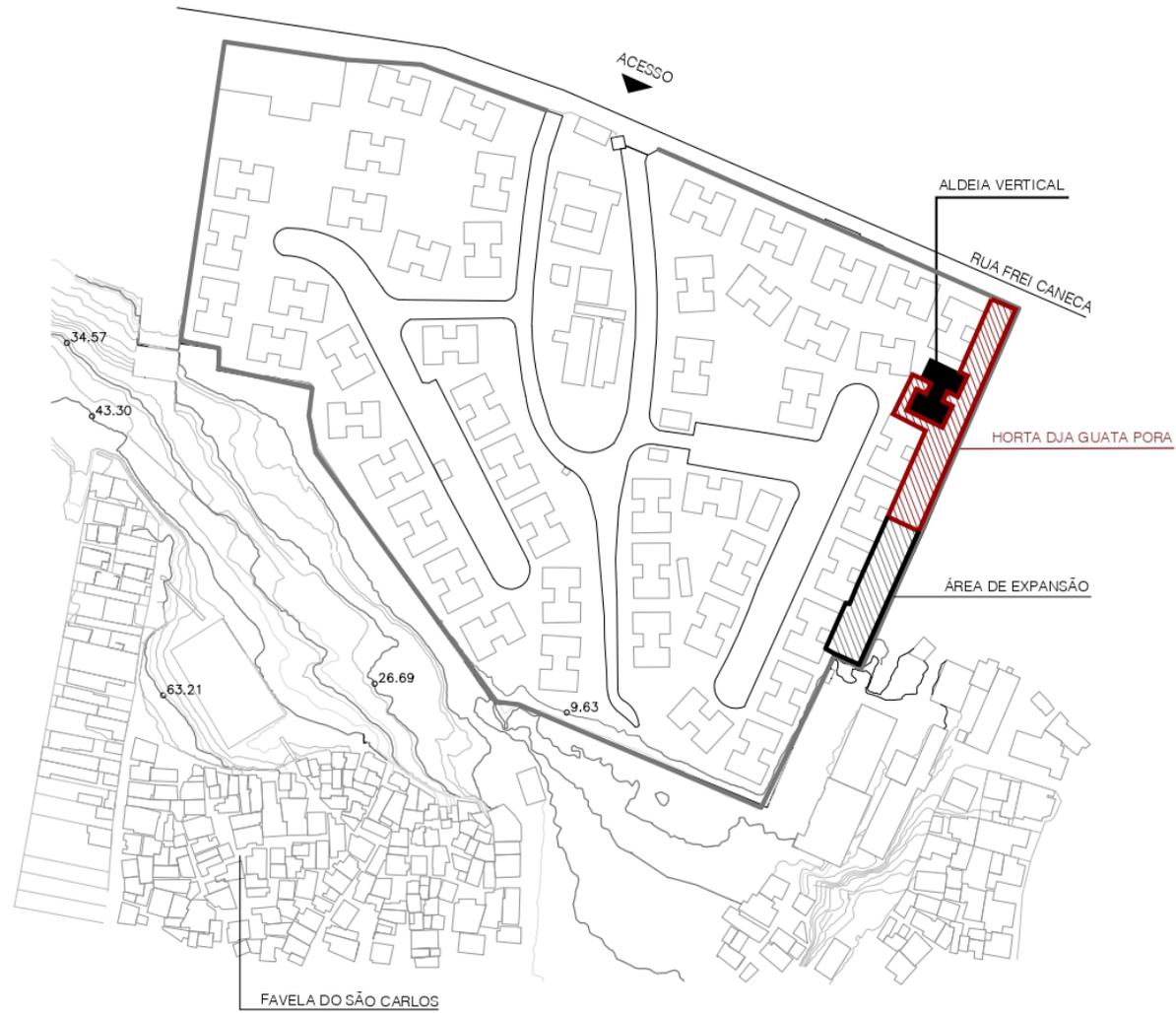


DEMOLIÇÃO PRESÍDIO FREI CANECA, 2013



MINHA CASA MINHA VIDA ESTÁCIO , 2018

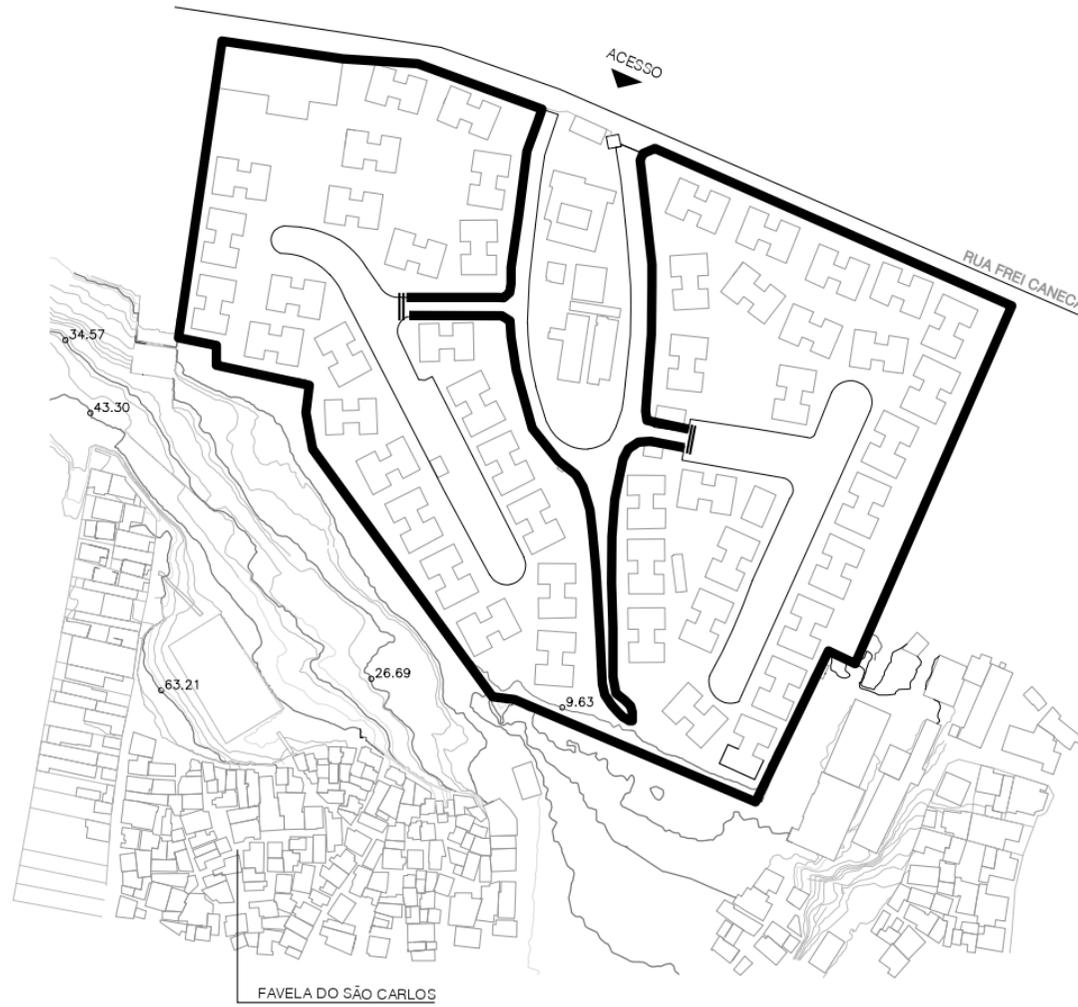
LOCALIZAÇÃO



ESCALA 1:2 000



LIMITES



ESCALA 1:2 000



Dja Guata Porã: questões percebidas

- **Autonomia** e autogestão do espaço
- **Retomada identitária** nos espaços urbanos
- Passagem de conhecimento através da história oral
- **Carater didático** do espaço
- Conhecimento enquanto **“prática corporificada”**

Dja Guata Porã: questões percebidas

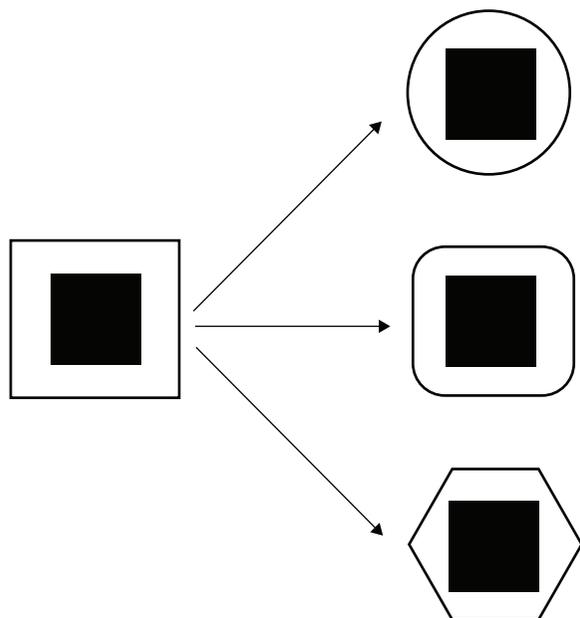
- Mudanças no uso do **solo urbano**
- **Fluxo de trocas** de mudas, sementes, prática agrícola, características botânicas e histórias
- Relações de **vizinhança**
- **Soberania alimentar e justiça ambiental**
- Constante discussão sobre **alimentação** dos brancos

**formas de
PENSAR e
formas de
FAZER em
arquitetura**

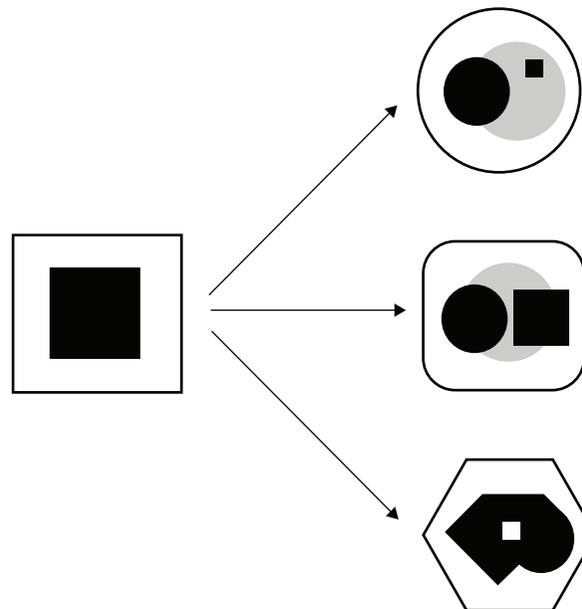
Ao entrar em contato com o mundo que Dja Guata Porã revela acredito que a reverberação possível deste trabalho é uma proposta reflexiva que mobiliza outras formas de pensar.

Estes modos são pensados a partir da experiência com a horta Dja Guata Porã e o choque com o modelo prescritivo do “modo architectorum” ou um produto acabado e replicante

MODELO



EXEMPLO



“fazer algo diferentemente igual”
“igualmente diferente”
(CASTRO,2017)

formas de
pensar em
arquitetura

**ecologia
da paisagem**

**princípio da
organização
em rede**

**variabilidade
uso do solo urbano**

formas de
fazer em
arquitetura

**estratégias de
representação
horizontais**

TÍTULO: Uma horta urbana indígena: Ferramenta de pensamento arquitetônico

ANO/SEMESTRE: 2020.2

TEMA/ PROGRAMA: urbanismo, horta, antropologia

NOME DO ESTUDANTE: Priscila Freitas Martins de Melo

ORIENTADORAS: Maria Ayara Mendo e Ana Paula Polizzo

RESUMO: Trata-se de um trabalho teórico, misturando atravessamentos entre arquitetura e antropologia e reflexões sobre o fazer e pensar em arquitetura. Tendo em vista a horta Dja Guata Porã cultivada no condomínio Zé Kéti, parte do programa nacional de habitação Minha Casa Minha Vida – Faixa 01, localizado no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro. Realizado junto a Niara do Sol, indígena da etnia Kariri Xocó e Dauá, indígena da etnia Puri. Moradores do condomínio MCMV e parte da Aldeia Vertical. A Aldeia Vertical trata-se de um grupo multiétnico residente de um dos blocos do condomínio. A mudança para o conjunto habitacional ocorreu após a remoção forçada da Aldeia Maracanã, no ano de 2013. O objetivo do trabalho é abrir perguntas e contribuir para a valorização do mundo indígena enquanto referência epistêmica dentro do campo da arquitetura e urbanismo.

PALAVRAS CHAVE: urbanismo, antropologia, indígena, horta

GEOLOCALIZAÇÃO: 22°54'53.55" de latitude sul e 43°12'02.52" de longitude oeste